

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS  
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

SERGIO ALEJANDRO DORFLER BUSTAMANTE

A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MORALES (2006-2019):  
A internacionalização do “proceso de cambio” e o regionalismo sul-americano

Brasília

2022

SERGIO ALEJANDRO DORFLER BUSTAMANTE

A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MORALES (2006-2019):  
A internacionalização do “processo de cambio” e o regionalismo sul-americano

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

Brasília

2022

## AGRADECIMENTOS

Terminar uma dissertação é, como diz o clichê acadêmico, um momento que leva a inúmeras reflexões e justifica fazer uma retrospectiva sobre todo o processo vivido. Que os leitores não se preocupem, tal olhar em perspectiva será reservado ao autor deste texto e ocorrerá em outro momento. Mas por que levantar essa consideração? Porque cabe dizer que não foi uma tarefa fácil. Muito pelo contrário, para além da sensação de conquista e realização pessoal vindas da conclusão do texto, o processo de escrita se tornou maçante e, por muitas vezes, exaustivo física e mentalmente, pelo menos para mim. Não obstante, acredito que a gratificação e a sensação de dever cumprido se sobrepõem às dificuldades vividas. Imagino que muitos colegas do programa de Estudos Comparados Sobre as Américas, pós-graduandos no Brasil e estudantes mundo afora se identificarão em algum grau com meu comentário.

A entrega deste trabalho significa o fim de um ciclo para mim. Ciclo esse que se estendeu mais do que o esperado por uma série de questões, dentre elas a tão inesperada e exaustiva pandemia do Coronavírus. Sobre isso, e antes de qualquer coisa, não poderia deixar de prestar minha solidariedade às inúmeras famílias que perderam seus seres queridos nos últimos dois anos. Espero, sinceramente, que as mesmas possam encontrar paz e consolo depois de tanto sofrimento.

No que diz respeito a mim, não poderia deixar de ser agradecido pela sorte de ter uma família que me forneceu todo o apoio emocional e as condições materiais mais do que necessárias para desenvolver minha pesquisa de mestrado e me entendeu e encorajou nos momentos de dúvida pessoal em que a vontade de desistir se fazia presente. À minha família quero, especialmente, dedicar algumas rápidas palavras.

À Vanessa e ao Mauricio, minha mãe e meu pai, obrigado pelo carinho e preocupação constantes, não apenas com suas palavras de afeto, mas por sempre terem sido meus exemplos de perseverança na vida. Amo vocês.

Um agradecimento especial ao meu querido irmão Rafael, quem, com seu sorriso contagiante e conversas noturnas, sempre me ajudou a descontrair nos momentos de maior exigência do período de escrita.

À Tallita, minha companheira de vida, obrigado por ser meu porto seguro nos últimos anos e por sempre acreditar e confiar em mim. Dedico este trabalho a você, te amo.

Ao Bono e ao Benito, meus companheiros caninos, obrigado por cederem tempo de passeio para me deixar trabalhar e me acompanharem nas madrugadas silenciosas. E ao Pepe, novo membro da família que observou a etapa final da escrita.

Agradeço também ao meu querido amigo Daniel Scandolara, parceiro de longa data com quem pude dividir conversas sobre as angústias e os prazeres de cursar uma pós-graduação.

Não poderia deixar de agradecer ao Professor Roberto Goulart Menezes, meu orientador, que desde o início da minha caminhada na pós-graduação me incentivou a fazer um trabalho de qualidade e contribuiu para consolidar meu interesse de pesquisa na política externa boliviana. Sou grato pela enorme paciência que teve comigo ao longo da nossa relação de orientação.

Agradeço da mesma forma à minha banca de defesa: ao Professor Clayton Mendonça Cunha Filho, quem também participou da minha banca de qualificação e, além de ter feitos valiosos apontamentos sobre o projeto de pesquisa, dividiu comigo uma importantíssima lista de leituras acadêmicas que vieram a somar na dissertação; e a Professora Natalia Paola Ceppi, cujos trabalhos sobre política externa boliviana foram cruciais na hora de preencher algumas lacunas e me ajudaram a sistematizar informações encontradas durante minha pesquisa.

Também aproveito para reconhecer as importantes contribuições do ex-Diretor Geral da Comunidade Andina e ex-Vice ministro de Comércio Exterior da Bolívia, Clarems Endara, do Coordenador de Projetos na Fundação Friedrich Ebert Stiftung na Bolívia, José Luis Exeni Rodríguez, do ex-Vice ministro de Relações Internacionais da Bolívia, Juan Carlos Alurralde, do Embaixador da Argentina na Bolívia, Sergio Ariel Basteiro, do diplomata boliviano Andrés Guzmán Escobari, e do Sr. Ramiro Orias, advogado boliviano com vasta experiência em direito internacional. Os mencionados, e outras pessoas que pediram para manter seus nomes sob sigilo, gentilmente disponibilizaram seu tempo para a realização de entrevistas gravadas cujo conteúdo alimentou significativamente os achados desta dissertação.

Finalmente, mas não menos importante, ao pessoal da secretaria do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, aos professores do departamento e a todos os servidores da UnB, responsáveis pelo funcionamento da universidade, meu mais sincero obrigado por contribuírem para a universalização do conhecimento.

## RESUMO

A presente dissertação busca compreender e explicar a dimensão internacional do *proceso de cambio* boliviano, isto é, entender as implicações que o período de Evo Morales à frente da presidência da Bolívia (2006-2019) teve para a definição da política externa do país e para a condução de suas relações internacionais na América do Sul. Assim, este trabalho pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: como a política externa da Bolívia durante os governos de Evo Morales influenciou nos processos regionais da América do Sul, especificamente na ALBA-TCP, na CAN, no MERCOSUL e na UNASUL? A hipótese defendida aponta que, a partir de 2006, ocorreu a reconfiguração da política externa boliviana e o país passou a perseguir uma participação mais engajada nos diversos processos regionais da América do Sul, alternando, dentro desses blocos, momentos de certo protagonismo com pragmatismo. A fim de verificar a hipótese, realizou-se uma pesquisa preponderantemente bibliográfica complementada por consulta documental e pelo uso de entrevistas semi-estruturadas, visando coletar insumos suficientes para identificar as características da política externa da Bolívia a partir de 2006 e explicar a postura e as ações que o país viria a apresentar diante de seus vizinhos sul-americanos, especificamente no marco dos processos regionais citados.

**Palavras-chave:** Política Externa Boliviana; Regionalismo; Integração Regional; América do Sul

## **ABSTRACT**

The present thesis seeks to understand and explain the international dimension of the Bolivian proceso de cambio, that is, to understand the implications that Evo Morales' period at Bolivian presidency (2006-2019) had for the definition of the country's foreign policy and for the management of its international relations in South America. Thus, this paper aims to answer the following research question: how has Bolivian foreign policy during Evo Morales' administration influenced regional processes in South America, specifically ALBA-TCP, CAN, MERCOSUR and UNASUR? The hypothesis defended points out that after 2006 there was a reconfiguration of Bolivian foreign policy and the country began to pursue a more engaged participation in the different regional processes in South America, alternating, within these blocks, moments of a certain prominent role with a pragmatic stance. In order to verify the hypothesis, predominantly bibliographical research was carried out, complemented by documentary research and the use of semi-structured interviews. The purpose was to gather enough information to identify the characteristics of Bolivia's foreign policy from 2006 on, and to explain the position and actions that the country would present to its South American neighbors, specifically within the framework of the regional processes mentioned above.

**Keywords:** Bolivian Foreign Policy; Regionalism; Regional Integration; South America

## RESUMEN

La presente tesis busca comprender y explicar la dimensión internacional del proceso de cambio boliviano, es decir, entender las implicaciones que el período de Evo Morales al frente de la presidencia de Bolivia (2006-2019) tuvo para la definición de la política exterior del país y la conducción de sus relaciones internacionales en Sudamérica. Así, este trabajo pretende responder a la siguiente pregunta de investigación: ¿cómo influyó la política exterior de Bolivia durante el gobierno de Evo Morales en los procesos regionales de América del Sur, concretamente en el ALBA-TCP, la CAN, el MERCOSUR y la UNASUR? La hipótesis defendida señala que desde 2006 se ha producido una reconfiguración de la política exterior boliviana y el país comenzó a buscar una participación más comprometida en los diferentes procesos regionales de Sudamérica, alternando, dentro de estos bloques, momentos de cierto protagonismo con el pragmatismo. Para verificar la hipótesis, se realizó una investigación predominantemente bibliográfica, complementada con una investigación documental y el uso de entrevistas semiestructuradas, con el fin de reunir información suficiente para identificar las características de la política exterior de Bolivia a partir de 2006, y explicar la posición y las acciones del país frente a sus vecinos sudamericanos, específicamente en el marco de los procesos regionales mencionados.

**Palabras clave:** Política Exterior Boliviana; Regionalismo; Integración Regional; América del Sur

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens sobre o regionalismo em perspectiva comparada.....	62
Quadro 2 – Blocos regionais sul-americanos integrados pela Bolívia.....	65



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADN - Ação Democrática Nacionalista

ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas

ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

ATPA – Lei de Preferência Comercial Andina

ATPDEA - Lei de Preferência Comercial Andina e Erradicação de Drogas

BM - Banco Mundial

CAN – Comunidade Andina

CASA – Comunidade de Nações Sul-Americanas

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CPE - Constituição Política do Estado

DS – Decreto Supremo

FMI - Fundo Monetário Internacional

MAS – Movimento ao Socialismo

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

NPE – Nova Política Econômica

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

TCP – Tratado de Comércio dos Povos

TLC – Tratado de Livre Comércio

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

YPFB - Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CAPÍTULO 1: A POLÍTICA EXTERNA DO <i>PROCESO DE CAMBIO</i></b> .....	20
1.1 <b>Antecedentes: as relações internacionais bolivianas no período da <i>Democracia Pactada</i></b> .....	23
1.2 <b><i>Necesitamos socios, no patrones</i>: a chegada do MAS ao poder e a mudança de orientação internacional</b> .....	35
1.3 <b>Estado Plurinacional da Bolívia: refunda-se a política externa do país?</b> .....	48
<b>2. CAPÍTULO 2: POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO SUL-AMERICANO</b> .....	56
2.1 <b>Política Externa: uma conceituação teórica</b> .....	57
2.2 <b>Do conceito de regionalismo</b> .....	59
<b>3. CAPÍTULO 3: A BOLÍVIA E OS PROCESSOS DE REGIONALISMO NA AMÉRICA DO SUL</b> .....	65
3.1 <b>A Bolívia na ALBA-TCP: inovações e limites de uma alternativa regional</b> .....	69
3.2 <b>A Bolívia na Comunidade Andina</b> .....	78
3.3 <b>A Bolívia no MERCOSUL</b> .....	81
3.3.1 <b>Comentários sobre a convergência entre a CAN e o MERCOSUL</b> .....	84
3.4 <b>A Bolívia na UNASUL: início e estagnação de um projeto integrador</b> .....	86
<b>CONCLUSÃO</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>APÊNDICES</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

Responsável por transformar a sociedade e as instituições da Bolívia, o *proceso de cambio*<sup>1</sup>, conduzido pelo ex-presidente Evo Morales e pelo seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), marcou, indiscutivelmente, um ponto de inflexão na história do país andino. Com a chegada do novo governo em 2006, dá-se início a uma estratégia de desenvolvimento baseada no “controle estatal dos recursos naturais estratégicos e sua industrialização induzida pelo Estado com capitais próprios e/ou providos de parceiros estrangeiros de origem diversificada, orientados pelos planos nacionais de desenvolvimento e pelo fomento ao mercado interno” (CUNHA FILHO, 2016b, p. 143, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Dados recentes demonstram que o novo modelo de desenvolvimento nacional boliviano foi capaz de reduzir significativamente a situação de pobreza e pobreza extrema de parcela considerável da população: entre 2006 e 2017, a porcentagem da população na linha da pobreza decaiu de 59,9% para 36,4% e a parcela da população na extrema pobreza diminuiu de 37,7% para 17,1% (CEPAL, 2020). O sucesso progressivo na melhora dos indicadores sociais deu enorme credibilidade ao projeto *masista*<sup>3</sup>, o qual ganhou maior substância e projeção com a concretização da refundação estatal a partir da promulgação da Constituição Política do Estado (CPE), em 2009.

Esses dados evidenciam o sucesso parcial do novo projeto estatal em diminuir a pobreza no país e promover outras mudanças profundas, como: a redistribuição de terras a partir da reformulação do conceito de uso social da mesma; a institucionalização de um sistema de justiça indígena; o reconhecimento da plurinacionalidade, da multiculturalidade e da multiétnicidade da população boliviana; dentre outras. A nova postura da Bolívia e os resultados decorrentes dela colocaram o país entre os demais governos progressistas instalados na América Latina no século XXI (SANTOS, 2018).

Apesar de contar com diversas potencialidades geopolíticas – como sua localização no “coração” da América do Sul e suas enormes reservas de recursos naturais, além de uma imensa biodiversidade –, o país era historicamente percebido como o vizinho pobre do subcontinente. Para essa imagem contribuíram conflitos bélicos com países vizinhos que concluíram com perdas

<sup>1</sup> Nome pelo qual o período em que o ex-presidente Evo Morales e o MAS governaram a Bolívia (2006-2019) é conhecido.

<sup>2</sup> Leia-se no original: “[...] control estatal de los recursos naturales estratégicos y su industrialización inducida por el Estado con capitales propios y/o asociados foráneos de diversificado origen, orientados por los planes nacionales de desarrollo y el fomento del mercado interno” (CUNHA FILHO, 2016b, p. 143).

<sup>3</sup> Adjetivo referente a programas, políticas, ações e membros do partido do Movimento ao Socialismo (MAS).

territoriais significativas para a nação boliviana (CUNHA FILHO, 2015; MAIRA, 2007). A essas circunstâncias se agregava a condição, anterior à segunda metade do século XX, de economia exportadora de produtos agrícolas e de minérios, refém da relação de dependência econômica de países desenvolvidos que importavam produtos primários. O principal expoente dessa relação foram os Estados Unidos da América, vínculo que será explorado mais adiante. Essa dinâmica de dependência exportadora alinhada às vontades de outros países se manteve quase estática até o ano de 2005 (SANTOS, 2018).

Para o governo do MAS, até antes da assunção de Morales como presidente, a Bolívia poderia ser vista como uma clara vítima do colonialismo interno, pois sua integração no cenário mundial era carente de proposta, seguindo sempre o rumo das correntes dominantes. A sociedade civil e os movimentos originários se encontravam completamente ausentes dos processos decisórios, deixando a escolha dos direcionamentos ser feita conforme os interesses de certos grupos de poder, como famílias e setores empresariais (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007).

Tomando ciência desse panorama e aprofundando em alguns acontecimentos mais adiante, fomos levados a considerar que, durante os anos que esteve no poder, o MAS promoveu uma transformação nas esferas política, econômica, social e cultural da Bolívia. Devido a esse processo de mudança empreendido, o país foi capaz de construir uma reputação de prestígio para si na região, alavancada, principalmente, pelo sucesso do seu modelo de desenvolvimento no âmbito doméstico (CUNHA FILHO, 2016b; QUITRAL ROJAS, 2014).

À luz do exposto, indica-se que a pesquisa desenvolvida buscou compreender uma das dimensões específicas do *proceso de cambio* boliviano, a saber, sua dimensão internacional. Para o presente trabalho se escolheu a política externa boliviana como objeto de pesquisa e optou-se por fazer algumas delimitações para definir o problema de pesquisa. Em primeiro lugar, o marco temporal: analisou-se a política externa seguida nos governos de Evo Morales (2006-2019). Em seguida, a delimitação geográfica. A pesquisa é voltada para a condução das relações internacionais da Bolívia com seus vizinhos da América do Sul, no plano bilateral e regional, com quatro estudos de caso para exemplificar o papel do país em plataformas regionais.

Uma vez delimitado o nosso objeto, definiu-se a seguinte pergunta de pesquisa: como a política externa da Bolívia durante os governos de Evo Morales influenciou nos processos regionais da América do Sul, especificamente na ALBA-TCP, na CAN, no MERCOSUL e na UNASUL?

A hipótese aqui defendida indica que a administração de Evo Morales foi capaz de reconfigurar a política externa do país graças ao processo de refundação do Estado conduzido internamente, definindo novas diretrizes que lhe deram uma face mais voltada para aspectos político-sociais. Por conta dessa nova postura, a Bolívia buscou ter uma participação mais engajada nos diversos processos regionais da América do Sul, tanto naqueles mecanismos ou plataformas de corte mais tradicional inseridos em uma lógica de regionalismo aberto, caso do MERCOSUL e da CAN, bem como nos novos esquemas que surgem no século XXI, caso da ALBA-TCP e da UNASUL. Não obstante, para além dessa declarada intenção de exercer maior influência regional, a gestão de Morales não conseguiu que o país alcançasse o grau de importância almejado e acabou, muitas vezes, adotando um padrão de comportamento pragmático e, até, comedido em termos de sua atuação nos blocos analisados.

Ainda sobre isso, embora não tenha conseguido exercer protagonismo em nenhum dos mecanismos regionais, cabe destacar que a Bolívia contribuiu com algumas mudanças e inovações nos processos analisados<sup>4</sup>. Ademais, fatores como limitações estruturais internas, sobretudo de ordem econômica, inerentes ao modelo de desenvolvimento boliviano, contribuíram para que os agentes de política externa do país desfrutassem de menor liberdade na hora de tomar decisões sobre sua atuação no subcontinente sul-americano. Diante disso, o governo de Morales, apesar de adotar um discurso ideológico contra o regionalismo aberto e em prol da adoção de novas pautas e conceitos – povos indígenas, meio ambiente, *Vivir Bien* e outros – acabou por empreender ações que priorizaram o relacionamento com a América do Sul sem impor distinções. Isto é, a gestão de Evo Morales, para além da marcada postura de discursos de tom transformador, revolucionário e, até, por vezes, combativo, viu-se obrigada a optar por posições e atitudes pragmáticas que lhe permitissem manter e fortalecer parcerias consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.

Considerando o anterior, o objetivo geral deste trabalho é compreender a atuação da política externa boliviana em relação aos processos de regionalismo/integração regional na América do Sul, durante o período em que Evo Morales ocupou a presidência da Bolívia (2006-2019). O interesse que desencadeou esta pesquisa pode ser desdobrado nas seguintes perguntas: qual foi o impacto real que a chegada do MAS teve na definição da agenda de política externa do país? Quais foram as mudanças em relação aos governos anteriores? Quais foram os princípios e

---

<sup>4</sup> A exemplo da introdução do Tratado de Comércio dos Povos (TCP) na ALBA em 2006.

as diretrizes de política externa adotadas a partir de 2006 e como se deram as relações da Bolívia com seus vizinhos sul-americanos?

A partir do objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos para a pesquisa: 1) identificar as diretrizes formais que orientaram a política externa boliviana a partir de 2006 e estabelecer pontos de ruptura e de continuidade a respeito dos governos anteriores, desde o final do século XX em diante; 2) identificar os principais agentes formuladores e executores da política externa boliviana e a agenda definida por estes para a inserção internacional do país na América do Sul; e 3) localizar a gestão do MAS dentro da literatura acadêmica sobre o conceito de regionalismo, levando em consideração sua coexistência com o cenário de ascensão e disseminação da corrente “pós-hegemônica”.

Em termos metodológicos, a presente dissertação se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. No que diz respeito aos dados e às informações coletadas e analisados que deram corpo ao trabalho, os mesmos foram obtidos por meio de consulta a diversas fontes. A principal fonte consultada foi a bibliografia composta por produções acadêmicas que se debruçaram sobre os rumos da política externa da Bolívia durante o século XXI e algumas produções sobre temas complementares. Outras fontes consultadas para completar o trabalho foram documentos oficiais – leis, decretos, planos de governo, relatórios de gestão, entre outros - tanto da chancelaria boliviana, como de outros órgãos da administração pública do país. Todavia, o levantamento de informações também se estendeu a relatórios oficiais e a atas de reuniões dos organismos internacionais regionais de que a Bolívia fez e/ou faz parte. Todos os organismos possuem sites web e repositórios institucionais que foram consultados de modo a mapear os acontecimentos do período de 2006 a 2019. Lamentavelmente os acervos institucionais de plataformas como ALBA-TCP e UNASUL não estão completos e foram esvaziados nos últimos anos, caso desta última. Não obstante, foi possível recuperar parte dos documentos disponibilizados por estas e se espera que isso tenha contribuído para enriquecer os achados sobre a participação boliviana.

A consulta às plataformas de notícias de jornais sul-americanos foi usada como complemento à variedade de fontes já citadas. Além de contribuir para enriquecer a narração dos acontecimentos do período estudado, seu uso nos permitiu ter uma noção da recepção da opinião pública às ações do governo boliviano na esfera internacional, e, também, localizar as opiniões de alguns dos principais estadistas que atuaram na época.

Cabem alguns comentários sobre a identificação e a consulta das fontes utilizadas. A análise da bibliografia citada buscou identificar os principais trabalhos produzidos dentro do escopo de interesse deste projeto de dissertação. Durante a análise desses estudos, encontrou-se certa abundância de trabalhos, principalmente da área das Relações Internacionais, que buscavam dar visibilidade aos novos direcionamentos da política externa boliviana adotados a partir do *proceso de cambio*. Não obstante, quase a totalidade da literatura resgatada que se propôs a discutir as mudanças da política externa da Bolívia desde a chegada de Evo Morales ao poder, embora apresentasse explicações bem estruturadas que sempre relacionavam as transformações no âmbito doméstico com o subsequente ganho de projeção internacional do país, limitavam-se a abordar o período de 2006 a 2009; carecendo, assim, de uma apresentação sistematizada e bem fundamentada dos rumos que a agenda de política internacional boliviana seguiu a partir da promulgação da nova constituição.

Para sanar parcialmente essa carência, o estudo qualitativo extrapolou o campo científico das Relações Internacionais e se municiou com trabalhos e fontes escritas de outros campos do saber. Isso visando a suprir a ausência específica identificada logo acima. Por conseguinte, no intuito de dar corpo maior robustez ao trabalho, produções de áreas como a Ciência Política, a Economia, e o Direito Internacional foram consultadas.

No que tange à literatura sobre os estudos de política externa, integração regional e regionalismo sul-americano, ao levar em consideração a natureza teórico-conceitual do capítulo destinado a discutir esses conceitos, a identificação e a seleção da mesma também ocorreu mediante levantamento bibliográfico. Disto decorre o fato dessa literatura ter sido escolhida como o referencial teórico para interpretar as delimitações da política externa boliviana elaboradas nos governos de Morales.

Finalmente, para apoiar a pesquisa e preencher algumas das lacunas identificadas ao longo da consulta às fontes disponíveis, preparou-se um modelo de entrevista semiestruturada que foi encaminhada a algumas ex-autoridades bolivianas e estrangeiras que ocuparam cargos em órgãos como o Ministério de Relações Exteriores e em representações diplomáticas de outros países na Bolívia durante o período estudado. Além de ex-autoridades, analistas políticos e advogados bolivianos com experiência internacional também cederam seu tempo para responder às perguntas elaboradas. Para a construção das entrevistas foram respeitadas as determinações dos



entrevistados, o que inclui pedidos de anonimato e eventual sigilo quanto à veiculação de informações sensíveis.

Concederam entrevista para este trabalho as seguintes pessoas: Clarems Endara, ex-Diretor Geral da Comunidade Andina (2018–2021) e ex-Vice ministro de Comércio Exterior da Bolívia (2013–2018); José Luis Exeni Rodríguez, Coordenador de Projetos na Fundação Friedrich Ebert Stiftung na Bolívia e ex-Vice presidente do Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia (2015-2018), quem possui vasta obra sobre democracia, comunicação e autogoverno indígena na Bolívia; Juan Carlos Alurralde, ex-Vice ministro de Relações Internacionais da Bolívia (2011-2017); Sergio Ariel Basteiro, atual Embaixador da Argentina na Bolívia, ele já havia exercido a mesma função entre 2012 e 2015; Andrés Guzmán Escobari, diplomata boliviano e analista político, quem acompanhou de perto e escreveu livros e artigos sobre a histórica reivindicação marítima da Bolívia ao Chile; e Ramiro Orias, advogado boliviano com vasta experiência em direito internacional e também com obra sobre a contenda marítima. Participou, ainda, uma pessoa que pediu para não ter seu nome nem trajetória pessoal revelados. Sendo assim, ao mesmo se atribuirá os pseudônimos de ENTREVISTADO 1 para facilitar a identificação de citações de suas respostas durante as entrevistas.

Ainda, como esclarecimento metodológico, optou-se por usar o esquema concebido por Hermann (1990) para falar sobre os quatro níveis de mudança a que a política externa de um país está sujeita, a saber: mudanças de ajuste, mudanças de programa, mudanças de problema/objetivo, e mudanças na orientação internacional. Usou-se esses níveis de mudança como parâmetro ao discutir a natureza e o grau das transformações promovidas na política externa pelo ex-presidente Morales e por sua gestão.

O trabalho está dividido em três capítulos e é complementado por esta introdução e por uma conclusão. O primeiro capítulo faz um exercício histórico-descritivo e analítico sobre a política externa adotada pelos sucessivos governos da Bolívia. O ponto de partida é o ano de 1982, momento que marca a redemocratização do país e levaria ao período conhecido como Democracia Pactuada, que começa em 1985, caracterizado por gestões alinhadas com a linha de desenvolvimento neoliberal. Esse alinhamento seria refletido na política externa boliviana até o ano de 2005 e implicaria em uma série de consequência para o país. Em seguida se passa a abordar o início da chegada do MAS à presidência do país e os impactos imediatos que a aplicação do programa de governo teria na definição dos princípios guias da política externa boliviana e nas

reverberações dessa mudança nas relações internacionais conduzidas pelo país. Finalmente, o capítulo conclui com uma análise das transformações institucionais experimentadas pelo país a partir de 2009, ano em que a nova constituição boliviana é promulgada. A nova institucionalidade da máquina pública, junto com a incorporação de novos princípios, conceitos e outros matizes incorreria em uma série de posturas e desdobramentos não vistos em gestões anteriores.

O segundo capítulo consiste em um exercício de cunho teórico-conceitual onde se faz uma discussão de literatura sobre as categorias de política externa, integração regional e regionalismo com foco na manifestação destas no âmbito sul-americano. A Bolívia, assim como outros países da América Latina, seguiu os postulados de desenvolvimento neoliberal pautados desde os anos 1980 e isso se traduziria na sua participação em mecanismos promotores do regionalismo aberto. Posteriormente, com o início das alternâncias governamentais na América do Sul em favor de partidos declaradamente de esquerda e de centro-esquerda<sup>5</sup>, o cenário do subcontinente começa a mudar, isso se manifesta no surgimento de novas propostas de mecanismos supostamente promotores de integração regional com agendas menos centradas nas relações econômicas sul-americanas e mais dirigidas aos âmbitos social e político na região. O objetivo do capítulo é o de jogar luz sobre a política externa boliviana a partir da conceituação das categorias mencionadas. Assim sendo, será possível apontar traços que aproximam e distinguem o nosso objeto de pesquisa da literatura acadêmica em vigor, abrindo a possibilidade de definir um espaço único para a política externa *masista*. Com o mesmo intuito irá se traçar um paralelo entre as ondas de regionalismo definidas pela literatura acadêmica e a agenda de integração definida pelo MAS.

No terceiro capítulo se busca fazer uma discussão acerca do papel desempenhado pela Bolívia em quatro mecanismos de integração regional/regionalismo, são esses: ALBA-TCP, CAN, MERCOSUL e UNASUL. Especificamente, a pesquisa apresentou as ações executadas, os planos, os programas propostos e as iniciativas conjuntas – se é que existiram - que contaram, senão com a liderança, pelo menos com uma destacada participação boliviana para sua concretização. Considerando a natureza diferente das plataformas que serviram como estudo de caso, bem como a indisponibilidade de informações sobre a contribuição dos países em muitas das instâncias destas, não se definiram áreas temáticas nem parâmetros para avaliar o grau de participação do governo boliviana. Os estudos de caso serviram para pintar um panorama geral sobre o que a

---

<sup>5</sup> Fenômeno conhecido como Onda Rosa.

Bolívia fez pela aproximação com seus vizinhos dentro de mecanismos específicos no período já delimitado.

## 1. CAPÍTULO 1: A POLÍTICA EXTERNA DO *PROCESO DE CAMBIO*

A chegada ao poder de Evo Morales, líder do Movimento ao Socialismo (MAS), em 2006, marcou um ponto de inflexão na história da Bolívia. De acordo com o discurso oficial do MAS, o acontecimento é histórico por se tratar de um processo de acumulação de força social de mais de 500 anos, que os distintos estamentos sociais e étnicos bolivianos apoiaram e promoveram com vias a refundar o Estado boliviano. Ainda sobre isso, o *masismo* entendia que esse movimento histórico viria a pôr fim a séculos de desigualdade social, perpetuada graças a um modelo de desenvolvimento econômico voltado à exportação de hidrocarbonetos e, em períodos anteriores, de outras *commodities* (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a).

Por sua vez, outros estudiosos são mais cautelosos ao pontuar a importância do início do *proceso de cambio*, pois, mesmo reconhecendo a importância deste em ter conseguido canalizar os anseios de mudança dos movimentos sociais, compostos em sua maioria pela população indígena pobre; não necessariamente os objetivos concretos do governo de Morales conseguiriam promover uma transformação radical em termos do modelo de desenvolvimento que se distanciasse da tradição de exploração dos recursos naturais. Além disso, reconhecem-se discordâncias internas e até estruturais para dentro do processo (AYERBE, 2008; CUNHA FILHO, 2016a; DURAN GIL, 2008; MAIRA, 2007).

Indiscutivelmente, esse processo de refundação do Estado – que foi iniciado com a nacionalização dos recursos naturais do país, em 2006, e aprofundado com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 2007 –, foi responsável por uma série de mudanças no âmbito doméstico. São elas: a transformação do ordenamento normativo boliviano e suas instituições; a promoção de uma nova ideologia que orientaria as decisões do governo - sustentada na cosmovisão andina do *Vivir Bien* -; e a busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico capaz de se afastar do legado do Consenso de Washington<sup>6</sup> e da abordagem neoliberal

---

<sup>6</sup> Conjunto de recomendações de políticas econômicas acordado em 1990 pelo Congresso estadunidense, por gestores sêniores de instituições financeiras internacionais, agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o conselho do *Federal Reserve* e alguns *think thanks*, para assessorar os países da América Latina na gestão da crise de sua dívida. O objetivo destas recomendações, de acordo com seus formuladores, seria o de gerar crescimento econômico, uma baixa taxa de inflação, uma balança de pagamentos viável e distribuição de renda equitativa. As recomendações ou instrumentos políticos para a reestruturação econômica se dividiam em dez áreas: 1) déficits fiscais; 2) prioridades no gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros; 5) taxa de câmbio; 6) política comercial; 7) investimento estrangeiro direto (IED); 8) privatizações; 9) desregulação; e 10) direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

que caracterizou os países da América Latina entre os anos 1990 e início dos 2000: a economia plural<sup>7</sup>.

Não foi apenas no âmbito doméstico que o *proceso de cambio* promoveu transformações. Muito pelo contrário, as mudanças que o governo de Evo Morales pautou desde seus primeiros dias de gestão provocaram desdobramentos e tiveram repercussões tanto no âmbito internacional – principalmente nas relações bilaterais com os vizinhos sul-americanos da Bolívia e com os Estados Unidos da América -, como contribuíram, nos termos postos por Hermann (1990), para uma mudança da orientação internacional do país. Tal mudança envolveu um redirecionamento da postura, das atividades e das políticas do Estado boliviano com relação à postura tradicional de alinhamento ao neoliberalismo econômico que vigorou nas últimas duas décadas do século XX.

De modo a entender como a reorientação internacional da República da Bolívia – que passou a ser o Estado Plurinacional da Bolívia desde 2009 – ocorreu, foi necessário realizar um exercício analítico-descritivo e, até certo ponto, histórico-comparativo, que nos permitiu entender os principais elementos que levaram ao reordenamento institucional e ideológico das relações internacionais bolivianas a partir de 2006. Esse esforço incluiu identificar os atores responsáveis pela delimitação das novas diretrizes da política externa do país, pela execução dessa política no cenário internacional, bem como averiguar e analisar de que maneira as relações bilaterais da Bolívia com seus vizinhos sul-americanos evoluíram.

Para além disso, foi importante destacar como a mudança de posicionamento do Estado contribuiu para a recuperação de sua soberania no âmbito não só internacional, mas doméstico também, bem como fazer alguns apontamentos iniciais sobre o impacto que essa transformação teve na participação do país nos mecanismos regionais já existentes e nos que proliferaram ao longo do período estudado.

Isso posto, a tarefa central deste capítulo consistiu em apresentar, compreender e relacionar três momentos específicos da história da política externa boliviana: o primeiro é o período

---

<sup>7</sup> A proposta de economia plural, edificada na Constituição Política do Estado (CPE) de 2009, é uma proposta específica do Estado Plurinacional da Bolívia. Trata-se da formulação política de um acordo pactuado entre sujeitos sociais que recupera quatro formas de organização econômica, reivindicadas por quatro grupos sociais politizados durante o processo constituinte, a saber: estatal, comunitária, social-cooperativa e privada. Os sujeitos sociais que se identificam com essas formas são os empresariais, comunitários, associações e o governo. O modelo da economia plural buscava o protagonismo equilibrado das quatro formas de organização econômica, entendendo que o modelo de desenvolvimento pré-constituinte, que garantia ao Estado o protagonismo na condução da economia a partir dos excedentes gerados por empresas capitalistas extratoras de recursos naturais, deveria ser nada mais do que um modelo de transição rumo à verdadeira pluralidade que deveria caracterizar a matriz produtiva boliviana (VACAFLORES, 2017).

conhecido como a Democracia Pactuada, que vai de 1985 até 2005, marcado por um alinhamento político-ideológico e econômico das instituições do país às orientações, recomendações e, muitas vezes, instruções emitidas pelos Estados Unidos da América. Tal alinhamento teria custado progressivamente à Bolívia a capacidade de exercer sua soberania nacional, levando os governos da época a optar, em mais de uma ocasião, por estratégias de estabilização econômica em detrimento do combate à desigualdade e, conseqüentemente, contribuiu para a baixa expressividade e influência da nação andina no cenário regional e nos fóruns multilaterais.

O segundo período definido (2006 a 2009) coincide com a primeira vitória eleitoral e a subsequente assumpção do poder pelo MAS na Bolívia. Embora cronologicamente curto, é nesse lapso temporal que a sociedade boliviana e o mundo foram apresentados a algumas das principais decisões políticas tomadas pelo presidente Evo Morales e seu partido, no tocante à refundação estatal que os movimentos sociais e uma parcela considerável da população reivindicavam. Ao mesmo tempo e para além das duas principais exigências populares – recuperação das riquezas nacionais e nova constituinte –, definem-se os contornos do que viriam a ser os principais eixos da política externa boliviana, de modo a preparar o terreno para as inovações simbólicas e conceituais que seriam introduzidas e consagradas pela nova Constituição Política do Estado (CPE) de 2009.

Finalmente, o terceiro momento da história da política externa da Bolívia corresponderá ao período entre 2009 e 2019. Ao começo desta nova etapa se sobrepõe a promulgação da nova constituição, fruto do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), convocada em 2007. A entrada em vigência do novo texto constitucional marcou um ponto de inflexão na história do país, uma vez que as mudanças trazidas por esta sobrepassaram a dimensão normativa-institucional e buscaram alcançar o reordenamento da sociedade como um todo e promover a revalorização da cultura de grupos historicamente marginalizados. Como não poderia deixar de ser, a CPE foi responsável por dar maior sustentação normativa ao discurso de reorientação da política externa boliviana, que teve no presidente e nos chanceleres seus principais expoentes.

Com a exposição de cada um dos períodos, espera-se haver oferecido uma análise substantiva das dinâmicas, processos e elementos que deram forma ao comportamento internacional da Bolívia desde o ano de 1985 até 2019, ano em que finda o governo de Morales. Com essa retrospectiva, seremos capazes de conhecer, identificar e entender as diretrizes que compõem e como se deu a execução da política externa boliviana durante os governos do Movimento ao Socialismo.

### 1.1 Antecedentes: as relações internacionais bolivianas no período da *Democracia Pactada*

Restaurado o regime democrático na Bolívia em 1982, colocando fim a um período de governos militares ditatoriais que se estendeu de 1964 a 1982, o país se encontrava no meio de um cenário conturbado de frágil estabilidade política e econômica. Incapaz de lidar com a grave crise econômica que assolava o país – dívida externa em 1983 equivalente a 3 bilhões de dólares ou aproximadamente 80% do PIB boliviano, e uma hiperinflação que chegou a 8170% no primeiro semestre de 1985 – o presidente Hernán Siles Suazo, eleito pela União Democrática e Popular (UDP)<sup>8</sup> acabou sendo convencido a renunciar ao cargo e convocar eleições em 1985 (KLEIN, 1993).

Em termos da definição de sua política externa, Siles Suazo, apesar das dificuldades enfrentadas para governar com a oposição do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e da Ação Democrática Nacionalista (ADN)<sup>9</sup>, conseguiu alguns avanços notáveis. De forma geral, pode-se dizer que seu governo conseguiu modernizar a burocracia diplomática e o aumento da participação boliviana nos organismos multilaterais. Adicionalmente, durante seu mandato foram definidas três diretrizes para a atuação internacional da Bolívia: latino-americanismo, terceiro-mundismo e neutralismo (ARAÚJO, 2014).

Estrategicamente alinhada com os Estados Unidos desde a década de 1950 – especialmente devido ao envio de grandes remessas de dinheiro, à exportação de elevados volumes da produção de estanho e ao assessoramento para reconstituição e treinamento das forças militares do país – (SANTOS, 2018; KLEIN, 1993; LANGER, 2019); a Bolívia viu como a adoção, durante o período da Guerra Fria, de uma postura de neutralidade perante o sistema internacional foi responsável por criar tensões com os Estados Unidos.

Como desdobramento da pretendida neutralidade, a Bolívia buscou se aproximar de nações como China, Cuba e estreitar laços com a antiga União Soviética. Por consequência direta dessa postura, o governo estadunidense, comandado à época pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989), deixou de interceder em favor do Estado boliviano para que o Fundo Monetário

---

<sup>8</sup> A UDP, aliança do presidente Suazo, era uma agremiação de esquerda – formada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNR-I), pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), e pelo *Partido Comunista da Bolívia* (PCB) - que, durante seu breve período governando (1982-1985), não detinha a maioria de assentos parlamentares, o que lhe impediu de aprovar uma série de pacotes de estabilização econômica para lidar com a crise deixada pelos governos militares. Somou-se à ferrenha oposição encontrada no Parlamento, a incapacidade administrativa do próprio governo de controlar os gastos públicos (DE LA CRUZ PREGO, 2011; TÉRAN, 2006).

<sup>9</sup> Partido fundado em 1979 pelo general e ex-ditador Hugo Banzer, pelo qual ele disputou diversas eleições e foi democraticamente eleito para a presidência em 1997.

Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) não exigissem a aplicação de medidas austeras para controle da crise econômica vivida pelo país (ARAÚJO, 2014). Ironicamente – e diferentemente do vivido no âmbito doméstico -, pode-se afirmar que o governo boliviano experimentou um mínimo de sucesso em sua política externa no período de 1982 a 1985. Talvez o feito de maior destaque diga a respeito dos esforços diplomáticos do governo para que, em 1983, a República do Chile concordasse com a recomendação de uma resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>10</sup> para que ambos países iniciassem negociações que permitissem a Bolívia obter uma conexão livre e soberana com o Oceano Pacífico (ARAÚJO, 2014; FILIPPI; CHARÃO; 2015; SAAVEDRA, 2018)<sup>11</sup>.

Vitorioso nas eleições convocadas por Suazo, Victor Paz Estenssoro assumiu, em 1985, seu quarto mandato<sup>12</sup> como máximo governante do Estado boliviano com a promessa de avançar um programa de estabilização e reestruturação econômica, capaz de combater e contornar o cenário que havia forçado seu antecessor a abandonar o cargo (DE LA CRUZ PREGO, 2011). Segundo Terán (2006), a aliança estabelecida entre o MNR, partido do presidente Estenssoro e a ADN, partido do ex-ditador Hugo Banzer, forneceu os elementos necessários para inaugurar um período de abertura ao neoliberalismo econômico e para o “estabelecimento de um sistema político centrado na conformação de pactos e coalizões de partidos que garantiriam ao executivo a maioria legislativa necessária para a aprovação de suas políticas”<sup>13</sup> (TERÁN, 2006, p. 234, tradução nossa)<sup>14</sup>. Esse período da história boliviana é conhecido como *Democracia Pactada*.

Reflexo direto dessa configuração política ancorada em governos de coalizões, a política externa boliviana apresentou, ao longo do período citado - e independente do governante encarregado do comando do país -, certa continuidade nos temas de sua agenda internacional.

---

<sup>10</sup> A resolução mencionada aqui é a AG/RES. 426 (IX-0/79), aprovada pela IX Assembleia Geral da OEA em 1979.

<sup>11</sup> Derrotada na Guerra do Pacífico (1879-1883) pelo Chile, a Bolívia perdeu a porção ocidental do seu território que lhe garantia um acesso soberano ao Oceano Pacífico. Desde então, a relação bilateral entre ambos países tem sido centrada na reivindicação do Estado boliviano para que o país vizinho concorde em negociar a devolução ou a cessão de uma fração do seu território em favor da nação derrotada na guerra.

<sup>12</sup> Paz Estenssoro já havia sido eleito para governar como presidente nos períodos de: 1952 a 1956; 1960 a 1964; e foi eleito para um terceiro mandato em 1964, mas acabou sendo derrubado por um golpe de Estado orquestrado pelo General René Barrientos no mesmo ano. Em todas as eleições concorreu pelo MNR.

<sup>13</sup> Junto à ADN e ao MNR, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) completaria a tríade de partidos que dominaram o cenário político boliviano graças à formação de coalizações entre eles para poder legislar sem oposição. A dinâmica política das coalizações partidárias perduraria pelo menos até o ano de 2003.

<sup>14</sup> Leia-se no original: “[...] establecimiento de un sistema político centrado en la conformación de pactos y coaliciones de partidos que aseguraran al ejecutivo la mayoría legislativa necesaria para la aprobación de sus políticas (TERÁN, 2009, P. 234).



Especificamente, desde o ano de 1985, a Bolívia passou a nortear seu posicionamento no âmbito internacional pelos seguintes eixos: 1) a defesa da democracia e dos direitos humanos; 2) a atração de investimentos estrangeiros para combater o endividamento e, progressivamente, alavancar o desenvolvimento do país; c) a reivindicação marítima ao Chile por um acesso soberano ao Oceano Pacífico - política de Estado vista de forma unânime pelos governos anteriores e que teve seguimento indiscutido desde os anos 1980 em diante -; d) a luta contra o narcotráfico; e 5) a busca por uma integração regional – de corte econômico e energético – de preferência com países desenvolvidos do hemisfério norte (CEPPI, 2014; SAAVEDRA, 2018).

Em grande parte, a configuração dessa agenda derivou do apego dos governos pós-1985 aos postulados do Consenso de Washington e à pauta de desenvolvimento neoliberal que visou promover reformas para a abertura irrestrita da economia<sup>15</sup>. Desde essa época, a Bolívia adotou uma série de políticas econômicas neoliberais – abertura comercial, liberalização dos fluxos de investimento, privatizações, taxa de câmbio flutuante – destinadas a combater a hiperinflação<sup>16</sup> no país ocasionada pelo déficit na balança comercial. (KLEIN, 2011).

Dentro dessa lógica, a inserção internacional da Bolívia, tanto para seus vizinhos diretos, bem como para o resto do continente americano e do mundo, deu-se mediante uma sorte de diplomacia comercial que visava a participação no mercado internacional. Para que tal objetivo fosse atingido, o alinhamento com os Estados Unidos se fez uma determinação estratégica, posteriormente difícil de superar, consequência que será apresentada a seguir (ARAÚJO, 2014; TOLA, 2018).

Começamos pelo processo de reforma ortodoxa da economia de 1985, inaugurado com a chegada ao poder de Paz Estenssoro em 7 de agosto do mesmo ano. Demonstrando a emergência da crise econômico-financeira vivida pela Bolívia, o presidente promulgou, vinte e dois dias após sua vitória nas urnas, o Decreto Supremo (DS) 21060<sup>17</sup> que estabeleceu as diretrizes do que viria a ser a Nova Política Econômica (NPE) do país<sup>18</sup>. As medidas contidas no decreto tiveram como

---

<sup>15</sup> Conhecidas como reformas de “segunda geração” (CRUZ, 2007), podemos citar algumas delas: a abertura comercial e cambial, a liberalização dos investimentos financeiros, a reforma tributária, a privatização de empresas estatais (CRUZ, 2007; KLEIN, 2011).

<sup>16</sup> Apenas em 1985, o valor da inflação oscilou entre 8767,00 % a 11.750,00 %.

<sup>17</sup> Para saber mais sobre os efeitos do decreto e suas repercussões no âmbito doméstico consultar Klein (2011) e Terán (2006).

<sup>18</sup> O decreto supremo pode ser dividido e compreendido em cinco pilares: 1) tipo de câmbio estável e unificado, sustentado por uma rígida política fiscal e monetária; 2) aumento da renda pública mediante a reforma fiscal e a melhora dos preços públicos; 3) redução dos gastos públicos, principalmente através da redução de cargos públicos;

objetivo combater a hiperinflação do período e os choques externos que afetavam o país através de uma abordagem heterodoxa (KLEIN, 1993).

Bem sucedida no seu objetivo principal, a NPE de Estenssoro conseguiu estabilizar parcialmente a crise político-econômica vivida pelo país, embora isso tenha ocorrido às custas de uma parcela da população que passou a integrar as estatísticas da informalidade e do desemprego. Um dos principais efeitos adversos do DS 21.060 foi a condenação da indústria de extração e exportação do estanho boliviano<sup>19</sup>.

A desaceleração da indústria do estanho seria responsável, todavia, por promover um processo migratório dos operários demitidos que saíram do ocidente do país em direção à província do Chapare e suas cidades vizinhas, dentro do departamento de Cochabamba. Tal fluxo migratório acabou por alimentar o movimento cocaleiro e suas atividades de produção de folha de coca na região do trópico de Cochabamba. O aumento exponencial da produção de cocaína na região do Chapare e sua exportação massiva passariam a condicionar a relação da Bolívia com os Estados Unidos<sup>20</sup> (KLEIN, 2011; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019). Ciente da dependência que a nação andina tinha da ajuda externa para cobrir gastos públicos, principalmente da área social, o governo de Ronald Reagan pressionou o governo de Paz Estenssoro para permitir a execução de operações da Administração de Fiscalização de Drogas (DEA)<sup>21</sup> dentro do território boliviano para erradicação de plantações ilegais de folha de coca<sup>22</sup> (LEICHTMAN, 2000).

A relação em torno da produção de cocaína passou a ser considerada um imperativo de segurança nacional para o governo dos Estados Unidos e a pressão sobre o governo do país sul-americano chegou ao ponto em que o congresso boliviano aprovou a lei 1008 de 1988, onde foram estabelecidas novas normativas para os temas da produção de coca, do narcotráfico e do consumo de drogas (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019). O grau de influência exercido pela

---

4) renegociação e reestruturação do pagamento da dívida externa; e 5) retomada da assistência externa financeira de caráter de concessão (DE LA CRUZ PREGO, 2011).

<sup>19</sup> Desde 1983, a queda internacional dos preços do mineral, secundada pelas demissões em massa que o governo promoveu dentro da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) e de outras empresas estatais, acabaria impulsionando a troca do estanho pelo gás como principal produto exportador da economia boliviana.

<sup>20</sup> Como a folha de coca produzida na região do Chapare detinha um alto valor comercial no mercado internacional, além de que a produção desta ocorrer longe dos tradicionais centros urbanos, os produtores bolivianos (cocaleiros) experimentaram um aumento súbito da demanda por sua produção. Em meados da década de 1970 a Bolívia já produzia um terço da cocaína do mundo (KLEIN, 2011).

<sup>21</sup> Agência federal dos Estados Unidos da América responsável pelo combate ao tráfico e distribuição de drogas. *Drug Enforcement Administration* em inglês.

<sup>22</sup> Pelo menos desde 1983 a DEA já vinha realizando operações de erradicação de cultivo ilegal de folha de coca no território boliviano (LEICHTMAN, 2000).

potência norte-americana no tema do combate às drogas confluiria na situação apontada por Leichtman (2000, p. 77, tradução nossa): “Isto fez da DEA, através de suas sugestões e políticas de drogas, a principal agência que lidou com a política externa dos EUA/Bolívia”<sup>23</sup>. Tendência essa que, como apontado anteriormente, seria a regra nos governos subsequentes até 2003.

Majoritariamente condicionada pela sua relação com os Estados Unidos, a política externa boliviana do governo de Victor Paz Estenssoro pode ser considerada, de certo modo, passiva perante o sistema internacional. Em boa medida, isso se deveu a que as ações e declarações presidenciais se destinaram quase que exclusivamente aos programas de ajuste estrutural da economia (TOLA, 2018). Refém das imposições atreladas à dependência econômica do auxílio externo, houve, não obstante, alguns momentos em que a chancelaria do país tentou romper o enclausuramento não só físico, mas ideológico e de contatos. Exemplos dessas tentativas foram as negociações malsucedidas com o Chile entre 1986 e 1987 para a cessão de uma faixa territorial ou de um enclave que concederiam acesso litorâneo a Bolívia<sup>24</sup>; ou a recepção de governantes da Alemanha, da Espanha e do Papa João Paulo II (ARAÚJO, 2014; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Candidato à presidência da Bolívia pelo MIR, Jaime Paz Zamora foi eleito em 1989 para suceder a Paz Estenssoro. Primeiro vice-presidente do país do período de redemocratização, Paz Zamora chegou à chefia da Bolívia com a tarefa de dar continuidade e aprofundar o programa de ajuste estrutural e estabilização da economia. Em termos gerais, o governo manteve a política monetária e de abertura de mercados iniciada em 1985 e quis aprofundar o programa de liberalização da economia graças à promulgação do Decreto Supremo 22407<sup>25</sup>. O novo instrumento permitiu a captação de investimento estrangeiros para o país, bem como levou à retomada do crescimento anual do PIB do país – 5,11% em 1991 (DE LA CRUZ PREGO, 2011; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

---

<sup>23</sup> Leia-se no original: “This made the DEA, through its suggestions and drug policies, the primary agency that dealt with US/Bolivian foreign policy” (LEICHTMAN, 2000, p. 77).

<sup>24</sup> As negociações do período foram conduzidas pelos Ministros de Relações Exteriores da Bolívia, Guillermo Bedregal, e do Chile, Jaime del Valle, e receberam o nome de “Enfoque Fresco”. Ver Namihas (2013).

<sup>25</sup> O decreto, além de manter as medidas implementadas no governo passado, lançou mão de diretrizes que visaram converter a entrada e a expansão de investimentos privados em prioridades centrais do programa de desenvolvimento governamental (DE LA CRUZ PREGO, 2011). Não obstante o início do processo de privatização com a venda de corporações menores, empresas estatais estratégicas de telecomunicações, aviação e serviços ferroviários só viriam a ser vendidas para o setor privado no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada.

Da política externa desenvolvida pelo governo Paz Zamora, destaca-se o protagonismo presidencial dado à condução das relações exteriores do país. Diferentemente de seu antecessor, Jaime Paz Zamora quis enfatizar o papel do poder Executivo na condução da diplomacia boliviana. Essa abordagem, conhecida como *diplomacia de línea directa* (ou linha direta, em português), foi desenvolvida através de quarenta viagens internacionais realizadas pelo mandatário para participar de reuniões bilaterais e multilaterais que permitiram ao governo boliviano fechar acordos para a concessão de créditos internacionais, aumentar as exportações e o nível de investimentos no país e dar continuidade ao processo de pagamento e reestruturação da dívida externa (ARAÚJO, 2014; LARRAZABAL, 2015; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

A dimensão do alcance da diplomacia de linha direta pode ser exemplificada no acordo firmado na cidade de Ilo, Peru, em 1992 entre o presidente Paz Zamora e seu homólogo peruano, o ex-ditador Alberto Fujimori, para a concessão de uma zona franca denominada “Boliviamar”. O entendimento entre ambos governantes permitiria a Bolívia acessar, usar e administrar o porto localizado numa praia de cinco quilômetros de comprimento e dois quilômetros de largura; tudo com o intuito de reduzir a dependência comercial boliviana dos portos de Iquique e Arica, localizados no Chile. Uma série de fatores levaram ao não aproveitamento do espaço cedido e ao seu abandono, (GOZZER, 2018; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019). Ainda sobre a questão marítima, nenhum diálogo significativo foi entabulado com o Chile no período<sup>26</sup>.

Assim como no governo anterior, a relação da Bolívia com os Estados Unidos continuou condicionada pelo combate ao narcotráfico<sup>27</sup>. A relação bilateral entre ambos países passou a incorporar alguns conceitos e abordagens como: 1) “responsabilidade compartilhada”, para indicar a necessidade de abordar a luta contra o tráfico de drogas como um fenômeno complexo, de essência transnacional e multilateral e não de responsabilidade exclusiva dos países produtores. 2) E o “desenvolvimento alternativo”, conceito e estratégia que advogava por encontrar fontes

---

<sup>26</sup> Na última assembleia da OEA de 1989, o chanceler boliviano, Ronald MacLean Abaroa, persuadiu a entidade e emitir uma resolução favorável ao diálogo entre Bolívia e Chile para a resolução da questão da reivindicação marítima. O argumento usado foi de cunho moral, apontando que o Chile na época funcionava em um regime ditatorial e que a reivindicação boliviana era um pedido de um país cuja democracia havia sido recém restaurada (ARAÚJO, 2014).

<sup>27</sup> Em 1991, o governo dos Estados Unidos da América promulgou a Lei de Preferência Comercial Andina (ou *Andean Trade Preference Act*) (ATPA), que autorizava o presidente do país a conceder preferências tarifárias a produtos andinos que cumprissem os requisitos necessários para estimular o comércio e ajudar com o desenvolvimento e o fortalecimento de indústrias legítimas em: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Dentre os dispositivos da lei, havia alguns requisitos que condicionavam a aplicabilidade das preferências comerciais ao esforço dos países-alvo em reduzir os cultivos ilegais de folha de coca e combater o narcotráfico.

alternativas de renda para os produtores de folha de coca, de modo a afastá-los da dependência de atividades ilícitas (ARANÍBAR, 2002).

Não obstante a introdução de novas propostas para lidar com o tráfico de cocaína,

Os Estados Unidos insistiram na prioridade da ação repressiva para interromper a oferta precedente do Sul e sua política criou constantes fricções diplomáticas e políticas com a região, particularmente com a Bolívia e com a Colômbia, nações nas que se usou a ameaça da ‘descertificação’ – que implicava o corte de fluxos de financiamento – e o cancelamento dos vistos de ingresso no seu território (ARANÍBAR, 2002, p. 166, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Essa postura ficou ainda mais nítida com a tentativa do governo do presidente George H. W. Bush (1989-1993) de pressionar o presidente Paz Zamora para, logo após a assinatura da Declaração de Cartagena de 16 de fevereiro de 1990, aceitar militarizar o combate ao tráfico. O mandatário boliviano assinou o compromisso da militarização numa viagem a Washington no mesmo ano em troca da promessa de receber 33,2 milhões de dólares para operações militares e auxílio econômico. O congresso boliviano se opôs ao acordo e o mesmo acabou não sendo levado adiante (ARAÚJO, 2014; LEICHTMAN, 2000; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Fazendo um balanço da diplomacia de linha direta, faz-se possível afirmar que a mesma não alcançou os resultados pretendidos pela gestão de Jaime Paz Zamora, uma vez que muitas das viagens internacionais, ferramenta de grande alarde e noticiada com orgulho, não tiveram desdobramentos que trouxessem benefícios práticos para o país. Ainda mais, a estratégia do governo, - que privilegiava uma diplomacia presidencial – acabou por esvaziar a chancelaria boliviana de seu papel de condutora da agenda internacional e derivou no enfraquecimento institucional da política externa (ARAÚJO, 2014; TOLA, 2018).

No ano de 1993, o ex-Ministro de Planejamento e Coordenação do governo de Paz Estenssoro e um dos idealizadores da NPE, lançada em 1985, Gonzalo Sánchez de Lozada, saiu vitorioso das eleições presidenciais e começou o seu primeiro mandato como presidente da Bolívia. O governo deste começou com a difícil tarefa não só de dar continuidade à política econômica de corte neoliberal, mas de promover um salto de qualidade da mesma. Esperava-se que Sánchez de Lozada transformasse a estrutura social e econômica do país. E, para isso, suas ações, “além de

---

<sup>28</sup> Leia-se no original: “Estados Unidos insistió en la prioridad de la acción represiva para interrumpir la oferta precedente del Sur y su política creó constantes fricciones diplomáticas y políticas con la región, particularmente en Bolivia y Colombia, naciones en las que usó la amenaza de la 'descertificación' -que implicaba el corte de los flujos de financiamiento- y la cancelación de las visas de ingreso a su territorio” (ARANÍBAR, 2002, p. 166).

aprofundar o processo de liberalização do regime de investimentos, concentraram-se em impulsionar as reformas estruturais de segunda geração (capitalização dos setores estratégicos)” (TOLA, 2018, p. 60, tradução nossa)<sup>29</sup>.

Seguindo uma linha semelhante a do governo anterior, a política externa do período de 1993 a 1997 manteve um forte protagonismo presidencial. Não obstante, tal participação teve um objetivo específico bem delimitado: a diplomacia presidencial se concentrou na obtenção de apoio e cooperação de diversas agências internacionais para impulsionar o processo de privatização que começava a ser intensificado no país. Consequência da implementação da agenda de reformas de segunda geração, o governo vendeu as cinco principais empresas estatais<sup>30</sup> a acionistas privados (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019; TOLA, 2018). A venda dessas empresas estatais e de outras trouxe mais de 1,67 bilhões de dólares para os cofres do Estado ao longo dos sete anos seguintes a 1993. A essa injeção de dinheiro contribuíram, também, as mais de quarenta viagens que o presidente fez ao exterior – replicando a tática de Paz Zamora.

Mesmo com a agenda do governo impondo algumas limitações e condicionantes às relações internacionais da Bolívia no período, a política externa do país passou por algumas transformações significativas, graças, principalmente, à promulgação da Lei N°1444 “Regulamento Orgânico do serviço de relações exteriores” de 27 de junho de 1995. A nova lei criava um corpo normativo robusto para institucionalizar o serviço exterior boliviano. Através dela foram definidos escopo de atuação, funções, direitos, deveres e procedimentos a serem observados e seguidos tanto pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto, como por seus funcionários. Adicionalmente, foram delimitados um organograma da instituição e regras complementares para melhor funcionamento da carreira diplomática (REPÚBLICA DE BOLÍVIA, 1995).

Dentro da institucionalização promovida pela lei mencionada, uma das principais inovações da mesma foi a criação da Unidade de Análise de Política Externa (UDAPEX), órgão de análise política e econômica, de elaboração de estudos, seguimento e avaliações destinadas a complementar o trabalho das principais autoridades do ministério no objetivo de formular a política

---

<sup>29</sup> Leia-se no original: “[...] las tareas del presidente estuvieron concentradas, además de profundizar el proceso de liberalización del régimen de inversiones, en impulsar las reformas estructurales de segunda generación (capitalización de los sectores energéticos)” (TOLA, 2018, p. 60).

<sup>30</sup> *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YFPB), Empresa Nacional de Electricidad (ENDE), Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), Lloyd Aéreo Boliviano (LAB), e Empresa Nacional de Ferrocarriles (ENFE).*

externa da Bolívia. A unidade, que foi extinta já com Evo Morales no poder, ficava, também, encarregada de administrar o banco de dados da chancelaria (REPÚBLICA DE BOLÍVIA, 1995).

Apesar do fortalecimento do serviço exterior boliviano, o país não teve capacidade de mudar o andamento das relações bilaterais com os Estados Unidos, mantendo-se a lógica de dependência econômica e combate ao tráfico de drogas mediante criminalização de cultivos ilegais de folha de coca (ARANÍBAR, 2002). Em que pese a pouca independência da chancelaria para marcar os rumos da política externa, o país deu alguns sinais de fortaleza diplomática e propositiva com a organização de eventos internacionais de magnitude, como uma cúpula do Grupo de Rio na cidade de Cochabamba, em 1996, e a Cúpula de Presidentes do Pacto Andino em Sucre, em abril de 1997 (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Outros dois fatos merecem destaque ainda: 1) é durante o governo de Sánchez de Lozada também que, entre 1992 e 1993, Bolívia e Brasil assinaram contrato para acertar a exportação de gás natural boliviano a território brasileiro. 2) Em 1996, a Bolívia assinou um acordo marco - entrou em vigência em 1997 -, junto ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que dava ao país andino a categoria de Estado associado dentro da instituição. O objetivo da assinatura era o de estabelecer um prazo de dez anos para que a Bolívia e o MERCOSUL formassem uma área de livre comércio entre si, promover o uso da hidrovía Paraná-Nueva Palmira, promover e proteger os investimentos e a cooperação econômica, energética, científica e tecnológica (ARAÚJO, 2012; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

No período seguinte, que contou com a presidência do ex-ditador Hugo Banzer Suárez (1997-2001), a política externa manteve a tradição consolidada desde a época de Jaime Paz Zamora e continuou privilegiando o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos com grandes atores do poder econômico, corporações internacionais e os centros de poder, principalmente os Estados Unidos, a Europa e o Japão, vistos como os futuros pilares estruturantes de uma nova ordem mundial (TOLA, 2018).

Ao mesmo tempo, pode se dizer que a política externa boliviana, motivada pela mudança na matriz produtiva do país – que começa a migrar da mineração em direção aos hidrocarbonetos -, sofre uma mudança de programa, segundo classificação proposta por Hermann (1990). Neste caso, embora o objetivo principal das relações internacionais do país se mantenha – angariar investimentos estrangeiros e obter cooperação econômica para continuar com a implementação das reformas econômicas -, a forma de alcançá-lo passa a seguir outro rumo. A Bolívia deixa de olhar

única e exclusivamente para os Estados Unidos, a Europa e os organismos econômicos internacionais, e começa a se aproximar, lenta e gradativamente, do oceano Atlântico e do Brasil, sobretudo depois que o gasoduto que conecta ambos países foi concluído em 1999<sup>31</sup> (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Em sintonia com o argumentado, vejamos o que Tola (2018) afirma sobre a política externa do governo Banzer:

Nesse período, segundo Gustavo Fernández, três foram os eixos principais de vinculação da Bolívia com o exterior: 1) o eixo de integração com Brasil e Argentina, pois pela sua localização a Bolívia era chave na rede de distribuição de energia na América do Sul; 2) o eixo do Pacífico, que inclui a relação da Bolívia com o Chile e o Peru, e transcende a política de reintegração marítima; 3) o eixo das relações com os Estados Unidos, dominado pelo tema do narcotráfico e outros dois argumentos: a prática política no sistema democrático e a consolidação de um espaço econômico aberto (ALCA) conformado por 34 Estados do continente americano, exceto Cuba (TOLA, 2018, p. 62, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Medidas impopulares adotadas pelo governo da ADN, como a opção pela militarização da luta contra a produção ilegal de folha de coca na região do Chapare, começaram a corroer a confiança no governo de Banzer. Entre os anos de 1997 e 2001, as ações do exército boliviano e da DEA foram responsáveis pela erradicação de mais de 25 mil hectares de plantações de coca. O resultado desta estratégia, conhecida como *Coca Cero*, foi uma espiral de confrontos e violência entre as forças do Estado e os cocaleiros.

As mortes e graves violações dos direitos humanos dos produtores de folha de coca, provocadas pela aplicação dessa política, trouxeram como consequência grandes mobilizações, bloqueios de rodovias e marchas do sindicato de produtores de folha de coca e organizações afins que enfraqueceram seriamente ao governo (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 38, tradução nossa)<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> A criação do gasoduto Brasil – Bolívia (GASBOL) foi acertada em contrato assinado em 1996 entre a Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas (YPFB) e a Petrobrás. Inaugurada pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Banzer, a obra conta com 3.150 quilômetros de extensão.

<sup>32</sup> Leia-se no original: “En ese período, según Gustavo Fernández, tres fueron los ejes principales de vinculación de Bolivia con el exterior: 1) el eje de Brasil y Argentina, pues por su ubicación Bolivia es clave en la red de distribución de energía de Sudamérica; 2) el eje del Pacífico, que incluye la relación de Bolivia con Chile y Perú, y trasciende a la política de reintegración marítima; 3) el eje de las relaciones con Estados Unidos, dominado por el tema del narcotráfico y otros dos argumentos: la práctica política en el sistema democrático y la consolidación de un espacio económico abierto (ALCA) conformado por 34 Estados del continente americano, excepto Cuba” (TOLA, 2018, p. 61).

<sup>33</sup> Leia-se no original: Las muertes y las graves violaciones a los derechos humanos de los productores de hoja de coca, provocadas por la aplicación de esta política, trajeron como consecuencia grandes movilizaciones, bloqueos de rutas y marchas de sindicatos de productores de hoja de coca y organizaciones afines que debilitaron seriamente al gobierno (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 38).



A essa situação somaram-se uma série de mobilizações populares como a “Guerra da Água”, de abril de 2000 – levante contra a privatização do serviço de abastecimento de água potável na cidade de Cochabamba. Paralelamente, no altiplano boliviano, a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB) bloqueou rodovias para pressionar o governo a concordar com uma série de demandas, dentre as quais a revogação do Decreto Supremo 21.060. Essa série de acontecimentos acabaram desgastando a imagem do presidente, que viria a renunciar ao cargo em agosto de 2001, acometido já por um câncer de pulmão (SANTOS, 2018; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Com a renúncia de Hugo Banzer, seu vice-presidente, Jorge Quiroga Ramírez assume a presidência com a tarefa principal de convocar novas eleições para o ano de 2002. Durante o curto governo de Quiroga, deu-se continuidade às negociações iniciadas pelo anterior mandatário com o presidente do Chile Ricardo Lagos, para concessão de uma área em território chileno onde se instalaria uma planta de liquefação de gás natural. A planta seria administrada pela Bolívia e permitiria o escoamento de gás natural boliviano para os Estados Unidos e o México. O projeto não avançou pela sua baixa popularidade perante a opinião pública. Ainda sobre a questão do gás, foi nesse período também que começou a construção do gasoduto Yacuiba-Rio Grande, que permitiria honrar o contrato de venda de gás para o Brasil (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

A relação com os Estados Unidos seguiu o rumo das gestões anteriores, com Quiroga inclusive aumentando as operações militares no Chapare e a potência norte-americana, satisfeita com a política de combate às drogas adotada pela Bolívia, expandindo a Lei de Preferência Comercial Andina de 1991, e dando forma à Lei de Preferência Comercial Andina e Erradicação de Drogas (*Andean Trade Preference and Drug Eradication Act*) (ATPDEA), de 2002. A nova legislação incluiu novos produtos na lista de isenções tarifárias para exportação a território estadunidense e contribuiu para impulsionar a indústria têxtil boliviana.

Entre 2002 e 2003, no segundo mandato de Gonzalo Sánchez de Lozada,

[...] a política externa esteve submersa numa profunda crise econômica e social derivada do acelerado desgaste do governo após a imposição de medidas econômicas extremas, como o ‘*impuestazo*’ (fevereiro de 2003) e a persistência em propiciar a exportação de gás via o Chile que – entre outros – foi o fator detonante da ‘guerra do gás’ que precipitou a renúncia de Sánchez de Lozada após

uma prolongada e intensa greve geral e a repressão das forças da ordem que deixaram mais de 60 mortos (TOLA, 2018, p. 61, tradução nossa)<sup>34</sup>.

No meio desse turbulento cenário de manifestações sociais - que pediam o fim das medidas econômicas de austeridade e a redistribuição das riquezas do Estado -, Carlos Mesa chega ao poder. O novo presidente assume o cargo com o mandato de promover e cumprir as demandas que integravam a “agenda de outubro”<sup>35</sup> (ARAÚJO, 2014; MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019; TOLA, 2018).

A despeito do caos social em que o país se encontrava, o governo de Mesa alcançou certo protagonismo na América do Sul com sua política externa. Isso adveio em grande parte do reposicionamento da demanda marítima contra o Chile, deixando de tratar do assunto apenas em âmbito bilateral e levando a discussão a instâncias multilaterais<sup>36</sup>. Além do entendimento mútuo entre Mesa e Ricardo Lagos de que a questão marítima deveria deixar de ser vinculada à exportação de gás natural. Todavia, não podemos esquecer que durante esta gestão a Bolívia assinou, na cidade de Cusco, em dezembro de 2004, juntou a seus vizinhos sul-americanos, a ata de criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), embrião da futura União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (MESA GISBERT; FIGUEROA; GISBERT, 2019).

Cedendo à pressão das ruas, o presidente convocou o referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos em 2004 e constatou que a população boliviana era favorável à nacionalização das jazidas de hidrocarbonetos e à recuperação das ações da YPFB. Entretanto, Mesa não agiu conforme o resultado da consulta pública e acabou não promulgando uma lei para nacionalizar as jazidas. A instabilidade social provocada pela não nacionalização acabou derretendo ainda mais a imagem do governante, levando, finalmente, ao seu pedido de renúncia em junho de 2005.

Na sequência da renúncia de Carlos Mesa, o Presidente da Corte Suprema da Bolívia, Eduardo Rodríguez Veltzé, acabou assumindo as rédeas do país devido ao mecanismo de sucessão

---

<sup>34</sup> Leia-se no original: “[...] la política exterior estuvo inmersa en una profunda crisis económica y social derivada del acelerado desgaste del gobierno tras la imposición de medidas económicas extremas, como el ‘impuestazo’ (febrero de 2003) y la persistencia por propiciar la exportación del gas vía Chile que -entre otros- fue el factor detonante de la ‘guerra del gas’ que precipitó la renuncia de Sánchez de Lozada tras una prolongada e intensa huelga general y represión de las fuerzas del orden que dejaron más de 60 muertos” (TOLA, 2018, p. 61).

<sup>35</sup> Série de reivindicações feitas pelos manifestantes que bloquearam as principais rodovias do país em outubro de 2003. Dentre as principais exigências figuravam: a convocação de uma assembleia constituinte, a realização de um referendo sobre o tratamento dos hidrocarbonetos pelo Estado, a reivindicação marítima, a exigência pela criação de governos departamentais autônomos, o reconhecimento das identidades indígenas, entre outros.

<sup>36</sup> Em 2004, Carlos Mesa declara na Cúpula das Américas em Monterrey que enquanto a demanda marítima da Bolívia não se resolvesse, os processos de integração sub-regional e continental não teriam sucesso.

constitucional. A gestão de Veltzé, que se estendeu de junho de 2005 a janeiro de 2006, não teve ações significativas em matéria de política externa. A missão do presidente interino foi a de garantir a estabilidade institucional do governo de transição e permitir que novas eleições presidenciais fossem convocadas ainda no mesmo ano (ARAÚJO, 2014).

Para o ex-chanceler boliviano Murillo de la Rocha (2007), durante a gestão do sucessor de Mesa, a definição de uma agenda internacional para o país se viu determinada por dois fatores limitantes: 1) um tempo curto para projetos de grande fôlego; e 2) um mandato muito concreto. Diante disso, a condução da política externa do país optou por dar continuidade às linhas mestras já consensuadas pelos governos anteriores. Assim, a política do gás, a reintegração marítima, a luta contra o narcotráfico, a abertura de mercados, o livre comércio e a integração e a consolidação da cooperação externa conformariam a “doutrina internacional boliviana” (MURILLO DE LA ROCHA, 2007, p. 148, tradução nossa)<sup>37</sup>.

Seria nas eleições convocadas para dezembro do mesmo ano onde o líder cocaleiro Evo Morales Ayma se coroaria vitorioso na corrida presidencial com 53,7% dos votos válidos. Com isso, dava-se início ao *proceso de cambio*.

## **1.2 *Necesitamos socios, no patrones: a chegada do MAS ao poder e a mudança de orientação internacional***

A chegada de Evo Morales à presidência, conseguida com vitória pela maioria dos votos no primeiro turno das eleições de dezembro de 2005, foi uma clara resposta dos movimentos sociais e dos povos indígenas da sociedade boliviana às inúmeras demonstrações de incapacidade dos governos anteriores em lhes garantir condições de vida mais dignas.

Sobre essa situação, Mota (2009) tece o seguinte comentário:

Entre 2000 e 2003, a convulsão social latente na Bolívia desembocou em vários conflitos organizados pelas associações indígenas e outros movimentos independentes. Os mais destacados foram a ‘Guerra da Água (2000), que ocorreu em Cochabamba; os constantes bloqueios de estradas por todo o país; a ‘Marcha pela Assembleia Nacional Constituinte, pela Soberania Popular, pelo Território e os Recursos Naturais (2002), protagonizada pelos originários das terras baixas; e a ‘Guerra do Gás’ (2003). Estas ações davam prova da incapacidade do Estado boliviano em diminuir o alto nível de descompasso entre as expectativas dos movimentos sociais e as políticas efetivas do governo (MOTA, 2009, p.144-145).

---

<sup>37</sup> Leia-se no original: “doctrina internacional boliviana” (MURILLO DE LA ROCHA, 2007, p. 148).

Assim, pode-se afirmar que a soma das mobilizações mencionadas acima, junto às renúncias de três presidentes - Hugo Banzer em 2001, Gonzalo Sánchez de Lozada em 2003 e Carlos Mesa em 2005 - provocadas pelos protestos populares, desenharam um cenário de instabilidade político-institucional e social que permitiu alçar o líder cocaleiro e ex-deputado ao mais alto cargo da institucionalidade política boliviana.

Antes de começar a explorar quais mudanças os governos do MAS promoveram nas diretrizes de política externa e na condução das relações internacionais da Bolívia a partir de 2006 e como estas se deram, julga-se importante fazer duas considerações pontuais a respeito da chegada de Morales e de seu partido à presidência. A primeira consideração diz a respeito da importância do acúmulo de reivindicações sociais que se transformaram na “Agenda de Outubro”<sup>38</sup>. O documento reunia as principais pautas defendidas pelos movimentos sociais que se rebelavam contra os governos de corte neoliberal, a saber: 1) a nacionalização dos recursos naturais, principalmente o gás natural; e 2) a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para refundar o país (ARAÚJO, 2014; AYERBE, 2008; CUNHA FILHO, 2016a; QUITRAL ROJAS, 2014).

A esse respeito, Cunha Filho (2016a) comenta o seguinte:

Ainda que nem Morales nem seu partido Movimento ao Socialismo (MAS) tenham desempenhado papel de destaque em nenhum dos momentos mais críticos das mobilizações, conseguiram se posicionar de modo a reunir com credibilidade as esperanças de mudança e canalizá-las institucionalmente nas eleições antecipadas de 2005. Em grande medida, a oferta eleitoral do MAS tinha na Agenda de Outubro o seu núcleo-base e o novo governo logo começaria a implementá-la com a nacionalização dos hidrocarbonetos em maio e a convocatória à AC em julho de 2006 (CUNHA FILHO, 2016a, p. 296).

O apresentado serve ao propósito de afirmar que, mais que mérito próprio de um único movimento político ou partido, o começo do *proceso de cambio* representou a consolidação de uma série de vontades que só foram ouvidas graças aos levantes populares e às manifestações sociais que tomaram o país nos primeiros anos do século XXI. Foi devido ao grande apoio popular que detinha que o MAS obteve a capacidade de se fazer com a máquina estatal e passar a implementar seu programa de governo com retórica anticolonialista, anti-imperialista e indigenista.

---

<sup>38</sup> Espécie de embrião de programa político que foi elaborado após os acontecimentos da Guerra do Gás de 2003.

Já a segunda consideração se refere ao enorme esforço que o partido e seus governantes teriam que realizar para ocupar as instituições governamentais e fazê-las funcionar em favor da consecução da Agenda de Outubro. Talvez uma das melhores formas de sumarizar tal desafio foi a encontrada por Farthing e Kohl (2014):

O recém-eleito governo do MAS foi confrontado com o paradoxo de não ter fé em governar instituições enquanto tinha pouca escolha a não ser contar com essas mesmas instituições para governar. O objetivo era converter um país historicamente frágil, construído sobre uma cultura política liberal amplamente ocidental, em um país "descolonizado" que abraçasse as tradições da maioria. O primeiro passo nesta ambiciosa agenda foi instalar líderes de movimentos sociais em posições ministeriais, um realinhamento não tentado pelos outros governos de esquerda da região e que, na prática, teve resultados mistos tanto para a governança quanto para a capacidade dos movimentos sociais de avançar uma agenda independente (FARTHING; KOHL, 2014, p.57, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Apresentar alguns dos elementos que compuseram o panorama político-institucional boliviano nos momentos que antecederam o início do primeiro governo de Evo Morales se faz necessário para compreender tanto as condições em que o país se encontrava no ano de 2006, bem como o impacto que as mudanças promovidas a partir então tiveram nos âmbitos doméstico e internacional. Essa necessidade deriva da impossibilidade de dissociar ambos planos. Tal relação, por associação, pode ser transportada para a dimensão das políticas públicas e, conseqüentemente, também acaba por afetar a política externa da Bolívia.

No decorrer deste trabalho, adotaremos a definição de política externa apresentada por Salomón e Pinheiro (2013, p. 41), que considera a mesma uma política pública cuja especificidade se dá pelo fato desta “ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados”. Essa definição inicial é complementada pela conceituação defendida por Hermann (1990), em que a política externa

[...] é um programa (plano) projetado para resolver algum problema ou perseguir algum objetivo que implique tomar ação em relação a entidades estrangeiras. O programa, presumivelmente, especifica as condições e os instrumentos da ação estatal (HERMANN, 1990, p. 5, tradução nossa)<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Leia-se no original: “The newly elected MAS was confronted with the paradox of possessing no faith in governing institutions while having little choice but to rely on those same institutions in order to govern. The aim was to convert a historically fragile country built on a largely western liberal political culture into a “decolonized” one that embraced the traditions of the majority. The first move in this ambitious agenda was installing social movement leaders in ministerial positions, a realignment not attempted by the region’s other left governments and one that, in practice, has had mixed results both for governance and for social movements’ ability to advance an independent agenda” (FARTHING; KOHL, 2014, p.57).

<sup>40</sup> Leia-se no original: “it is a program (plan) designed to address some problem or pursue some goal that entails action toward foreign entities. The program presumably specifies the conditions and instruments of statecraft (HERMANN, 1990, p. 5).

Todavia, Salomón e Pinheiro (2013) indicam que entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem demandas e conflitos de variados grupos domésticos. Sobre isso, destacam o seguinte: “Embora implementada fundamentalmente fora das fronteiras do Estado, a política externa resulta e promove arranjos institucionais-burocráticos domésticos diversos, bem como articulações políticas internas de variadas dimensões” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

Entendimento semelhante ao exposto acima é encontrado de forma praticamente unânime entre os estudiosos da política externa boliviana. Isto é, a condução das relações internacionais do país possui relação intrínseca com o processo de mudanças internas – de atores e suas dinâmicas – que o país começou a atravessar com o governo de Evo Morales; especialmente porque a proposta doméstica e internacional do MAS tinha na reivindicação e na construção da soberania nacional um de seus principais propósitos (ARAÚJO, 2014; CUNHA FILHO, 2016b; CUNHA FILHO; DELGADO, 2010; DUARTE GUERRA, 2016; IZIDRO GONÇALVES, 2009; TREJOS ROSERO, 2012).

Para dar início ao processo de refundação do Estado meta do programa de governo de Morales, duas etapas prévias foram necessárias. Primeiramente, a nacionalização dos recursos naturais, de modo que o Estado passasse a administrar os mesmos e pudesse dispor dos lucros de sua venda – do gás, principalmente. Em segundo lugar, a refundação do Estado passou pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte<sup>41</sup> que, assim como o processo de nacionalização, enfrentou fortes pressões tanto internas como externas. Não obstante, graças a negociações entre o governo e a oposição no parlamento, alcançou-se um nível suficiente de acordo para avançar o processo<sup>42</sup> (AYERBE, 2008; DURAN GIL, 2008; MAIRA, 2007).

O programa de nacionalização se deu através da promulgação do Decreto Supremo N° 28701 *Héroes del Chaco*, do dia 1° de maio de 2006. O instrumento legal determinou que ao Estado

---

<sup>41</sup> A ANC foi formada em 2006 e a primeira versão do texto constitucional foi aprovada em 2007. Depois de passar por uma série de modificações como resultado de negociações entre oficialismo e oposição, o texto foi aprovado em um referendo constitucional e promulgado no ano de 2009.

<sup>42</sup> Mesmo que com ambas reformas, a nacionalização e a convocação da assembleia constituinte, o governo boliviano pretendesse gerar transformações profundas na estrutura social e nas condições de bem-estar da população como um todo, as elites econômicas e políticas do oriente do país apresentaram grande resistência e rechaço a essas tentativas. A oposição entre a posição do governo, que contava com uma considerável base de apoio popular – classes subalternas das cidades e do campo -, e as elites de ideologia neoliberal caracterizaram um período de polarização acentuada que o ex-vice-presidente García Linera (2019) chamou de empate *catastrófico*. A resolução parcial desse confronto, com a balança pendendo para o lado do MAS, começará a ocorrer em 2008 e terá desdobramentos de que trataremos na próxima seção.

boliviano passaram a caber a propriedade, a posse, e o controle total e absoluto do gás e dos demais hidrocarbonetos existentes em solo nacional. Ao mesmo tempo, a partir da promulgação do decreto as empresas estrangeiras que operavam no país se viram na obrigação de entregar toda a produção de gás, petróleo e derivados a Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas (YPFB), empresa público responsável pelo setor de hidrocarbonetos no país. Além disso, o dispositivo estipulou que a YPFB passaria a controlar as demais empresas do setor ao nacionalizar as ações necessárias para que a YPFB controlasse um mínimo de 50% mais 1 das empresas do setor (REPÚBLICA DE BOLÍVIA, 2006).

Nas palavras de Cunha Filho (2016b), esse movimento de nacionalização “forçada”, ao mesmo tempo em que permitiu a Bolívia elevar substantivamente a arrecadação tributária e mostrar superávits depois de muitos anos<sup>43</sup>, também acabou gerando fricções internacionais; uma vez que a maioria das empresas que atuavam na extração de hidrocarbonetos eram estrangeiras, a exemplo da Petrobrás (CLOSS, 2020)<sup>44</sup>.

Ciente do ineditismo e da desconfiança que ambos processos internos suscitavam no âmbito internacional, “a chancelaria boliviana e o conjunto do serviço exterior, em paralelo às reformas impulsionadas, dedicaram-se a estruturar o novo discurso da Bolívia na relação com os países do mundo” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 70), tradução nossa)<sup>45</sup>. Sob a direção de Evo Morales, o Estado boliviano buscou construir um novo olhar da comunidade internacional sobre suas esferas doméstica e externa. Para isso, alavancar e promover o que viria a ser a nova política externa da Bolívia, centrada na reivindicação e na construção da soberania nacional como objetivo imediato, fazia-se condição necessária (AGRAMONT LECHÍN, 2010; CEPPI, 2014; CUNHA FILHO, 2015, DUARTE GUERRA, 2016; IZIDRO GONÇALVES, 2009; TREJOS ROSERO, 2012;).

Logo no início de seu mandato, o ex-presidente Morales se dirigiu duas vezes à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2006 e setembro de 2007<sup>46</sup>, e

---

<sup>43</sup> Ver Cunha Filho (2016b) para detalhes específicos sobre o desempenho macroeconômico da Bolívia nos primeiros dois mandatos de Evo Morales.

<sup>44</sup> Os países diretamente afetados por essa decisão unilateral foram Argentina, Brasil e Espanha.

<sup>45</sup> Leia-se no original: “[...] la Cancillería boliviana y el conjunto del servicio exterior se abocaron a estructurar el nuevo discurso de Bolivia en su relación con los países del mundo

<sup>46</sup> 11ª sessão plenária do 61º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, 19 de setembro, em Nova Iorque e 7ª sessão plenária do 63º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, 26 de setembro de 2007, em Nova Iorque.

expôs as motivações por trás do processo de refundação do Estado boliviano que estava sendo empreendido pelo seu governo.

Em ambas intervenções, Evo Morales aproveitou para apontar temas que passariam a ser primordiais para a agenda internacional da Bolívia e que deveriam interessar aos demais países e às organizações internacionais: 1) o combate aos efeitos do processo histórico de colonização dos povos; 2) a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico neoliberal; 3) a necessidade de reconhecer o direito à autodeterminação dos povos indígenas do mundo; 4) o combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas<sup>47</sup>; 5) a defesa da revalorização do uso ancestral da folha de coca; 6) o dever de não ingerência na soberania dos Estados e dos povos e a histórica postura imperialista adotada pelos Estados Unidos da América com os países do mundo, especialmente com os vizinhos da América Latina; e 7) a atração de investidores e investimentos (BOLÍVIA, 2006; 2007).

O teor das futuras manifestações do presidente Morales em fóruns internacionais - regionais e multilaterais - seguiria tônica semelhante. Considerando esses pontos, viam-se indícios de que a postura da Bolívia nas suas relações internacionais sofreria uma mutação considerável ao compará-la com a praticada por governos anteriores. Ceppi (2014) vai mais a fundo nessa ideia ao afirmar que na administração de Evo Morales “a lógica de projeção externa adquire novos matizes em relação ao espectro de relações político-econômicas e ao lugar designado pelo componente ideológico” (CEPPI, 2014, p. 129, tradução nossa)<sup>48</sup>.

Mediante a análise de alguns discursos proferidos pelo mandatário boliviano em âmbito internacional, Trejos Rosero (2012) identificaria três eixos temáticos que articulariam e dinamizariam o acionar internacional do governo boliviano desde 2006<sup>49</sup>. Esses eixos são: 1) o indigenismo, vinculado à defesa dos direitos dos povos indígenas e à reivindicação dos seus saberes tradicionais como ferramenta para combater as mudanças climáticas; 2) o

---

<sup>47</sup> Reiteradamente em discursos no âmbito da Organização das Nações Unidas, o presidente Morales criticou os poucos e inférteis esforços empreendidos pela comunidade internacional em favor da adaptação e da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ocasionadas pelo aquecimento global. Algumas ocasiões em que isso ocorreu foram as duas intervenções já mencionadas na Assembleia Geral da ONU de 2006 e de 2007, seu discurso no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas em 23 de abril de 2008, e seu discurso na AGNU de 23 de setembro de 2008, onde apresentou ao mundo “Os dez mandamentos para salvar o planeta, a humanidade e a vida”.

<sup>48</sup> Leia-se no original: “la lógica de proyección externa adquire nuevos matices respecto al espectro de relaciones político-económicas y el lugar asignado al componente ideológico (CEPPI, 2014, p. 129).

<sup>49</sup> Outra caracterização possível dos eixos discursivos da política externa boliviana é a apresentada por Araújo (2014), quem fala em três paradigmas principais – indigenismo, soberania e diplomacia dos povos -, guiados pelo princípio orientador do Viver Bem.



anticapitalismo/anti-imperialismo, que prega o combate ao modelo de desenvolvimento capitalista e aos seus postulados neoliberais, além de dirigir críticas específicas à política externa dos Estados Unidos e à sua promoção de políticas repressivas de combate às drogas; e 3) o ambientalismo, expressado no reiterado e sistemático ativismo em defesa dos direitos da “Mãe Terra”<sup>50</sup>.

Uma vez indicado o caminho que a Bolívia seguiria através dos pronunciamentos oficiais do seu ex-presidente, coube às instituições do país começar a desenhar as novas diretrizes, princípios, lineamentos e eixos da política externa boliviana. Essa formulação começa com a promulgação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 2007, que pautava uma estratégia de ação para consolidar uma *Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien*<sup>51</sup>. A partir do PND, definiram-se os cinco novos pilares ou princípios em torno dos quais a atuação internacional do país se estruturaria (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007).

O primeiro princípio é a diplomacia dos povos que:

“buscou escutar, dialogar e trabalhar para todos e não só para alguns setores privilegiados, antepondo os interesses da nação aos interesses de qualquer setor, promovendo o relacionamento não só entre chancelarias, mas também entre povos, dando maior importância aos direitos humanos e aos princípios da vida do que à lógica de mercado (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 62, tradução nossa)<sup>52</sup>.

Sobre esse princípio, o PND ainda diz que o

“[...] Paradigma da Diplomacia dos Povos [...] é o fio condutor da atual política externa boliviana, orientada a defender e a preservar a soberania econômica, cultural e territorial do país, com ênfase na recuperação da soberania sobre os recursos naturais, projetando e aplicando uma política externa que propicie a construção de uma comunidade internacional complementar, mais justa, democrática e solidária entre os povos” (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 181, tradução nossa)<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> Dentro deste último eixo, o governo boliviano fez três propostas de ação imediata à comunidade internacional: reconhecer e defender os direitos da “Mãe Terra”; pagar a dívida ambiental contraída pelos países desenvolvidos – principais poluidores – com os países em desenvolvimento – que sofrem os efeitos da poluição-; e criar um tribunal de justiça climática para julgar aqueles que destroem a “Mãe Terra” (TREJOS ROSERO, 2012).

<sup>51</sup> Entre os anos de 2007 e 2008 o PND seria o principal documento a pautar a política externa da Bolívia

<sup>52</sup> Leia-se no original: “[...] buscó escuchar, dialogar y trabajar para todos y no sólo para algunos sectores privilegiados, anteponiendo los intereses de la nación a los intereses de cualquier sector, promoviendo el relacionamiento no sólo entre Cancillerías sino también entre pueblos, dando mayor importancia a los derechos humanos y a los principios de la vida que a la lógica del mercado” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 62).

<sup>53</sup> Leia-se no original: “[...] Paradigma de la Diplomacia de los Pueblos [...] es el hilo conductor de la actual política exterior boliviana, orientada a defender y preservar la soberanía económica, cultural y territorial del país, con énfasis en la recuperación de la soberanía sobre los recursos naturales, proyectando y aplicando una política exterior que

O segundo princípio é o exercício efetivo da soberania, princípio que nortearia boa parte das decisões governamentais desde 2006, a exemplo do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos.

Por sua vez, o terceiro princípio é o da diversidade cultural, a qual:

“ajudou a promover e a exigir o respeito entre os povos, a aceitação das diferentes identidades, os códigos múltiplos, crenças, expressões e valores; a aceitação e o reconhecimento das diferentes relações entre os seres humanos, suas formas de produção e conhecimento; a recuperação da história e a memória dos povos. Com ela, contribui-se para a convivência pacífica e para a integração para um mundo mais equilibrado, negando a existência de uma cultura única, moderna e superior às demais” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 62, tradução nossa)<sup>54</sup>.

O quarto princípio que guia a política externa do país é o da harmonia com a natureza, que enfatiza que “as relações entre os seres humanos, sociedades e Estados não estão à margem das relações com a natureza, e que um desenvolvimento integral e diverso que tome seriamente em conta essa relação é a única alternativa sustentável para a vida no planeta” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 62, tradução nossa).

O quinto princípio da nova política externa boliviana trata da redução e da superação das assimetrias.

Em complemento a esses princípios, novos lineamentos estratégicos foram definidos para a política externa e para as relações econômicas internacionais: a) integração com soberania; b) relações complementares e de respeito mútuo; c) reintegração marítima; d) busca de um verdadeiro multilateralismo<sup>55</sup>; e) comércio solidário e complementar; f) investimentos no marco do respeito à Constituição Política do Estado<sup>56</sup>; g) revalorização da folha de coca; h) luta contra o

---

propicie la construcción de una comunidad internacional complementaria, más justa, democrática y solidaria entre los pueblos (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 181).

<sup>54</sup> Leia-se no original: “[...] ayudó a promover y exigir el respeto entre los pueblos, la aceptación de las diferentes identidades, los múltiples códigos, creencias, expresiones y valores; la aceptación y el reconocimiento de las diferentes relaciones entre los seres humanos, sus formas de producción y conocimiento; la recuperación de la historia y memoria de los pueblos. Con ella, se contribuyó a la convivencia pacífica y la integración para un mundo más equilibrado, negando la existencia de una cultura única, moderna y superior a las demás” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 62).

<sup>55</sup> Pauta a construção de uma comunidade internacional harmônica, baseada nos princípios da complementariedade e na autodeterminação das nações e dos povos. Suas propostas concretas incluíam uma reforma profunda da ONU e a democratização do Conselho de Segurança (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007).

<sup>56</sup> Inserem-se nesse contexto a decisão de sair do Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI), órgão ligado ao Banco Mundial responsável por julgar litígios entre transnacionais e governos. Para saber mais ver Canelas e Escánez (2010), Delgado e Cunha Filho (2010) e Tola (2018).

narcotráfico<sup>57</sup>; i) reconhecimento dos direitos dos povos indígenas; j) defesa internacional da biodiversidade e da água; e k) apoio aos bolivianos e aos movimentos sociais no exterior<sup>58</sup>. Neste trabalho, a integração com soberania, as relações complementares e de respeito mútuo, a reintegração marítima e o comércio solidário e complementar são abordados em alguma medida ao discutir as ações da Bolívia no âmbito internacional.

Como podemos observar, os formuladores da nova política<sup>59</sup> optaram pela manutenção de algumas das linhas de ação que, historicamente, orientaram as relações internacionais do país. Nesse contexto, temas como a integração econômica e energética, a reivindicação marítima – histórica política de Estado -, a atração de investimentos estrangeiros para o desenvolvimento econômico do país<sup>60</sup>, e a participação em mecanismos regionais, hemisféricos e globais se fizeram presentes na agenda internacional do Movimento ao Socialismo (AGRAMONT LECHÍN, 2015; CEPPI, 2014; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a; SAAVEDRA, 2018).

No entanto, na intenção de se diferenciar de governos passados, a administração de Morales reformulou tais linhas em termos dos princípios e dos objetivos que as sustentavam. O principal exemplo disso foi a incorporação da filosofia do Viver Bem à política externa boliviana. O responsável por essa assimilação filosófica e um dos seus maiores expoentes foi o ex-Ministro das Relações Exteriores da Bolívia (2006-2017), David Choquehuanca Céspedes, líder sindical de origem aimará. Em contraposição ao modelo de desenvolvimento neoliberal, considerado individualista e predatório com a natureza, o “Viver Bem é uma filosofia que propugna valorar a vida, buscar o equilíbrio consigo mesmo ou o bem-estar individual, assim como o bem-estar coletivo e pretende alcançar a harmonia na convivência do ser humano com a natureza

---

<sup>57</sup> À diferença das gestões anteriores, o MAS não coadunava com a estratégia “coca zero” de erradicação de todos os cultivos ilegais de folha de coca mediante ações das forças de segurança pública do país. A abordagem proposta pelo novo governo se baseava na delimitação por lei do tamanho das áreas em hectares destinadas à plantação, junto com mecanismos de controle social.

<sup>58</sup> Os elevados índices de pobreza e extrema pobreza enfrentados pela Bolívia decorrentes do receituário neoliberal dos anos 1990 e 2000, provocaram um grande êxodo de bolivianos para outros países. Segundo Mesa Gisbert (2011), pelo menos 15% da população nascida na Bolívia se encontrava fora do país no ano de 2011. Os principais destinos eram a Argentina, o Brasil, a Espanha e os Estados Unidos. Com a entrada do MAS, o Ministério de Relações Exteriores passou a se preocupar com a capacitação do pessoal consular para o pleno atendimento da comunidade boliviana no exterior (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014). Não obstante, não se encontraram dados que comprovassem a melhora estrutural do serviço consular. A principal conquista nesse âmbito parece ter sido a garantia do voto no exterior a partir das eleições presidenciais de 2009.

<sup>59</sup> O Presidente Evo Morales, o Congresso Nacional – posteriormente Assembleia Legislativa Plurinacional-, o Ministério de Relações Exteriores e Culto e o Vice-Presidente Álvaro García Linera – desde 2009 com a promulgação da nova constituição.

<sup>60</sup> Para uma discussão específica sobre o papel da gestão Morales na atração de investimentos estrangeiros ver Cunha Filho (2016).

(MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 60, tradução nossa)<sup>61</sup>. Apesar da presença de novos elementos que apontariam para a ideologização ou radicalização tanto dos discursos como dos lineamentos da política externa boliviana, autores apontam que, em mais de uma ocasião, a condução das relações internacionais por Evo Morales seguiu um padrão restrito, lógico e consideravelmente pragmático (BIRNS; SANCHEZ, 2011).

Um cenário propício para testar essa hipótese é o das relações bilaterais da Bolívia, âmbito onde o governo realizou um esforço para redesenhar suas alianças, tanto no continente americano como mundo afora – esse movimento incluiu a formação de novas parcerias, bem como o distanciamento de velhos aliados (CEPPI, 2014; MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a).

No que diz respeito a redesenhar alianças, começa-se com os casos simbólicos de Brasil e Argentina, antigos parceiros econômicos da Bolívia e os principais protagonistas das fricções internacionais surgidas graças à decisão de nacionalizar os recursos naturais e as empresas encarregadas pela exploração de hidrocarbonetos<sup>62</sup>. Ao comentar sobre o episódio e o relacionamento entre os três países, o ex-Embaixador da Argentina na Bolívia, Sergio Ariel Basteiro<sup>63</sup>, relata detalhes sobre as tensões vividas à época:

“[...] es muy conocida la situación que Lula vive cuando se nacionalizan los hidrocarburos en Bolivia, Evo toma una actitud que generó mucho enojo por parte de Lula cuando entró a los campos petroleros de Petrobrás y eso enoja mucho a Lula por no haberle avisado, por no haber tomado en cuenta la conflictividad que podía llegar a generar en Brasil una decisión tomada por Evo, que fue aprovechada por la derecha fundamentalmente, que quería cobrarse la factura y, aparte también, desgastar al propio Lula con eso. Y, sin embargo, éste terminó aceptando, entendiendo y ayudando a que se pudiera tomar esa medida por sí misma y Evo siempre explica, cuenta que la noche esa que toman esa determinación de nacionalizar los hidrocarburos, los medios de prensa, los ‘opinólogos’ internacionales hablaban del aislamiento que iba a tener Bolivia al tomar esta determinación y “avanzar sobre los derechos”, los derechos que las empresas multinacionales decían tener, y que, en ese momento en que él estaba con mucha incertidumbre, con mucha preocupación, recuerda siempre el llamado de Néstor Kirchner para darle acompañamiento y decirle que ‘vos no te hagas problema, si todos estos que te compran el gas, el petróleo no te lo compran más, Argentina te

<sup>61</sup> Leia-se no original: “[...] Vivir Bien es una filosofía que propugna valorar la vida, busca el equilibrio con uno mismo o estar bien individual, así como el estar bien colectivo y pretende alcanzar armonía en la convivencia del ser humano con la naturaleza ((MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 60).

<sup>62</sup> Além de terem que lidar com o prazo de 180 dias para a renegociação dos contratos de fornecimento de gás, o governo Morales solicitou a ambos países o aumento do preço pago pelo volume de gás exportado. No caso do Brasil ainda se deu o agravante da ocupação de uma refinaria da Petrobrás pelas Forças Armadas bolivianas.

<sup>63</sup> Embaixador da Argentina na Bolívia entre os anos de 2012 e 2015.

compra todo, vas a tener posibilidades de poner tu producto' lo cual lo tranquilizó” (BASTEIRO, 2021) (informação verbal).

O apoio manifestado pelo governo argentino e, em igual medida, pelo governo venezuelano foram essenciais para dar um bom encaminhamento às negociações de fornecimento de gás (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010). Nos anos seguintes, as relações de Bolívia com Argentina e Brasil seriam orientadas pelo peso da variável econômico-comercial, uma vez que o país andino é dependente das exportações de gás para garantir a estabilidade de sua economia e obter resultados superavitários (CEPPI, 2014). Com a Argentina, Tola (2018) indica que a Bolívia manteve uma relação de reciprocidade e cooperação, expressa em uma série de visitas presidenciais, a ampliação dos contratos de venda de gás e o apoio a causas nacionais<sup>64</sup>. Sobre a relação bilateral Brasil-Bolívia, vale apresentar uma última consideração:

A negociação com o Brasil foi um sucesso, este se converteu em um firme apoiador do governo de Morales, financiando e colaborando com: infraestruturas, segurança, exploração de recursos naturais. O apoio do Brasil se consolida junto com sua liderança regional. Surge um certo receio na Bolívia diante da notória influência de Brasília nos assuntos domésticos, suspeita-se que o imprescindível desta relação dificulta que a Bolívia defenda com mais clareza seus interesses (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010, p. 244, tradução nossa)<sup>65</sup>.

Outra aliança importante do período foi a desenvolvida com a Venezuela, parceira externa “tradicional”<sup>66</sup> da nação boliviana, com quem as relações bilaterais e regionais, a partir da chegada de Evo Morales ao poder, intensificaram-se (CEPPI, 2014). Embora o relacionamento entre ambos países não remeta a uma parceria histórica, a proximidade ideológica entre Hugo Chávez e Evo Morales permitiu o estreitamento das relações diplomáticas e econômicas entre ambos países, bem como o aumento da cooperação militar. Ainda sobre isso, a Venezuela fez concessões comerciais e energéticas ao seu vizinho andino, forneceu financiamento para uma gama de projetos sociais, educacionais e médicos<sup>67</sup>; além de prover equipamento militar (CEPPI, 2014; BIRNS; SANCHEZ,

---

<sup>64</sup> A presidenta Cristina Fernández manifestou sua solidariedade com a Bolívia durante a crise política de 2008 e com a demanda marítima contra o Chile. Por sua vez, o presidente Evo Morales demonstrou apoio à causa das Ilhas Malvinas e à disputa com os fundos “abutre”.

<sup>65</sup> Leia-se no original: “La negociación con Brasil fue un éxito, éste se convierte en un firme apoyador del gobierno de Morales, financiando y colaborando con: infraestructuras, seguridad, explotación de recursos naturales. Apoyo de Brasil se consolida junto con su liderazgo regional. Surge un cierto recelo en Bolivia ante la notable influencia de Brasilia en asuntos domésticos, se sospecha que lo imprescindible de esta relación dificulta que Bolivia defienda con más claridad sus intereses” (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010, p. 244).

<sup>66</sup> Bolívia e Venezuela integravam ambas a Comunidade Andina, até a saída da segunda em 2006.

<sup>67</sup> Ver Ceppi (2014) para maiores detalhes sobre o teor dos programas desenvolvidos no âmbito da cooperação Bolívia-Venezuela.

2011). Quicá uma das principais exemplificações dessa cercania de interesses foi a entrada da Bolívia na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)<sup>68</sup> em 2006, bloco regional liderado por Venezuela e Cuba.

Devido ao alinhamento programático, que tinha na quebra da dependência econômica dos Estados Unidos o seu cerne, o presidente Morales passa a reproduzir, em termos de programa para sua política externa, um discurso semelhante ao da Venezuela e de seu presidente Hugo Chávez, e ao de Cuba, principalmente quando ainda presidida por Fidel Castro<sup>69</sup>. Como já foi citado, em muitos de seus pronunciamentos o mandatário boliviano recorreria ao uso de expressões com carga semântica forte – como “império” – para denunciar as ações norte-americanas no plano internacional. Afirmava-se, assim, que as práticas e os discursos da potência norte-americana reproduziriam uma visão, por muitas vezes, colonial e neocolonial sobre os países do globo que não buscassem seguir suas recomendações de política econômica e alinhamento político.

A adoção de retórica anti-imperialista e contra-hegemônica ia na contramão da longa tradição de parceria com os Estados Unidos que a Bolívia manteve em sua agenda internacional durante a segunda metade do século XX. Conforme visto na seção anterior, a potência norte-americana costumava encontrar facilidades para avançar pautas que lhe fossem de interesse no âmbito das agendas doméstica e externa bolivianas (SANTOS, 2018; CANELAS; ESCÁNEZ, 2010; CEPPI, 2014; CUNHA FILHO; DELGADO, 2010; DURAN GIL, 2008; QUITRAL ROJAS, 2014).

Com relação a esse assunto, o ex-Vice ministro de Relações Exteriores da Bolívia, Juan Carlos Alurralde<sup>70</sup>, enuncia a tônica que a relação bilateral passaria a adotar:

Percibimos cuando entramos a la cancillería que había una subordinación a los Estados Unidos y a sus agencias de cooperación. Cuando entre a la cancillería era asesor de David y me llegaban muchos temas en los cuales el lenguaje en el cual se comunicaban los actores de la embajada de Estados Unidos era un lenguaje no peyorativo, pero si un lenguaje instructivo. O sea, te instruían hacer ciertas cosas. Te instruían votar por este candidato, te instruían condenar cierto acto por ejemplo de China o de Corea del Norte o cualquier cosa. Te instruían reaccionar de esta

<sup>68</sup> A ênfase do bloco era promover a solidariedade e a complementariedade econômica entre seus membros.

<sup>69</sup> Apesar de muitos autores, meios de comunicação e críticos do governo do MAS acusarem o ex-presidente Morales de ter adotado uma relação de subserviência ou apadrinhamento em relação ao seu homônimo Hugo Chávez, Birns e Sanchez (2011) apontam que em mais de uma ocasião o líder boliviano tentou se desvincular da imagem de protegido do presidente venezuelano e até desmentiu declarações deste em prol da estabilidade doméstica. Os mesmos autores defendem a hipótese de que a intensa aproximação ideológica em termos de discurso teria um fundo de atender a uma necessidade pragmática de obter recursos para o desenvolvimento interno.

<sup>70</sup> Foi Vice-Ministro de Relações Exteriores depois da promulgação do Estado Plurinacional da Bolívia, no período de 2011 a 2017.

manera frente a ciertos temas. Y yo he podido leer con mis propios ojos por eso te digo. Esto no es un dogma, he podido leer decenas de estas notas que llegaban de la embajada instruyendo el comportamiento de Bolivia en el ámbito bilateral y multilateral lateral en temas en que querían que Bolivia también condene cierto tipo de actos de otros países. Obviamente tratando de buscar hacer crecer el bloque de países en los cuales Estados Unidos influye. En los temas y en los espacios multilaterales tan grandes como son las Naciones Unidas o la OEA era evidente que Estados Unidos conducía y condujo durante décadas como se movió Bolivia en el ámbito internacional. Entonces muy cortésmente respondimos que nosotros caminamos por nuestros propios pies. Se rompió el tutelaje con los Estados Unidos y más bien se muestra al Vivir Bien como una propuesta alternativa al mundo (ALURRALDE, 2021) (informação verbal).

A aproximação de países como Venezuela, Cuba e Irã, ocorrida dentro dessa lógica de política externa anticapitalista e anti-imperialista, acabou tornando o vínculo com os Estados Unidos hostil e conflitivo. A partir de 2008, a crise bilateral começaria a se intensificar com a expulsão do embaixador estadunidense Philip Goldberg<sup>71</sup> da Bolívia e pioraria com a proibição por tempo indeterminado de atividades da DEA em solo boliviano<sup>72</sup> (CEPPI, 2014; CUNHA FILHO; DELGADO, 2010; TREJOS ROSERO, 2012). Esses e outros acontecimentos como a expulsão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) em 2013 e o caso Snowden<sup>73</sup> do mesmo ano, deram à relação bilateral uma caracterização de baixa intensidade e tensão constante. Mesmo diante dessa realidade conflitiva, a potência norte-americana continuou sendo a terceira maior parceira comercial da Bolívia durante as gestões do MAS (BIRNS; SÁNCHEZ, 2011; CEPPI, 2014).

Ainda sobre as relações com os vizinhos da América do Sul, vale mencionar a reaproximação estratégica do Chile com o objetivo de pôr um fim à disputa marítima na qual a Bolívia reivindica seu direito de possuir uma saída soberana para o Oceano Pacífico. Após 28 de tentativas fracassadas de manter diálogos sobre a disputa marítima entre ambos países, o governo do MAS, já em 2006, conseguiu acordar a famosa “agenda de 13 pontos”<sup>74</sup> com seu vizinho, onde

---

<sup>71</sup> Philip Goldberg foi declarado *persona non grata* devido a acusação de que seu país estaria contribuindo para desestabilizar o governo do MAS durante a crise interna de 2008 em torno da aprovação do texto constitucional que colocou o oficialismo contra a oposição, representada pelas elites orientais da região da “Meia Lua” boliviana e suas demandas por autonomia departamental.

<sup>72</sup> O preço pago por essas escolhas foi a não renovação do ATPDEA e a consequente interrupção dos benefícios advindas do acordo.

<sup>73</sup> Ver Cunha Filho (2016b).

<sup>74</sup> Integram a agenda de 13 pontos os seguintes temas: 1) desenvolvimento de confiança mútua; 2) integração fronteiriça; 3) grupo de trabalho sobre livre trânsito; 4) infraestrutura física; 5) acordo de complementação econômica; 6) tema marítimo; 7) recursos hídricos: Silala; 8) luta contra a pobreza; 9) temas de segurança e defesa; 10) cooperação para o controle do tráfico ilícito de drogas e de produtos químicos essenciais; 11) educação, ciência e tecnologia; 12) cultura; 13) outros temas.

se aceitou incluir a questão marítima. Parecia que o bom clima inicial entre os presidentes Morales e Bachelet poderia jogar em prol da resolução da disputa a favor da Bolívia (CEPPI, 2014; CUNHA FILHO, 2015; MAIRA, 2007; QUITRAL ROJAS, 2014).

Já a respeito de alianças novas, o país – primeiro como República e depois como Estado Plurinacional – tentou diversificar a nomenclatura de parceiros internacionais dispostos a investir em seu território. Tendo em mente esse objetivo, apostou-se pela aproximação de países como China, Rússia, Irã, Índia e Líbia, além de reforçar vínculos com parceiros como o Japão, União Europeia e alguns países árabes. Apesar de significativos para entender outros desdobramentos da política externa da Bolívia, debruçar-se sobre esses relacionamentos fugiria ao escopo delimitado para o presente estudo, por tanto, esse esforço não será feito aqui.

A conformação de mecanismos de escopo regional que adotavam uma lógica de oposição ao paradigma neoliberal e aos seus megaprojetos de integração – a exemplo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) -, como é o caso da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e a participação da Bolívia neles será tema de outro capítulo.

### **1.3 Estado Plurinacional da Bolívia: refunda-se a política externa do país?**

Buscando implementar uma ampla reestruturação institucional no país que derivasse em transformações sociais profundas e desse continuidade ao processo de refundação do Estado, o Assembleia Constituinte promulgou a nova Constituição Política do Estado (CPE) no dia 7 de fevereiro de 2009<sup>75</sup>. Fruto de um período de elevada polarização e conflito entre o governo e a oposição e seus respectivos apoiadores, o novo instrumento normativo estaria assentado nos seguintes elementos: constitucionalismo transformador; plurinacionalidade do Estado; autogoverno indígena; pluralismo jurídico; democracia intercultural; viver bem (*vivir bien*) (SANTOS; EXENI RODRÍGUEZ, 2019). Em termos institucionais, algumas das mudanças mais destacáveis foram o reconhecimento da identidade originária indígena camponesa e a introdução desta na vida política, a criação de novas divisões territoriais – indígenas e autonomias -, e a abertura de novos canais institucionalizados para aumentar a participação popular (MOTA, 2009).

Especificamente sobre a visão que o governo boliviano tinha a respeito do impacto que a nova constituição teria para as relações internacionais da Bolívia, destaca-se o seguinte:

---

<sup>75</sup> No referendo popular de janeiro de 2009, a nova CPE foi aprovada com 61,43% dos votos.



A política externa a que nos referimos até agora era uma política externa em construção, baseada nos princípios, diretrizes, propostas, fatos e símbolos a que nos referimos e que serviu para orientar o trabalho do Ministério das Relações Exteriores e do serviço exterior no primeiro período da Revolução Democrática e Cultural. Desde a entrada em vigor da nova Constituição Política do Estado, são os preceitos nela contidos que orientarão, mais precisamente, a política externa do Estado Plurinacional da Bolívia. (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 100, tradução nossa)<sup>76</sup>.

Reflexo desse posicionamento, é o fato da nova CPE trazer uma seção inteira dedicada às relações internacionais, às fronteiras, à integração, e à reivindicação marítima<sup>77</sup>. Dentro dessa seção se encontram alguns artigos que delimitam os rumos que a política externa deveria seguir a partir de 2009:

“Artigo 255 (I) – As relações internacionais e a negociação, a subscrição e a ratificação de tratados internacionais respondem aos fins do Estado em função da soberania e dos interesses do povo. [...] Artigo 265 (I) - O Estado promoverá, com base nos princípios de uma relação justa e equitativa e com reconhecimento das assimetrias, as relações de integração social, política, cultural e econômica com os demais Estados, nações e povos do mundo e, em particular, deverá promover a integração latino-americana; (II) - O Estado fortalecerá a integração de suas nações e povos indígena originário campesinos com os povos indígenas do mundo” (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, p. 94-98, tradução nossa)<sup>78</sup>.

Pela leitura dos artigos pode-se perceber que o texto constitucional não destoava tanto do já apresentado em documentos anteriores como o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2007. Na verdade, a constituição acaba sendo uma reiteração dos lineamentos de política externa introduzidos pelo PND com o benefício de expandir conceitos como o Viver Bem para dentro de outros âmbitos de política pública. Seria um caso em que o discurso no âmbito internacional acabou tendo reverberações no arranjo institucional doméstico.

---

<sup>76</sup> Leia-se no original: “La política exterior a la que nos hemos referido hasta ahora fue una política exterior en construcción, sobre la base de los principios, lineamientos, propuestas, hechos y símbolos que hemos referido y que sirvieron para orientar el trabajo de la Cancillería y el servicio exterior en el primer período de la Revolución Democrática y Cultural. A partir de la puesta en vigencia de la nueva Constitución Política del Estado, son los preceptos allí contenidos los que guiarán, de manera más precisa, la política exterior del Estado Plurinacional de Bolivia (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 100).

<sup>77</sup> Trata-se do “Título XIII” do texto constitucional.

<sup>78</sup> Leia-se no original: “Artículo 255. I. - Las relaciones internacionales y la negociación, suscripción y ratificación de los tratados internacionales responden a los fines del Estado en función de la soberanía y de los intereses del pueblo. Artículo 265. I. - El Estado promoverá, sobre los principios de una relación justa, equitativa y con reconocimiento de las asimetrías, las relaciones de integración social, política, cultural y económica con los demás estados, naciones y pueblos del mundo y, en particular, promoverá la integración latinoamericana. II. - El Estado fortalecerá la integración de sus naciones y pueblos indígena originario campesinos con los pueblos indígenas del mundo” (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, p. 94-98).

A respeito do Viver Bem, quando lhe perguntado em entrevista, o ex-presidente da Corte Nacional Eleitoral da Bolívia, José Luis Exeni Rodríguez, responde que

“Se lo ha manejado mucho discursivamente y creo que ha sido un aspecto esencial en la política exterior o en los discursos hacia fuera de Evo Morales, del canciller Choquehuanca. Mucho hablan del vivir bien, de los derechos de la naturaleza de los derechos de los pueblos indígenas o sea fue un componente importante de la política exterior en esos años o la Diplomacia de los Pueblos. Pero en los hechos no se ha expresado en políticas públicas, en un modelo alternativo al desarrollo. No se ha expresado en política económica. Es algo que ha quedado ahí subordinado y yo creo que el gran reto en términos de transformación civilizacional tiene que ver con retomar esas banderas del vivir bien y transformarlas en política pública Y si no se lo ha hecho a nivel de políticas públicas tampoco a nivel de los funcionarios y de las autoridades. No ha habido un proceso en el que los funcionarios del estado plurinacional asuman a plenitud lo que es un Estado que asume el vivir bien” (EXENI RODRÍGUEZ, 2021) (informação verbal).

Uma outra mudança introduzida pela nova constituição foi a incorporação da identidade étnica ao Estado e o reconhecimento do pluralismo como eixo central do mesmo. Graças a isso, “a institucionalidade do Ministério de Relaciones Exteriores, tradicionalmente restringida a setores elitistas, abriu-se à participação da sociedade civil e aos seus movimentos e a suas organizações sociais [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 60, tradução nossa)<sup>79</sup>. Uma das formas em que essa incorporação se manifestou na institucionalidade foi no recrutamento de atores alheios ao mundo diplomático para compor as filas do Ministério de Relaciones Exteriores<sup>80</sup>.

O ex-vice Ministro de Relaciones Exteriores da Bolívia, Juan Carlos Alurralde, comenta essa tendência:

“Puedo decir que la incorporación de otros actores ha tenido sus luces y sus sombras. Compañeros que nunca habían tenido cercanía con la vida diplomática se convirtieron en grandes diplomáticos. Uno de ellos es Freddy Mamani, por ejemplo. Un dirigente de FRUTCAS (federación regional única de trabajadores campesinos del altiplano Sur) que jamás soñó ser un diplomático y acaba siendo un hombre de las Naciones Unidas., querido por todo el mundo, además absolutamente eficiente. Después fue mi coordinador de gabinete, yo lo traje de Nueva York y si trabajó conmigo. Pero él es un dirigente, es un maestro rural, dirigente que llega a ser un gran diplomático. Yo me incluyo también, yo soy un Ingeniero en Recursos Hídricos que acaba no siendo un gran diplomático, pero sí

<sup>79</sup> Leia-se no original: “La institucionalidad del Ministerio de Relaciones Exteriores, tradicionalmente restringida a sectores elitistas, se abrió a la participación de la sociedad civil y a sus movimientos y organizaciones sociales [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 60).

<sup>80</sup> Cabe ressaltar que esse movimento não começou em 2009 com a promulgação da nova constituição, mas o reconhecimento das identidades étnicas e do pluralismo foram mudanças cruciais para dar maior fôlego e impulsionar a incorporação de indivíduos às instituições do Estado boliviano.

aportando muchas cosas en varios temas que han sido importantes para el país. Y muchos otros que jamás cursamos la Academia Diplomática pero que sí hemos podido darle esta visión nueva. Pero ha habido también sombras y hay que ser bien claro, no quiero ser discriminador, no voy a dar nombres en este caso, pero ha habido compañeros que no han logrado percibir la función y la responsabilidad que tenían dentro de algo tan importante como es la representación diplomática” (ALURRALDE, 2021) (informação verbal).

Críticos do Movimento ao Socialismo usaram-se e ainda usam o argumento da indicação de pessoal sem formação diplomática especializada para ocupar altos cargos dentro do Ministério de Relações Exteriores, bem como no serviço exterior boliviano. Essa tendência aumentou com a promulgação da Lei Nº 465 de 19 de dezembro de 2013, a *Ley del Servicio de Relaciones Exteriores del Estado Plurinacional de Bolivia*. A nova normativa, que substituiu a antiga lei do serviço exterior de 1993, daria um maior grau de institucionalização à política externa do *proceso de cambio* ao reunir em um documento único as diretrizes, conceitos e princípios seguidos pelo MAS, que se encontravam distribuídos em vários programas e planos. Quanto ao ingresso de novo pessoal na chancelaria, a lei estabeleceu três categorias de funcionários<sup>81</sup>. Como se infere do trecho citado acima, a não sujeição estática ao pessoal de tradição diplomática teve efeitos positivos para as relações internacionais da Bolívia, principalmente em termos de introduzir indivíduos de formações e culturas diferentes àquelas apresentadas pelo corpo diplomático nos anos 1990 e início dos anos 2000. Claro que para tirar maiores conclusões sobre este ponto será necessário realizar um estudo mais esmiuçado sobre a composição do ministério e as trajetórias profissionais e de formação de seus funcionários.

Feita a apresentação normativa do texto constitucional em termos da dimensão de relações internacionais e vistos alguns pontos que suscitam reflexões sobre o ordenamento legal boliviano, retoma-se a discussão sobre os efeitos práticos da política externa boliviana pós-nova constituição.

Falando em termos práticos, segundo Cunha Filho (2016b), os bons resultados econômicos obtidos mediante a nacionalização dos recursos naturais – o aumento dos investimentos públicos, a atração de maiores volumes de investimento estrangeiro direto (IED) e a progressiva elevação das reservas internacionais do país -; somados com “a consolidação das profundas reformas

---

<sup>81</sup> 1) Designados: cargos públicos que são fruto de uma nomeação conforme estabelecido pela constituição boliviana, essa atribuição seria exclusiva a Ministro de Relações Exteriores, vice-ministros, embaixadores, cônsules-gerais e cônsules; 2) De livre nomeação: funcionários nomeados diretamente pelo Ministro de Relações Exteriores para desempenhar atividades de caráter administrativo, técnico ou de gestão. A nomeação pode ser livremente removida pelo chanceler; e 3) servidor de carreira: função pública adquirida ao cumprir uma série de requisitos, superar uma prova de méritos e concluir o curso da Academia Diplomática (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2013).

institucionais trazidas pela nova constituição de 2009 e a estabilização política do segundo mandato presidencial de Morales (2010 – 2015) [...]” (CUNHA FILHO, 2016b, p. 155, tradução nossa)<sup>82</sup>; levaram

“[...] o país a um segundo momento em sua estratégia de inserção internacional, em que a arena internacional deixa de ser vista principalmente como uma oportunidade de alavancamento ampliado das necessidades internas de financiamento para se converter cada vez mais, também, em um fórum de divulgação dos supostos sucessos do ‘modelo boliviano’” (ibidem, p. 153, tradução nossa)<sup>83</sup>.

Isso quer dizer que, para além da atração de investimentos e formação de alianças para combater a dependência excessiva dos Estados Unidos, a Bolívia, nesse segundo momento, valer-se-ia do capital político que seu modelo econômico e a imagem do presidente Evo Morales haviam lhe garantido, para passar a exercer uma presença desproporcional ao seu peso no sistema internacional (CUNHA FILHO, 2016b).

Esse capital político se traduziu em discussões e reivindicações pautadas pelo país a respeito de uma série de temas – direitos das populações indígenas<sup>84</sup>, a agenda climática e os “direitos da Mãe Terra” e a revalorização da folha de coca - e em fóruns multilaterais diferentes (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010; QUITRAL ROJAS, 2014). Devido a essa nova postura de país propositivo, a Bolívia obteve alguns resultados destacáveis para a sua política externa. Menciona-se em primeiro lugar o impulso dado pelo governo Morales para que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarasse o acesso à água potável e ao saneamento um direito humano universal<sup>85</sup> (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010; CEPPI, 2014).

Outra demonstração de capital político internacional foi a organização da I Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, encontro preparado

---

<sup>82</sup> Leia-se no original: “[...] la consolidación de las profundas reformas institucionales traídas por la nueva constitución de 2009 y la estabilización política del segundo mandato presidencial de Morales (2010-2015) [...]” (CUNHA FILHO, 2016b, p. 155).

<sup>83</sup> Leia-se no original: “[...] el país a un segundo momento en su estrategia de inserción nacional en dónde la arena internacional deja de ser vista principalmente como una oportunidad de apalancamiento ampliado de las necesidades internas de financiamiento para convertirse también cada vez más en un foro de divulgación de los supuestos logros del “modelo boliviano” (CUNHA FILHO, 2016b, p. 153).

<sup>84</sup> Sobre este ponto, a Bolívia contribuiu para a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 13 de setembro de 2007. Embora tenha acontecido anteriormente à promulgação da nova constituição, a declaração e pauta indígena serão tema recorrente nas intervenções de Morales em fóruns multilaterais até os últimos anos de seu mandato.

<sup>85</sup> Declaração da Assembleia Geral da ONU de 28 de agosto de 2010.

como crítica à Cúpula de Copenhague de 2009, do qual participaram mais de 35 mil ativistas de vários países<sup>86</sup> (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010; CUNHA FILHO, 2012).

Ao longo dos governos de Evo Morales, a Bolívia demonstrou ter certa capacidade de influenciar as escolhas de seus vizinhos regionais e, como visto agora há pouco, essa capacidade chegou ao ponto de afetar decisões tomadas em âmbito internacional. Já, para o presente estudo, a maior manifestação do momento vivido pelo MAS no poder em termos de promover mudanças na arena internacional foi referente à defesa à despenalização do uso de folha de coca. Em 2009 o governo de Evo Morales propôs emendar a Convenção Única sobre o Uso de Entorpecentes de 1961 de modo a remover a proibição do uso de folha de coca<sup>87</sup>. Ao receber uma resposta negativa, a Bolívia denunciou a convenção em junho de 2011 e iniciou o processo para se retirar da mesma.

Finalmente, o país solicita seu reingresso na convenção no ano de 2012 sob a condição de que ao país não se aplicassem os incisos “c” e “e” do artigo 49 da convenção da ONU, relativos à proibição da mastigação da folha de coca<sup>88</sup>. Após o pedido ter sido submetida à votação dos Estados-parte do instrumento, o governo Morales obteve uma vitória diplomática de muito valor simbólico, pois, naquele momento, sua gestão conseguiu algo pouco provável: conseguir integrar uma convenção internacional assinada e ratificada por um conjunto de países hegemônicos como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França e outros, mesmo com estes se opondo ao pedido boliviano (CANELAS; ESCÁNEZ, 2010; TOLA, 2018).

A obtenção do reconhecimento de 2014 como o Ano Internacional da Quinoa pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a vitória nas eleições para presidir o G77 + China são mais alguns exemplos do peso internacional que a Bolívia adquiriu desde o início do segundo governo do MAS.

Não obstante, nem tudo foram vitórias diplomáticas e sucessos internacionais. No que tange à relação com o Chile, após a definição da Agenda de 13 pontos e a obtenção de alguns avanços em negociações quanto a temas de integração e defesa, as principais discussões sempre se voltaram para a questão da saída ao mar. A relação bilateral chegaria ao seu clímax quando o

---

<sup>86</sup> As resoluções e as recomendações da cúpula trazem elementos como a valorização das cosmovisões ancestrais dos povos indígenas, modos de vida alternativos ao desenvolvimento capitalista e baseados na filosofia do Viver Bem.

<sup>87</sup> Na Bolívia, o uso da folha de coca mediante a mastigação da mesma é uma prática ancestral e recebe o nome de *acullico*.

<sup>88</sup> Ver as comunicações C.N.829.2011.TREATIES-28 e C.N.94.2013.TREATIES-VI.18 emitidas pelo Secretário-Geral da ONU Ban Ki-Moon que dizem a respeito do pedido da Bolívia de suspender o artigo 49 da convenção de estupefacientes e da reserva solicitada pelo governo de Evo Morales para voltar a integrar a convenção, respectivamente.

já Estado Plurinacional da Bolívia, durante o segundo mandato de Sebastián Piñera no Chile<sup>89</sup>, decide denunciar formalmente o país vizinho perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) na Haia, em abril de 2013<sup>90</sup>. A partir desse ponto, a postura dos governos entre si só passa a endurecer (CEPPI, 2014; CUNHA FILHO, 2015; CUNHA FILHO; DELGADO, 2010; IZIDRO GONÇALVES, 2009; NAMIHAS, 2013).

Em 2018, pelo placar de 12 votos contra 3, a CIJ determinou que o Chile não tinha obrigação de negociar com a Bolívia uma saída soberana para o mar como forma de remediar as perdas territoriais contraídas durante a Guerra do Pacífico. Essa provavelmente significou a maior derrota internacional de Evo Morales e acabaria tendo implicações negativas no âmbito doméstico ao se somar às discussões internas em torno da possível participação do presidente nas eleições de 2019.

Perguntado sobre qual balanço faria a respeito da política externa dos governos de Evo Morales, o Entrevistado 1 (2021) responde o seguinte:

¿Qué ha ganado y qué de innovadora ha tenido la política exterior boliviana desde el punto de vista del balance y bajo estos principios? En mi opinión pues, ha sido sí un cambio ideológico, pero en términos de un punto de vista de la política exterior y desde un enfoque del realismo de la política exterior, yo pienso que los intereses de Bolivia no han sido adecuadamente promovidos, es decir, han estado subsumidos al parecer a la coincidencia ideológica más que al interés nacional propiamente dicho, porque Bolivia en su conjunto no es sólo la concepción indígena campesina cómo se ha planteado político ideológicamente. Bolivia en su conjunto, no todos están adscritos a un pensamiento socialista. Bolivia es mucho más que eso y los intereses de Bolivia, más allá de la intereses de corte ideológico son intereses concretos, por ejemplo, inserción económica internacional, apertura de mercados, desarrollo económico, Industrial, transferencia de tecnología, mejora sustantiva en el tema de la generación de empleos y mayor interconectividad, tantos temas que escapan a una visión esencialmente ideologizada Por lo tanto, en términos del balance acerca de las políticas exterior boliviana y qué es lo que esto habría significado, creo que durante los 14 años ha sido mucho más discurso mucho más ideología que la concreción de los intereses nacionales propiamente dichos. Se ha creado, se ha construido una arquitectura de organismos de integración subregional y regional que no se han traducido en un beneficio económico y en una mejora estructural de la economía ni de la situación económica y social de bolivianos como tal. Entonces creo que toda esa pretensión o ese esfuerzo por promover principios, visiones ideológicas, tan distintas a las

<sup>89</sup> Sebastián Piñera substitui Michelle Bachelet na presidência do Chile em 2010.

<sup>90</sup> Em 2011 o presidente Morales anuncia pela primeira vez a intenção de apresentar uma demanda formal contra o Chile na CIJ. Na mesma declaração, o mandatário anuncia a criação da *Dirección General de Reivindicación Marítima* (DIREMAR), instância criada dentro do Ministério de Relaciones Exteriores responsável por apoiar diretamente qualquer ação diplomática, jurídica e administrativa que envolvesse a demanda marítima da Bolívia contra o Chile. Para saber mais ver Cunha Filho (2015) e Namihás (2013).

que se propugnaba desde el punto de vista liberal-capitalista, han quedado muy cortos” (ENTREVISTADO 1, 2021) (informação verbal).

Embora o presidente Evo Morales e, especificamente, seu corpo diplomático, sejam passíveis de críticas em alguns pontos como os apresentados anteriormente, não se pode deixar de apontar que a chegada do Movimento ao Socialismo foi responsável por reposicionar a Bolívia perante o tabuleiro internacional ao promover a incorporação de elementos ideológicos e pragmáticos - como o anticapitalismo, o indigenismo, a defesa do meio ambiente e a valorização dos recursos naturais -, e que deram ao país as ferramentas necessárias para passar por uma mudança de orientação internacional, de acordo com a categorização de Hermann (1991). Não somente o discurso do país mudou, mas a lógica e as motivações do processo de tomada de decisões para diversos temas de interesse nacional se viram simultaneamente afetadas com o início do *proceso de cambio*.

## 2. POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO SUL-AMERICANO

Apresentado o panorama descritivo e analítico dos rumos que a política externa boliviana seguiu durante o *proceso de cambio*, passa-se ao momento de fazer alguns esclarecimentos teóricos para poder localizar o nosso objeto de estudo dentro da literatura acadêmica. Conforme pode ser inferido do capítulo anterior, a Bolívia passou dois grandes momentos em termos de direcionamento político-ideológico: a *Democracia Pactada* e o *proceso de cambio*. A divisão em dois grandes momentos corresponde às semelhanças identificadas em seus respectivos marcos temporais no que tange às agendas de política doméstica e política externa, esta segunda sendo o foco de nossa atenção.

No que diz respeito ao cenário internacional, a literatura acadêmica trabalha com os conceitos de integração regional, regionalismo e cooperação internacional para dar conta de definir os tipos de aproximações entre os Estados e o grau de intensidade entre suas interações. Olhando para a nossa descrição das relações internacionais da Bolívia, podemos afirmar que o primeiro período foi caracterizado por governos de corte neoliberal, promotores de políticas de liberalização comercial, que buscaram seguir uma vertente de regionalismo aberto, novidade conceitual dos anos 1990 (CEPAL, 2000; SCHIFF; WINTERS, 2003). Exponentes dessa tendência que a Bolívia passou a integrar são a Comunidade Andina, uma vez reformulada em 1989 e o MERCOSUL, mecanismo ao qual o país se associa desde 1996. Em ambos casos a consigna era promover a liberalização econômica e aumentar as trocas comerciais, sem olhar atentamente para a necessidade de se considerar a redução de assimetrias.

Já o segundo período, coincidente com a chegada de Morales ao poder e se estendendo até sua renúncia em 2019, à luz de suas posturas que passaram a defender a adoção de enfoques de integração voltados para os âmbitos sociais e políticos. Nesse sentido, o governo do MAS podia facilmente ser localizado na tendência de uma América do Sul que buscava se afastar dos postulados neoliberais que acometeram a região nos anos 1980 e 1990, e que começava a ser seguida pelos demais governos da região. Fala-se aqui da tendência do regionalismo “pós-hegemonico” (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015; NOLTE, 2016; RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015).

Considerando o exposto, este capítulo se propõe a discutir os conceitos de política externa, integração regional e regionalismo como forma de relacioná-los com os desdobramentos da política externa boliviana a partir de 2006 e a modo de preparação do leitor para a exposição que será



realizada no próximo capítulo, momento em que serão apresentados os posicionamentos da Bolívia nos quatro mecanismos regionais mencionados logo acima.

## **2.1 Política Externa: uma conceituação teórica**

Assim como apontado no capítulo anterior, este trabalho tomou emprestada a conceituação de Hermann (1990), para quem a política externa

[...] é um programa (plano) projetado para resolver algum problema ou perseguir algum objetivo que implique tomar ação em relação a entidades estrangeiras. O programa, presumivelmente, especifica as condições e os instrumentos da ação estatal (HERMANN, 1990).

O autor iria além e apresentaria uma categorização com quatro níveis de mudança a que a política externa de um país estaria sujeita, a saber: 1) mudanças de ajuste, 2) mudanças de programa, 3) mudanças de problema/objetivo, e 4) mudanças na orientação internacional. Este último nível seria o de maior interesse para nossa exposição, pois ele representaria a forma mais extrema de mudança da política externa de um ator. A mudança de orientação envolve o redirecionamento de toda a orientação do Estado perante o sistema internacional. Indo além, esse nível corresponderia a uma mudança básica no papel internacional e nas atividades desenvolvidas pelo país. Isto é, não se trata apenas de uma mudança de uma única política, mas da alteração de uma série de políticas e normativas (HERMANN, 1990).

O destaque do último nível corresponde à nossa tentativa de caracterizar as transformações promovidas na política externa boliviana pelo governo de Morales como uma mudança na orientação internacional. Isso se deveria a uma série de motivos, muitos deles expostos no capítulo anterior, como a adoção de novas normativas para guiar a agenda internacional da Bolívia, com destaque para o PND de 2007, a CPE, promulgada em 2009, e a nova lei do serviço exterior, de 2014. Esses três documentos enfatizam a necessidade do Estado boliviano de adotar uma postura contrária a dos governos anteriores ao do MAS, uma vez que esses teriam se caracterizado por posturas de dependência econômica em relação a países como os Estados Unidos e a blocos como a União Europeia.

Outro fator que aponta para esse enquadramento está atrelado ao discurso e às ações empreendidas em prol de reivindicar e garantir a soberania nacional boliviana. A nacionalização dos hidrocarbonetos, embora tenha sido uma ação, à primeira vista doméstica, levou a uma série

de descentendimentos no âmbito internacional, principalmente com o governo brasileiro. Ainda sobre isso, as participações do ex-presidente Morales em fóruns multilaterais e o uso destes para marcar novas prioridades da política externa de seu país – meio ambiente, soberania e autodeterminação dos povos, direito humano à água, nova política sobre a folha de coca, entre outros – também seriam um indicativo da mudança de orientação que o país estava atravessando.

Além da definição de política externa e dos seus níveis, é necessário nos atentarmos para a definição de política externa sob a ótica da correlação entre as dimensões externa e interna de um país. Para essa tarefa, contribui a definição apresentada anteriormente de Salomón e Pinheiro (2013, p. 41) e retomada aqui, que considera a política externa uma política pública cuja especificidade se dá pelo fato desta “ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados”. Todavia, as autoras indicam que entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem demandas e conflitos de variados grupos domésticos. E, finalmente, destacam o seguinte: “Embora implementada fundamentalmente fora das fronteiras do Estado, a política externa resulta e promove arranjos institucionais-burocráticos domésticos diversos, bem como articulações políticas internas de variadas dimensões” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

Complementarmente a isso, Klaveren (1992) explica que para entender as políticas externa latino-americanas é necessário fazer uma distinção entre três elementos internos distintos. O primeiro são as características do sistema político, este incluiria o regime e a organização política do Estado. O segundo elemento são as políticas econômicas dos países, que se relacionamento diretamente com o modelo e os objetivos de desenvolvimento. O último elemento são os recursos ou as capacidades que determinado ator possui e que podem ser distinguidos entre recursos tangíveis ou intangíveis. Dentro deste último elemento encontramos uma miríade de outros: fatores geográficos – localização, tamanho do território, características físicas específicas -, fatores demográficos – população, densidade, entre outros -, fatores militares, fatores econômicos, fatores culturais e étnicos.

Defende-se aqui, em consonância com o autor, que ao olhar para a agenda de política externa de um país é necessário considerar todos os elementos apresentados. Logicamente essa análise demanda muito tempo e um pessoal especializado. No caso da Bolívia, pode-se ver o grande esforço do Ministério de Relações Exteriores de preencher lacunas deixadas pelas gestões

anteriores no que diz respeito a não consideração de fatores étnicos e culturais, principalmente, no momento de preparar as novas diretrizes da política externa boliviana.

## 2.2 Do conceito de integração regional e regionalismo

Em termos oficiais, o Estado Plurinacional da Bolívia, através do seu Ministério de Relações Exteriores, não tem feito questão de observar criteriosamente o uso de categorias como “integração regional”, “regionalismo” e “cooperação”. Nesse sentido, destaca-se que a retórica do governo tende ao uso predominante do termo integração regional para se referir a toda e qualquer participação em blocos formados por seus vizinhos da América do Sul e da América Latina.

Ainda sobre isso, o governo de Morales tem demonstrado um interesse nítido em priorizar a participação do seu país no que se chama de “processos de integração que deem centralidade ao ser humano e à natureza antes que ao comércio e ao lucro” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 156, tradução nossa)<sup>91</sup>. Esses poderiam ser entendidos como processos ou mecanismos regionais com agendas que compreendam aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, no marco da complementariedade e da solidariedade entre os povos e que visem a redução de assimetrias entre os países.

Diante dessa definição, destaca-se a tendência à imprecisão conceitual pelos discursos dos mandatários latino-americanos, a exemplo da Bolívia, onde se faz uso do termo “integração” sem delimitações apropriadas. Assim, é lugar comum ouvirmos discursos dos mandatários da região que constantemente se dirigem a arranjos regionais diversos sob a nomenclatura da integração regional (MALAMUD, 2013). Em um primeiro momento, caso fôssemos seguir os critérios do próprio governo, seríamos levados a pensar na ALBA-TCP, na UNASUL e na CELAC. Não obstante, em sua memória institucional, a própria chancelaria faz questão de apontar a CAN e o MERCOSUL como dentro dessa categorização. Um olhar atento sobre cada um desses processos, com exceção da CELAC, será desenvolvido no próximo capítulo.

---

<sup>91</sup> Leia-se no original: “[...] el Estado Plurinacional de Bolivia prioriza la participación en procesos de integración que tengan en el centro al ser humano y a la naturaleza antes que al comercio y las ganancias; procesos “integrales y holísticos” que abarquen aspectos sociales, políticos, económicos, culturales y ambientales, en el marco de la complementariedad y solidaridad entre los pueblos. Procesos de integración que permitan reducir las asimetrías entre países y regiones, que sean democráticos y tomen en cuenta la diversidad de enfoques económicos, sociales y culturales. Este enfoque caracteriza la participación de Bolivia en la OMC, la CAN, el MERCOSUR, el ALBA-TCP y otros procesos de integración [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 156).

No intuito de esclarecer e delimitar as categorias de integração regional, regionalismo e cooperação fazemos alguns apontamentos teóricos a respeito dos seus usos e significados para o campo das Relações Internacionais. Sem entrar em muitos detalhes, partimos do pressuposto de que ao se fazer referência a processos de integração regional, os mesmos podem ser entendidos de forma semelhante como “o processo que prevê uma progressiva delegação de autonomia a instâncias supranacionais” (SOUZA, 2018).

Outras definições mais acabadas obedecem à mesma essência. Por exemplo, para Haas (1970) o estudo da integração regional:

“está preocupado em explicar como e por que os estados deixam de ser totalmente soberanos, como e por que eles se misturam, se fundem e se misturam voluntariamente com seus vizinhos, a fim de perder os atributos factuais da soberania enquanto adquirem novas técnicas para resolver conflitos entre si (HAAS, 1970, p. 610, tradução nossa).

Já para Mariano, Romero e Ribeiro (2015, p. 34), o termo integração regional tende a ser utilizado por atores políticos já que este “reforçaria no inconsciente coletivo a ideia de uma maior coesão entre os participantes e indicaria a intenção de uma fusão futura como resultado desse processo de cooperação”. Recai aqui novamente a ideia de concessão de soberania anteriormente apresentada por Haas (1970).

Essa noção seria reforçada por Nolte (2016), para quem a integração regional também estaria relacionada à ideia do estabelecimento de instâncias supranacionais para as quais autoridade política é delegada de forma a tomar decisão coletivas vinculantes. Todavia, o autor apresentaria os principais tipos de ação que levam à integração regional: 1) remoção de obstáculos econômicos rumo à integração; 2) construção de instituições adequadas ou regulamentações que favoreçam a entrega de bens públicos; e 3) a apresentação da região integrada como uma unidade com certo nível de soberania.

Por outro lado, há autores que aconselham o uso de termos alternativos à “integração regional” por esta estar inevitavelmente associada à experiência da União Europeia - o que geraria um certo desconforto epistemológico de usar uma categoria de uma realidade específica como termômetro para avaliar novos modelos de mecanismos institucionais que se prestam à aproximação interestatal (CLOSA, 2015). O próprio Nolte (2016) indica que o termo integração possuiria limitações conceituais práticas ao limitar a integração regional à formação de instituições supranacionais.

No caso do termo cooperação, esta pode ser entendida como “o exercício conjunto da autoridade política baseada no Estado em instituições intergovernamentais para resolver problemas de ação coletiva relacionados com questões económicas, políticas ou de segurança” (NOLTE, 2016, p. 3). Depreende-se disso que, no caso da cooperação, não haveria necessidade de criar uma instituição supraestatal para tomar decisões.

Feitas as devidas ressalvas conceituais, considerar-se-á para os propósitos da presente pesquisa o uso da categoria “regionalismo” como a mais indicada para pautar os esforços empreendidas pelo Estado boliviano na região sul-americana. Essa escolha obedece ao fato de o regionalismo ser um conceito mais elástico, que faz referência a diferentes modalidades de interação em uma área determinada, entre diferentes atores internacionais, cuja característica comum é a busca de objetivos compartilhados em âmbito externo, doméstico ou transnacional (MARIANO; ROMEIRO; RIBEIRO, 2015).

Nas últimas décadas os estudos sobre o regionalismo, em decorrência do súbito interesse no papel exercido pelas regiões na dimensão internacional, desenvolveram-se consideravelmente e desenharam, por consequência, algumas vertentes explicativas, como o novo regionalismo (CLOSA, 2015; RAMIRO FERNÁNDEZ, 2007) ou regionalismo aberto (SCHIFF; WINTERS, 2003) e o regionalismo pós-hegemônico (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015; NOLTE, 2016; RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015). É de nosso interesse direto usar as últimas duas como ferramentas explicativas. Processos de regionalismo aberto é o rótulo que caracteriza a preocupação de garantir a compatibilidade entre a abertura regional e a abertura global, dando importância primordial à liberalização da economia e à criação da interdependência (NOLTE, 2016; SCHIFF; WINTERS, 2003).

Ainda sobre o conceito de regionalismo aberto, a CEPAL (2000) afirmava que dentro dele a integração regional poderia ser entendida como:

[...] um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e do Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização comercial em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos (CEPAL, 2000, p. 946).

Dentro desse modelo interpretativo é possível explicar a aceitação de países ainda em fase de desenvolvimento tardio dos postulados neoliberais do Consenso de Washington. Na esteira de uma onda de regionalismo aberto, países latino-americanos, como a Bolívia, buscaram adotar medidas de flexibilização para abrir seus mercados, na expectativa de alcançar níveis de crescimento e de desenvolvimento, em um futuro não tão distante, semelhantes aos apresentados pelos Estados Unidos da América, potência hegemônica do mundo.

Ao experimentarem o fracasso do receituário de liberalização comercial, as nações latino-americanas, logo na virada do século, optaram por adotar uma postura de distanciamento do país e das políticas que consideravam responsáveis pelos seus insucessos. Assim, da crítica exaustiva ao paradigma do regionalismo aberto e ao seu rechaço sistemático é que surgiu a vertente do regionalismo pós-hegemônico. Este novo modelo, criação própria da realidade latino-americana, diferencia-se do seu predecessor pela defesa dos seguintes pontos: domínio da agenda política sobre o comércio; recuperação da agenda de desenvolvimento; liderança estatal sobre o mercado; interesse na integração positiva; na integração física e energética; e em pautas sociais (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015; NOLTE, 2016 RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015).

Em vista desses apontamentos, Riggirozzi e Tussie (2018) assinalam uma suposta ambiguidade que o uso do conceito pode ter no contexto sul-americano:

O regionalismo para a América do Sul tem sido uma ferramenta para fortalecer a mão dos mercados e engajar o Estado, mas também uma ferramenta para enfrentar pressões externas e alcançar espaços políticos<sup>13</sup> (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2018, p. 15).

Malamud (2013) contribuiu com alguns apontamentos sobre as vertentes pós-liberal e pós-hegemônica do regionalismo na América do Sul. O autor defende que o surgimento dessas novas categorias ou construtos se justificaria pela mudança de foco da dimensão econômica, associada à falha das reformas neoliberais do século passado. Paralelamente, as vertentes “pós” do regionalismo apresentariam uma postura mais ideológico ou progressista.

Conforme elucidado por Sanahuja (2010), processos regionais de regionalismo pós-liberal podem ser entendidos como aqueles em que a dinâmica decisória atende a uma lógica intergovernamental, onde as decisões são tomadas por Estados, especificamente por seus representantes. A ênfase do regionalismo pós-neoliberal estaria na definição de agendas políticas e sociais e a dimensão econômica defendida por este se relacionaria diretamente à necessidade de superar assimetrias, principalmente as físicas, por meio do incremento da infraestrutura regional

(SOUZA, 2018). A UNASUL seria o principal expoente desta vertente (SANAHUJA, 2010; SOUZA, 2018).

Já ao falarmos sobre o regionalismo “pós-hegemônico, Riggiozzi e Tussie (2012), asseveram que:

Por pós-hegemônicas entendemos estruturas regionais caracterizadas por práticas híbridas como resultado de um deslocamento parcial de formas dominantes de governança neoliberal liderada pelos EUA no reconhecimento de outras formas políticas de organização e gestão econômica de bens regionais (comuns) (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 12, tradução nossa)<sup>92</sup>.

A partir da proposição de uma discussão mais detalhada da vertente do regionalismo pós-hegemônico, Briceño-ruiz e Hoffman (2015, p. 6-8), à diferença de outros autores, propõem enquadrar tanto o surgimento de projetos como a ALBA-TCP, que promove a soberania dos povos mediante os princípios da solidariedade, reciprocidade e complementariedade entre estes, como a proposta da UNASUL, de ser um organismo internacional com uma agenda política e social robustas, que não coloca de lado a agenda comercial, mas deixa claro que ela não será protagonista de suas ações na vertente pós-hegemônica.

Em visto das diferenças conceituais e de entendimento entre os autores apresentados a respeito das vertentes aberta, pós-liberal e pós-hegemônico do regionalismo, optou-se por incluir o esquema a seguir (Quadro 1), elaborado por Souza (2018) que apresenta uma tentativa de categorização analítica das principais noções do regionalismo segundo seu recorte.

**Quadro 1 – Abordagens sobre o regionalismo em perspectiva comparada**

	<b>Regionalismo aberto</b>	<b>Regionalismo Pós-liberal</b>	<b>Regionalismo Pós-hegemônico</b>
<b>Agenda</b>	Primazia da agenda econômica e comercial	Primazia da agenda política	Primazia da agenda política
<b>Atuação</b>	Centrada nos agentes econômicos	Centrada nos atores estatais	Centrada nos atores estatais e movimentos sociais
<b>Fundamento</b>	Neoliberal	Neodesenvolvimentista	Neodesenvolvimentista
<b>Motivação</b>	Reformas estruturais da economia	Ascensão de governos de esquerda e centro-	Deslocamento parcial da hegemonia

<sup>92</sup> Leia-se no original: “By post-hegemonic we mean regional structures characterized by hybrid practices as a result of a partial displacement of dominant forms of US-led neoliberal governance in the acknowledgement of other political forms of organization and economic management of regional (common) goods (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 12).

	internacional a partir de 1990	esquerda na América do Sul	estadunidense na América Latina
<b>Lógica central</b>	Econômica	Política e social	Política e Social
<b>Sentido da integração</b>	Pautado na questão comercial sob escopo da abertura e da competitividade global	Pautado no aprofundamento dos espaços de cooperação sob escopo intrarregional	Pautado na produção de políticas setoriais regionais sob escopo intrarregional
<b>Enfoque</b>	Eliminação de barreiras comerciais	Infraestrutura e seguridade energética	Políticas sociais (ex. saúde e distribuição de renda)
<b>Estratégia de inserção internacional</b>	Convergente e complementar à ordem econômica liberal	Diversificada e alternativa e/ou antagônica à ordem liberal	Diversificada e alternativa e/ou antagônica à governança hegemônica (leia-se, estadunidense) na região latino-americana

**Fonte:** Souza (2018)

À luz das devidas definições teórico-conceituais, julga-se que foram apresentados minimamente os elementos necessários para auxiliar na distinção entre as categorias de integração regional, cooperação e regionalismo. Sendo assim, passa-se à apresentação do último capítulo onde discutiremos as reverberações das mudanças da política externa boliviana em processos de integração regional e de regionalismo.



### 3. A BOLÍVIA E OS PROCESSOS DE REGIONALISMO NA AMÉRICA DO SUL

Como afirmado no primeiro capítulo, a nova postura internacional adotada com a gestão de Evo Morales permitiu que a Bolívia passasse a perseguir um maior estreitamento nas relações bilaterais com seus vizinhos sul-americanos. Não obstante, essa dimensão do relacionamento internacional já foi abordada e o presente capítulo pretende abrir espaço para voltar o olhar à dimensão dos mecanismos, plataformas ou organismos internacionais de abrangência regional que a Bolívia integrou durante o período de 2006 a 2019.

À diferença do capítulo anterior, onde se faz uma distinção teórico conceitual dos conceitos de “integração regional” e de “regionalismo”, e conforme foi indicado por Malamud (2013), o serviço exterior boliviano, ao se referir à condição do país como membro de diversos processos regionais, não costuma fazer uma distinção teórica entre estes e não é raro ver o uso do termo “integração” intercalado indistintamente com categorias como cooperação para se referir à participação e à atuação do país nesses processos.

Independentemente do uso com critérios específicos ou não de categorias conceituais, a participação da Bolívia nos mecanismos regionais sul-americanos e até latino-americanos é um fato. Mais do que isso, pode ser vista como uma tradição de longa data. Segundo o já mencionado, durante o período da *Democracia Pactada*, um dos principais eixos que guiaram a política externa do país andino foi a busca por uma integração regional de corte econômico e energético (CEPPI, 2014; SAAVEDRA, 2018). Seguindo essa linha, a Bolívia se manteve como membro leal do Pacto Andino nos anos 1980 e 1990 e apoiou a reforma do organismo no final do século XX, que o relançou como Comunidade Andina (CAN). Além disso, pautado numa agenda internacional que promovia políticas neoliberais alinhadas com o modelo de regionalismo aberto, a Bolívia assinaria um Acordo de Complementação Econômica (ACE) com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1996 como prelúdio do que viria a ser sua solicitação de ingresso no bloco.

Para o programa político de Morales e seu partido, o MAS, essas participações faziam parte de uma tendência dos governos pré-2006 de priorizar a liberalização comercial em detrimento de afirmar a soberania nacional boliviana e insistir em um modelo de desenvolvimento voltada para a exportação das riquezas nacionais do país. Embora houvesse discordância ideológica entre o presidente Evo Morales e seus antecessores sobre os rumos que a política de integração regional deveria seguir, não se pode desconsiderar a atitude pragmática adotada pelo seu governo de manter a Bolívia como integrante de CAN e MERCOSUL. À permanência nos dois organismos citados,

somaram-se os ingressos na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América -Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), em 2006, na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e na Comunidade dos Estados Latino-Americanos (CELAC), em 2010. Tal movimento evidenciava o anseio do país de cumprir seu destino de país integrador, pilar central na política externa estatal boliviana (AGRAMONT LECHÍN, 2015).

Graças a essas participações e outras, a Bolívia não só manteve sua tradição de país promotor da integração, mas conseguiu o feito de compor todos os blocos regionais cuja abrangência lhe tocava, com exceção da Aliança do Pacífico (ver Quadro 2) (CUNHA FILHO, 2015).

**Quadro 2 – Blocos regionais sul-americanos integrados pela Bolívia**

<b>Ano de ingresso</b>	<b>Bloco</b>
1963	URUPABOL*
1969	Pacto Andino/Comunidade Andina (CAN)
1978	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**
1980	Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)
2006	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)
2008	União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)
2010	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)
2012***	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

**Fonte:** Elaboração própria com base em Ministério de Relaciones Exteriores (2014a), Cunha Filho (2015) e Tola (2018).

\* Não se encontrou informações relevantes sobre o bloco nas fontes oficiais consultadas.

\*\* A OTCA é uma organização intergovernamental formada por 8 países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, que assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica e trabalham em diversas frentes para a implementação do tratado.

\*\*\* O Estado Plurinacional da Bolívia solicita sua adesão formal como membro pleno ao MERCOSUL em 2012, não obstante o processo de ingresso ainda está em andamento. O país é membro-associado do bloco desde 1996.

Essa decisão estava de acordo com as diretrizes de política externa definidas pelo governo do MAS, onde se afirmava que nenhum país seria capaz de dar conta de suas necessidades sem lançar mão de participar de processos de integração. Sobre isso, a postura clara era a de que

“[...] o Estado Plurinacional da Bolívia prioriza a participação em processos de integração que deem centralidade ao ser humano e à natureza antes que ao comércio e ao lucro; processos ‘integrals e holísticos’ que compreendam aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, no marco da complementariedade e da solidariedade entre os povos. Processos de integração que permitam reduzir as assimetrias entre países e regiões, que sejam democráticos e levem em conta a diversidade de enfoques econômicos, sociais e culturais. Esse enfoque caracteriza a participação da Bolívia na OMC, na CAN, no MERCOSUL, na ALBA-TCP e em outros processos de integração [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 156, tradução nossa)<sup>93</sup>

Em complemento a adoção de uma nova visão da integração que priorizava as dimensões política, social, cultural e ambiental, em decorrência da orientação ideológica seguida pela gestão de Morales, a dimensão econômico-comercial da integração continuava possuindo um valor indispensável. Cunha Filho (2015) expressa a importância ainda vigente da visão “mais tradicional” dos processos de integração para a Bolívia:

A integração regional é vista novamente, além disso, como grande oportunidade indutora do desenvolvimento econômico pela sua centralidade geográfica no continente, fazendo fronteira com cinco países e candidato natural a corredor de transportes entre seus vizinhos de economia mais desenvolvida. Além disso, sua enorme riqueza energética ainda sub-explorada – não apenas seu já exportado gás, mas também um imenso potencial hidroelétrico inexplorado, além de fontes potencialmente abundantes de energia geotérmica e eólica – têm levado o país a reafirmar desde o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Morales sua intenção de converter-se no “centro energético do continente (CUNHA FILHO, 2015, p. 6)

Para além das orientações programáticas e de princípios, cabe perguntar: em termos de sua presença na América do Sul, especificamente nos processos de integração/regionalismo mencionados acima, o que mudou para a Bolívia com a chegada de Evo Morales à presidência?

---

<sup>93</sup> Leia-se no original: “[...] el Estado Plurinacional de Bolivia prioriza la participación en procesos de integración que tengan en el centro al ser humano y a la naturaleza antes que al comercio y las ganancias; procesos “integrals y holísticos” que abarquen aspectos sociales, políticos, económicos, culturales y ambientales, en el marco de la complementariedad y solidaridad entre los pueblos. Procesos de integración que permitan reducir las asimetrías entre países y regiones, que sean democráticos y tomen en cuenta la diversidad de enfoques económicos, sociales y culturales. Este enfoque caracteriza la participación de Bolivia en la OMC, la CAN, el MERCOSUR, el ALBA-TCP y otros procesos de integración [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 156).

Quiçá o impacto mais imediato da entrada do MAS para a condução da política externa boliviana no cenário regional sul-americano seja o apontado por Endara (2020):

Fue muy importante esto, en materia de equilibrar las relaciones con algunos Estados. En particular con Estados Unidos con la misma Unión Europea que ya cambiaron un poco su sentido de acercamiento o negociación con Bolivia. No fue solo con Bolivia sino con la región. Si te das cuenta y quizás con un inventario de cuál era la tendencia en la región todos empiezan a sentirse más contestatarios, más nacionalistas, más patrioterros, por así decirlo. Empiezan a defender mucho más su independencia, su determinación. Y eso hace que las relaciones ya con otros bloques se lleven en un tono distinto. Todavía nos tocó a nosotros los primeros años irnos a sentar con negociadores que menospreciaban el simple hecho de que vengas de un país más pequeño. Y en la Comunidad Andina nos pasaba lo mismo, nos daban la palabra al último, se notaba que menospreciaban a Bolivia. La posición fuerte que se puso, desde que estuvo el presidente Morales, hizo que todos los mandos de negociación tuvieran un poco más de confianza, más empoderamiento. Y eso ha hecho que en los marcos regionales vayamos ganando espacio [...] (ENDARA, 2020) (informação verbal).

À luz dessa consideração, fica explícita a relevância imediata do *proceso de cambio* e sua defesa da soberania nacional para as relações bilaterais, regionais e multilaterais, com a Bolívia se inserindo e se somando a uma nova tendência de lideranças contestatárias ao *status quo* de dependência com o hemisfério norte que caracterizou a América do Sul nos anos 1980 e 1990. Resta ver quais possibilidades se abriram a Bolívia a partir de 2006 ao levar em consideração (1) as próprias capacidades do país advindas das transformações que este experimentou nos âmbitos doméstico e externo, e (2) a mudança no prestígio boliviano em âmbito internacional, elemento que lhe garantiu condições “mais equilibradas” na hora de se relacionar.

Tendo em mente as linhas da política externa boliviana moldadas desde a presidência de Morales e a tradição de pertencimento a organismos regionais na América do Sul, o presente capítulo faz uma apresentação e uma discussão da postura e das ações da Bolívia em quatro mecanismos de integração regional/regionalismo, são esses: ALBA-TCP<sup>94</sup>, CAN, MERCOSUL e UNASUL. Especificamente, as seções a seguir discutem as ações executadas, os planos e programas propostos e as iniciativas conjuntas – na medida em que existiram e foram identificados - que contaram, senão com a liderança, pelo menos com a participação do país andino para sua concretização. Considerando a natureza diversa das plataformas que foram utilizadas como estudo

---

<sup>94</sup> A título de esclarecimento, estamos cientes de que a ALBA-TCP não se enquadra na categoria de bloco regional sul-americano. Não obstante, a opção por incluí-la no estudo de caso se deve a dois fatores: 1) a importância que seu surgimento teve para os estudos de regionalismo e integração regional, na medida em que o bloco contribuiu e sua natureza serviram para caracterizar a vertente de regionalismo “pós-hegemônico”; e 2) o destaque que a relação bilateral entre a Bolívia e a Venezuela ganhou no âmbito da ALBA-TCP.

de caso, bem como a indisponibilidade de informações sobre a contribuição individual dos países em muitas das instâncias destas, não se definiram áreas temáticas nem parâmetros para avaliar o grau de participação do governo boliviano.

A apresentação do capítulo no formato de estudos de caso serviu para desenhar um panorama geral sobre o que a Bolívia fez pela aproximação com seus vizinhos dentro de mecanismos específicos no período delimitado. Ao mesmo tempo em que o trabalho desenvolvido contribuirá para jogar luz sobre um assunto que é pouco explorado dentro dos estudos disponíveis sobre a política externa dos governos de Evo Morales, também servirá para testar o grau de projeção que o *proceso de cambio* teve no âmbito regional sul-americano e o quão alinhadas foram as ações do país com os discursos proferidos por seu mandatário e com suas diretrizes de política externa.

Finalmente, mas não menos importante, ao examinar a participação que a Bolívia teve nos processos regionais será possível verificar se o objetivo de alinhar as diretrizes da política externa dentro da vertente de regionalismo “pós-hegemônico” procede ou não.

### **3.1 A Bolívia na ALBA-TCP: inovações e limites de uma alternativa regional**

Criada oficialmente em dezembro de 2004 como Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a ALBA-TCP<sup>95</sup> refletiu o contexto de contestação aos predicados neoliberais da década de 1990 e de reconfiguração política na América Latina e no Caribe, que começou na virada do século XX para o XXI. Idealizado pelo ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, o bloco regional é esboçado como “[...] uma aliança estratégica de caráter anti-hegemônico sustentada na solidariedade como princípio articulador da identidade regional, na complementariedade econômica como fundamento do intercâmbio justo e na Cooperação Sul-Sul como sustento do desenvolvimento social e cultural (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 6, tradução nossa)<sup>96</sup>.

A importância de se pautar a criação de semelhante mecanismo de regionalismo estaria diretamente relacionada à necessidade de contrapor o modelo hegemônico de regionalismo aberto imperante e imposto pelos Estados Unidos da América. Essa imposição ganharia maior expressão

---

<sup>95</sup> Nessa época a plataforma era conhecida somente como ALBA e foi oficializada graças à assinatura da Declaração de Havana e do Acordo para aplicação da ALBA, em 14 de dezembro de 2004, por Hugo Chávez Frías e Fidel Castro Ruz, presidentes de Venezuela e Cuba, respectivamente.

<sup>96</sup> Leia-se no original: “[...] una alianza estratégica de carácter antihegemónico sustentada en la solidaridad como principio articulador de la identidad regional, la complementariedad económica como fundamento del intercambio justo y la cooperación Sur-Sur como sustento del desarrollo social y cultural (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 6).

com a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordo de integração voltado à promoção do livre comércio entre todos os países da América, apresentado pelo ex-presidente estadunidense George Bush nos anos 1990. Eventualmente e em boa parte em decorrência das mudanças políticas que se deram no continente, o projeto da ALCA acabou sendo deixado de lado no ano de 2005. Ironicamente, mas não por casualidade, a falência do acordo continental coincidiria com a ascensão da plataforma latino-americana liderada pelo governo venezuelano.

Embora a ideia do que viria a ser a ALBA já fosse veiculada pelo ex-presidente Chávez desde 1999, o bloco somente começaria a ganhar maiores contornos e reverberação entre os vizinhos latino-americanos a partir do ano de 2002. Um dos fatores determinantes para essa maior projeção foi o estreitamento de relações diplomáticas<sup>97</sup> entre Venezuela e Cuba a partir do mesmo ano. Tal aproximação serviu para ressaltar o caráter anticapitalista, anti-imperialista e antiestadunidense do projeto da ALBA. Esses traços indicavam a predominância do componente ideológico e ditariam os rumos que a futura plataforma regional seguiria no futuro (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015; VERGARA, 2020; RIBEIRO; SCOTELARO, 2022).

Em 2005 os governos de Venezuela e Cuba assinam o Plano Estratégico da ALBA<sup>98</sup>, onde explicitariam os princípios reitores do bloco<sup>99</sup> e definiriam certo grau de estruturação ao processo de tomada de decisão. A solidificação do bloco começava a projetá-lo internacionalmente “[...] como uma proposta de alternativa ao regionalismo hegemônico e aos modelos de integração tradicionais vigentes na região e sustentados no mercado capitalista e na liberalização comercial” (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 7, tradução nossa)<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> A aproximação entre os dois países foi uma tendência posterior à tentativa de golpe de Estado na Venezuela contra o Presidente Hugo Chávez no mesmo ano de 2002 e decorrente da solidariedade cubana com o episódio vivido pelo país sul-americano.

<sup>98</sup> Documento que propõe repensar a integração em função dos resultados alcançados em prol do desenvolvimento nacional e regional, com ênfase na erradicação da pobreza, na correção das desigualdades e que garanta qualidade de vida aos seus povos.

<sup>99</sup> As ações da ALBA-TCP obedecem a 12 princípios definidos entre seus membros: 1) o comércio e os investimentos não como fins em si mesmos, mas instrumentos para alcançar um desenvolvimento sustentável; 2) tratamento especial e diferenciado, de acordo com o nível de desenvolvimento dos países; 3) a complementariedade econômica e a cooperação; 4) a cooperação e a solidariedade; 5) a criação de um Fundo de Emergência Social; 6) o desenvolvimento integrador das comunicações e do transporte; 7) a sustentabilidade do desenvolvimento; 8) a integração energética; 9) o fomento aos investimentos de capital latino-americano na região; 10) a defesa da identidade e da cultura latino-americana e caribenha; 11) o respeito à propriedade intelectual; e 12) a concertação de posições nos fóruns multilaterais e nos processos de negociação com outros países e blocos. A versão atual dos princípios apresentada aqui só foi concluída após 2006, depois da incorporação da Bolívia.

<sup>100</sup> Leia-se no original: “[...] como una propuesta alternativa al regionalismo hegemónico y a los modelos de integración tradicionales vigentes en la región sustentados en el mercado capitalista y la liberación comercial” (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 7).

Já no ano de 2006, uma vez sacramentada a chegada de Evo Morales à presidência da Bolívia, o governo do país andino, especificamente em abril do mesmo ano, apresentaria a proposta do Tratado de Comércio dos Povos (TCP). Esta viria sistematizada dentro do documento *Propuesta del Presidente Evo Morales sobre el Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP)* e asseveraria que o TCP é parte de um novo modelo econômico. À diferença de pressupostos capitalistas, o modelo prega a introdução dos princípios de complementação, cooperação, solidariedade, reciprocidade, prosperidade e respeito à soberania dos países, no debate sobre integração comercial (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2009).

Em sua proposta original (Ibidem, 2009), o TCP traz dez princípios para guiar o novo modelo de integração comercial defendido:

- 1) o Tratado de Comércio entre os Povos – proposto pelo presidente Evo Morales – é uma resposta ao esgotamento do modelo neoliberal, fundado na desregulação, na privatização e na abertura indiscriminada de mercados;
- 2) o TCP entende o comércio e os investimentos não como fins em si mesmos, mas como meios para alcançar o desenvolvimento, por isso seu objetivo não é a liberalização absoluta dos mercados e a diminuição do Estado, mas sim o benefício dos povos;
- 3) o TCP promove um modelo de integração comercial entre os povos que limite e regule os direitos dos investidores estrangeiros e das transnacionais para que operem em função do desenvolvimento produtivo nacional;
- 4) o TCP não proíbe o uso de mecanismos para fomentar a industrialização nem impede proteger as áreas do mercado interno que sejam necessárias para preservar os setores mais vulneráveis;
- 5) o TCP reconhece o direito dos povos a definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, a proteger e a regulamentar a produção agropecuária nacional para evitar que seu mercado doméstico seja inundado por excedentes de outros países;
- 6) o TCP considera que os serviços vitais dependem de empresas públicas como fornecedoras exclusivas, reguladas pelos Estados. A negociação de qualquer acordo de integração deve ter em mente que a maioria dos serviços básicos são bens públicos que não podem ser entregues ao mercado;

- 7) o TCP pauta a complementariedade em lugar da competição, a convivência com a natureza em contraposição à exploração irracional de recursos, a defesa da propriedade social frente à privatização extrema;
- 8) o TCP insta os países participantes do processo de integração solidário a dar prioridade às empresas nacionais como fornecedoras exclusivas dos entes públicos;
- 9) com a proposta de Tratado de Comércio dos Povos (TCP), a Bolívia se propõe alcançar uma verdadeira integração que transcenda os campos comercial e econômica – cuja filosofia é alcançar o desenvolvimento endógeno justo e sustentável com base nos princípios comunitários – que leve em consideração as diferenças nacionais; e
- 10) o TCP pauta outra lógica de relacionamento entre os seres humanos, isto é, um modelo de convivência distinto que não se baseie na competição e na ânsia da acumulação, que aproveita/explora ao máximo a mão de obra e os recursos naturais.

Em suma, a proposta do TCP apresentada pelo presidente Evo Morales visava fazer oposição aos tratados de livre comércio que os países “centrais” do mundo tentavam assinar com os demais. Para o MAS, esses tratados privilegiariam a liberalização comercial sem distinção das condições nacionais em detrimento das funções regulatórias do Estado.

Em ocasião do primeiro aniversário dos acordos de implementação da ALBA, os chefes de Estado de Bolívia, Cuba e Venezuela se reuniram em La Havana, nos dias 28 e 29 de abril de 2006, para discutir a conjuntura internacional do momento, os desafios presentes e futuros para os povos da América Latina e do Caribe, e a necessidade de encontrar novas vias e métodos para alcançar o desenvolvimento com justiça social no marco de uma verdadeira e solidária integração latino-americana e caribenha (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2009; TOLA, 2018).

Diante dessa necessidade explícita, os três presidentes coincidiram “[...] na opinião de que somente uma nova e verdadeira integração baseada em princípios de ajuda mútua, solidariedade e respeito à autodeterminação pode fornecer uma resposta adequada à justiça social, diversidade cultural, equidade e direito ao desenvolvimento que os povos merecem e exigem” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2009, p. 107, tradução nossa)<sup>101</sup>. Por esses motivos, acordou-se a incorporação da Bolívia ao processo de construção e aplicação da ALBA junto com a inclusão

---

<sup>101</sup> Leia-se no original: “[...] en la opinión de que sólo una nueva y verdadera integración sustentada en principios de ayuda mutua, solidaridad y respeto a la autodeterminación, puede dar una adecuada respuesta a la altura de la justicia social, la diversidad cultural, la equidad y al derecho al desarrollo que merecen y reclaman los pueblos” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2009, p. 107).



da proposta do TCP e de seus princípios como um apêndice do bloco. A partir de 29 de abril de 2006, com a assinatura do Acordo para a Aplicação da ALBA-TCP, a plataforma passaria a se chamar Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) e era oficialmente composta por Bolívia, Cuba e Venezuela<sup>102</sup>. O objetivo do bloco atualizado passava a ser o seguinte:

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) é uma plataforma de integração dos países da América Latina e do Caribe, que põe ênfase na solidariedade, na complementariedade, na justiça e na cooperação, que tem o propósito histórico fundamental de unir as capacidades e as fortalezas dos países que a integram, sob a perspectiva de produzir as transformações estruturais e o sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral requerido para a continuidade de nossa existência como nações soberanas e justas. É, ademais, uma aliança política, econômica e social em defesa da independência, da autodeterminação e da identidade dos povos que a integram (ALBA-TCP, 2009, tradução nossa)<sup>103</sup>.

Antes de adentrar nos achados sobre a participação da Bolívia dentro da ALBA-TCP, cabe recuperar um esclarecimento feito por Hernández e Chaudary (2015) quando falam das particularidades da plataforma latino-americana dentro do marco de organismos que fomentam a integração:

A ALBA-TCP não é um tratado formal para constituir uma organização supranacional ligada às normas do direito internacional ou do comércio internacional capitalista. Não há regulamentos e obrigações a serem cumpridas pelos Estados em termos de direito formal ou das regras de um tratado internacional ou do comércio internacional (OMC). Trata-se mais de uma questão de acordos políticos e compromissos bilaterais apoiados por chefes de estado ou de governo. Na ALBA-TCP não há compromissos para liberalizar o comércio e os investimentos, nem para estabelecer barreiras comerciais externas comuns em relação ao resto do mundo (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 10, tradução nossa)<sup>104</sup>.

<sup>102</sup> No futuro outros países passariam a integrar a ALBA-TCP. Atualmente, além dos três já citados, Nicarágua (2007), Dominica (2008), Antigua e Barbuda (2009), São Vicente e Granadinas (2009) Santa Lúcia (2013), São Cristovão e Neves (2014) e Granada (2014) são membros ativos. Honduras entrou em 2008, mas se retirou formalmente em 2010 após o golpe de Estado contra o ex-presidente Manuel Zelaya.

<sup>103</sup> Leia-se no original: “La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos o ALBA-TCP, es una plataforma de integración de los países de América Latina y el Caribe, que pone énfasis en la solidaridad, la complementariedad, la justicia y la cooperación, que tiene por objetivo la transformación de las sociedades latinoamericanas, haciéndolas más justas, cultas, participativas y solidarias y que, por ello, está concebida como un proceso integral que asegure la eliminación de las desigualdades sociales y fomente la calidad de vida y una participación efectiva de los pueblos en la conformación de su propio destino. Es, además, una alianza política, económica, y social en defensa de la independencia, la autodeterminación y la identidad de los pueblos que la integran” (ALBA-TCP, 2009).

<sup>104</sup> Leia-se no original: “La ALBA-TCP no es un tratado formal para constituir una organización supra-nacional apegada a las normas del Derecho Internacional o al Comercio Internacional Capitalista. No existen normativas y obligaciones que los Estados deban cumplir en términos del Derecho formal o de normas de un Tratado Internacional o del Comercio Internacional (OMC). Se trata más de acuerdos de tipo políticos y de compromisos bilaterales sustentados por los Jefes de Estado o de Gobierno. En la ALBA-TCP no hay compromisos de la liberación del comercio

Foi exatamente sobre essa lógica de acordos políticos e compromisso bilaterais que grande parte da participação da Bolívia na ALBA-TCP se deu. Em primeiro lugar, desde a ratificação do acordo para a entrada do país andino no bloco ficam evidentes as disparidades de condições materiais e hierarquia que os países teriam entre si. Ao lermos o acordo é constatado que Venezuela e Cuba se comprometeram com uma quantidade considerável de compromissos de apoio a Bolívia sem exigir o mesmo grau de reciprocidade<sup>105</sup>. Esse tipo de compromissos englobava diversas missões sociais<sup>106</sup> em matéria de saúde e educação que foram sustentadas com contribuições econômicas venezuelanas e recursos humanos cubanos e, posteriormente, desdobrar-se-iam em diversos acordos bilaterais nas áreas de esporte, saúde, educação universitária, entre outras (CEPPI, 2021; VERGARA, 2020; TOLA, 2018). Pela Bolívia, inicialmente pelo menos, seus compromissos ficaram mais restritos a contribuir com conhecimento técnico para a elaboração de estudos sobre populações indígenas e medicina natural, facilitar a exportação de *commodities* demandadas pelos seus pares, garantir a exportação de hidrocarbonetos em prol da segurança energética, entre outros.

No âmbito econômico, a Bolívia recebeu doações, obteve reduções tarifárias através de acordos comerciais e créditos reembolsáveis para obras de infraestrutura. Dos programas que esses benefícios habilitaram, o “Bolivia Cambia, Evo Cumple” foi o mais famoso e o mais polêmico das iniciativas financiadas com anuência do presidente Hugo Chávez. O programa foi responsável por executar mais de quatro mil obras de infraestrutura entre 2006 e 2012 (VERGARA, 2020; TOLA, 2018), mas não se tem certeza do volume de recursos destinados à sua execução<sup>107</sup>.

No âmbito energético, Bolívia assinou um acordo com a Venezuela para a criação da empresa YPFB Petroandina SAM, empresa mista constituída com 60% capital boliviano e 40% de capital venezuelano. Segundo Vergara (2020), as operações da nova empresa teriam potencial para

---

y de la inversión, ni el establecimiento de barreras comerciales externas comunes respecto al resto del mundo” (HERNÁNDEZ; CHAUDARY, 2015, p. 10).

<sup>105</sup> Ver o Acordo para a Aplicação da ALBA-TCP de 29 de abril de 2006.

<sup>106</sup> Sobre as missões sociais, Ceppi (2014) e Tola (2018) trazem informações importantes a respeito dos nomes, do objetivo e alguns resultados obtidos por estas. Dessas, cabe destacar duas: a *Misión Yo sí puedo*, que contribuiu para tornar a Bolívia um país livre de analfabetismo com uma taxa de 3,59%, segundo dados de 2014; e a *Misión Milagro*, auspiciada por Cuba e Venezuela, que garantiu atendimento oftalmológico gratuito para mais de 600 mil pessoas no país.

<sup>107</sup> Tola (2018) apresenta dados que falam de mais de 400 milhões de dólares investidos no programa. A falta de transparência foi um problema presente em diversas iniciativas bilaterais entre a Venezuela e os demais países da ALBA-TCP. No caso específico do *Bolivia cambia, Evo cumple*, os recursos recebidos como parte da cooperação venezuelana eram tramitados diretamente na Embaixada da Venezuela na Bolívia para evitar as burocracias do Estado Plurinacional.

triplicar as reservas petrolíferas da Bolívia. Não obstante, não se encontraram dados ou informações sobre as atividades da estatal mista nem de seus possíveis resultados.

Outro dos compromissos que a ALBA-TCP contraiu com a Bolívia, novamente mediante a Venezuela como principal representante, foi a assinatura de um acordo em 2009 para garantir vantagens de ingresso aos produtos têxteis boliviano no mercado venezuelano. Criou-se um fundo administrado pelo governo boliviano com um montante de dez milhões de dólares<sup>108</sup> para pagar os pequenos e médios produtores que assinassem contratos para a exportação de seus produtos sob as condições estabelecidas (VERGARA, 2020). Ainda sobre o setor comercial, a ALBA-TCP também se comprometeu com a compra de parcela da produção de oleaginosas bolivianas e se chegou a assinar um acordo em 2011 para estabelecer as condições da compra (TOLA, 2018).

Sobre o desempenho comercial do bloco, há quem teça críticas severas e coloque em dúvida seus resultados:

O comércio entre os países membros da ALBA-TCP se caracteriza por ser muito pouco dinâmico. Os membros do bloco geralmente coincidem na condição de países exportadores de matérias-primas, com pouca atividade industrial e pouco valor agregado aos seus produtos. É por isso que a complementariedade de que os pressupostos da ALBA-TCP falam resulta em uma utopia. Se bem existem indícios de que as políticas de comércio e os projetos impulsionados pela ALBA-TCP propiciaram um pequeno aumento no comércio intrabloco, as estadísticas mostram que a porcentagem de participação continua sendo muito baixa<sup>109</sup> (VERGARA TORO, 2016, p. 93, tradução nossa)<sup>110</sup>.

Há, todavia, na literatura consultada, menções a outros âmbitos de cooperação entre a Bolívia e os países da ALBA-TCP, como acordos para a criação de uma empresa mista para a exploração de lítio na Bolívia e um projeto de soberania alimentar. Nenhum dos dois foi adiante.

Por outro ângulo, fontes indicam que a Bolívia teria contribuído com a inclusão de conceitos como o *Vivir Bien* para dentro dos objetivos da ALBA-TCP que, para além de aprofundar

---

<sup>108</sup> Os recursos vieram de um empréstimo concedido pelo Banco da ALBA.

<sup>109</sup> Segundo dados levantados pela própria autora, no ano de 2013 os países membros do bloco realizaram trocas comerciais pelo valor de 1.263,2 milhões de dólares estadunidenses. Um dado mais exemplificativo do reduzido poder comercial do bloco é o referente à porcentagem das exportações dos membros que tiveram como destino final a própria ALBA-TCP no mesmo ano: 1% do total de produtos (VERGARA TORO, 2016).

<sup>110</sup> Leia-se no original: “El comercio entre los países miembros del ALBA-TCP se caracteriza por ser muy poco dinámico. Los miembros del bloque generalmente coinciden en sus condiciones de países exportadores de materias primas, con poca actividad industrial y poco valor agregado a sus productos. Es así como la complementariedad de la que hablan los preceptos del ALBA-TCP resultan una utopía. Si bien existen indicios que las políticas de comercio y los proyectos impulsados por el ALBA-TCP propiciaron un pequeño incremento en el comercio intra-bloque, las estadísticas muestran que el porcentaje de participación sigue siendo muy bajo (VERGARA TORO, 2016, p. 93).

a dimensão anticolonial e contra-hegemônica do bloco, teriam lhe outorgado um caráter decolonial (RIBEIRO; SCOTELARO, 2022). Não obstante, esta aproximação diz mais a respeito de um impacto pouco verificável no momento.

Considerando as poucas evidências disponíveis sobre o desempenho do bloco não só no âmbito comercial, mas em outros também, como os casos das empresas mistas que não vingaram e os projetos de âmbito cultural<sup>111</sup>, a possibilidade de fazer uma defesa sólida do mesmo diminuem.

Um exemplo dos poucos momentos em que o governo boliviano usou a ALBA-TCP como plataforma para reverberar seus interesses diretos de agenda de política externa ocorreu na XI Cúpula do bloco, celebrada em Guayaquil, Equador, em julho de 2013. Na ocasião, o país andino obteve por parte dos demais países membros uma manifestação de solidariedade com a “[...] justa demanda e histórica reivindicação da Bolívia sobre seu direito a uma saída soberana ao mar e saudaram a decisão do Estado Plurinacional da Bolívia de levar o caso à Corte Internacional de Justiça da Haia [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a, p. 163, tradução nossa)<sup>112</sup>.

Adicionalmente a esse apoio, a Bolívia conseguiu, também na cúpula de Guayaquil, a aprovação de sua proposta para criar um grupo de trabalho com o objetivo de “destacar e socializar os resultados das investigações científicas referidas às virtudes medicinais, culturais e alimentícias da folha de coca” (Ibidem, p. 163, tradução nossa)<sup>113</sup>. No marco da ALBA-TCP e posteriormente à despenalização do uso de folha de coca pela Convenção de Entorpecentes de 1961 da ONU, o governo Morales buscou, ainda, impulsionar trocas comerciais dos derivados lícitos de folha de coca “a fim de compartilhar os benefícios e os valores com que estes produtos contribuem à humanidade” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014b, p. 15, tradução nossa).

Um dos exemplos mais concretos desse esforço pela inserção dos produtos de folha de coca nos mercados do bloco regional foi a assinatura de um acordo bilateral entre o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Equador no ano de 2016 para a regulamentação das exportações desses

---

<sup>111</sup> A exemplo das Casas da ALBA. Ver Vergara (2020) para saber mais.

<sup>112</sup> Leia-se no original: “[...] su solidaridad con la justa demanda e histórica reclamación de Bolivia sobre su derecho a una salida soberana al mar y saludaron la decisión del Estado Plurinacional de Bolivia de llevar el caso a la Corte Internacional de Justicia de La Haya [...]” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 163).

<sup>113</sup> Leia-se no original: “[...] relevar y socializar los resultados de investigaciones científicas referidas a las virtudes medicinales, culturales y alimenticias de la hoja de coca” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 163).

produtos do primeiro país para o segundo<sup>114</sup> (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a; 2016). Para além da dimensão simbólica e da demonstração da capacidade boliviana de exercer influência na normativa comercial, esta pesquisa não foi capaz de encontrar informações referentes ao grau de impacto que o acordo mesmo teve no volume das trocas comerciais entre ambas as nações andinas.

Ao se manifestar sobre a experiência da ALBA-TCP, Alurralde (2020) destaca a amplitude da agenda do bloco, que, de fato, apresentava iniciativas em diversas frentes, mas não conseguiu concluir boa parte das mesmas.

La propia agenda tan cargada de cosas que había que atender no permitió que el Alba avancé como debía en un momento en que los astros estaban alineados y que iba a durar poco tiempo. Pero a pesar de eso el ALBA TCP para Bolivia ha sido muy importante en temas de Alfabetización, la Operación Milagro en temas de Salud, las Brigadas Médicas Cubanas. Ellos nos han apoyado en el tema de la hoja de Coca, en el tema Marítimo. La construcción del Sucre nunca llegó a funcionar del todo, se hicieron poquísimas operaciones, pero el banco del Alba era un proyecto de gran envergadura (ALURRALDE, 2020) (informação verbal).

Essa opinião nos leva a considerar que a proposta do bloco regional latino-americano e caribenho teve transcendência tanto para o papel que a Bolívia desempenhou durante o *proceso de cambio*, principalmente nos primeiros anos do mesmo. Não obstante, fatores como a falta de uma institucionalidade clara no bloco que lhe desse maior envergadura e direcionamento em termos de agenda - para além dos tratados bilaterais ou multilaterais assinados entre seus membros – e outros como uma maior transparência e registro de informações, caso tivessem sido devidamente observados, poderiam ter garantido maior vitalidade e longevidade a ALBA-TCP. Essa ponderação é corroborada por Endara (2020), quem afirma que a principal contribuição boliviana que se quis dar à ALBA-TCP teria sido dotar o bloco de institucionalidade, mas que, pela natureza da plataforma como guarda-chuva para celebrar acordos de cooperação, não se foi adiante. Ainda sobre isso, um responsável direto por travar as negociações para a definição de um tratado constitutivo é apontado:

Hicimos un tratado constitutivo, lo propusimos en la mesa de diálogo político, pero cómo es la ironía de la vida, por el 2012-2013 Cuba nos dice que no era el momento político adecuado. Pasó la oportunidad, nunca se hizo el tratado constitutivo del Alba, no había mejor momento de hacerlo. Hacer un tratado

<sup>114</sup> Ambos os países assinaram o “Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) de Certificados de Conformidade com a Norma Técnica Oficial e Obrigatória ou com Regulamento Técnico” no dia 21 de novembro de 2016. Assinado pelos chanceleres de Bolívia, David Choquehuanca Céspedes, e Equador, Guillaume Long, o acordo permitia que produtos como mate, licor e demais infusões de folha de coca pudessem seguir os trâmites normais para importação ao território equatoriano.

constitutivo general para la institucionalidad no fue posible (ENDARA, 2020) (informação verbal).

Diante desse esclarecimento, sugere-se que, embora se possa creditar algumas iniciativas bem-sucedidas a Bolívia dentro da ALBA-TCP, o país não parece ter sido capaz de exercer um papel de liderança no bloco. Chama a atenção ainda mais o fato de que as proposições bolivianas teriam sido condicionadas, em alguma medida, aos interesses de Venezuela e Cuba, principalmente no caso da primeira, já que parcela considerável dos projetos de cooperação que envolviam a Bolívia no marco do bloco envolviam auspícios venezuelanos. O caso do tratado constitutivo é emblemático na medida em que demonstra que o alinhamento entre os três países não era tão automático como os críticos de Evo Morales afirmavam, e que, na verdade, o processo decisório da política externa boliviana tinha sim orientações pragmáticas.

### **3.2 A Bolívia na Comunidade Andina**

Após uma série de negociações durante a segunda metade da década de 1960 e impulsionados pelas suas similaridades geográficas, históricas e culturais, bem como pela necessidade de adotar medidas que facilitassem a competitividade de seus mercados com vistas a promover a industrialização, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru assinaram, em 1969, o Acordo de Cartagena, que criava o Pacto Andino ou Grupo Andino. O texto do acordo definia que os países signatários se comprometeriam a harmonizar suas políticas comerciais e a implementar programas de desenvolvimento industriais baseados no modelo de substituição de importações (ISI) (ARAÚJO, 2014). A Venezuela se uniria em 1973 e o Chile abandonaria o tratado em 1976.

Após uma série de crises internas ocasionadas pelo descumprimento das normas do pacto pelos próprios membros, opta-se pela alteração do Acordo de Cartagena através do Protocolo de Quito, de 1987, que passava a permitir o estabelecimento de acordos bilaterais e flexibilizava exigências do acordo. Já em 1989, os presidentes do Pacto Andino decidem relançar o grupo através do “Desenho Estratégico para a Reorientação do Grupo Andino” plano que pautava o abandono do modelo de desenvolvimento fechado - baseado na ISI - e abria espaço para o modelo aberto. Assim, o comércio e o mercado, e não o fortalecimento da indústria nacional, adquiriram prioridade. Como desdobramento dessa decisão, os países andinos implementaram uma zona de livre comércio (ZLC) entre si, adotaram uma tarifa externa comum (TEC) e se deram permissão

para conduzir negociações comerciais extra-bloco (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014a).

Em 1999, a promulgação do Protocolo de Trujillo introduz mais reformas no Acordo de Cartagena ao incorporar “o Conselho Presidencial e o Conselho de Ministros de Relações Exteriores ao Sistema Andino de Integração (SAI), órgão que reúne as demais instituições da Comunidade Andina e tem como principal objetivo aprofundar a integração sub-regional” (ARAÚJO, 2014, p. 31). Essas alterações buscaram garantir uma maior participação dos presidentes andinos nas decisões do mecanismo, característica presente em todos os mecanismos de integração sul-americanos.

A apresentação desse contexto, ressalvadas as limitações do objetivo da seção, faz-se necessária para compreender alguns elementos normativos presentes na Comunidade Andina no momento em que começa o proceso de cambio na *Bolívia*. Assim, logo no seu primeiro ano, a gestão de Morales optou por aderir a ALBA-TCP, em confluência com a saída da Venezuela da CAN no mesmo ano, e começou a propagar a importância de aderir aos princípios de uma integração solidária e em favor da diminuição da pobreza dos povos, em detrimento das linhas de livre comércio e regionalismo aberto, noções que haviam guiado a atuação da CAN desde o final da década de 1980 (TOLA, 2018).

Apesar do entendimento oficialista de que a normativa do bloco andino permitiria o enfraquecimento do bloco, pois membros como Colômbia e Peru começaram a negociar TLCs com os Estados Unidos da América no início dos anos 2000, a Bolívia optou pela permanência no bloco pela importância que o comércio dentro deste tinha para o país. O mercado boliviano possui uma relação de complementariedade produtiva com o setor agroindustrial dos demais países da CAN e no período de 2006 a 2015 a balança comercial entre o Estado boliviano e o bloco havia apresentado resultados favoráveis (CLARO, 2018).

Na tentativa de mudar a dinâmica do bloco, em 2007, os membros da CAN lançam a Declaração de Tarija, onde concordam em promover uma integração integral, que busque um equilíbrio entre os aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e comerciais. Nessa ocasião, também, deu-se aval ao início das negociações entre a CAN e a União Europeia, que incluía pautas como propriedade intelectual, serviços, meio ambiente e comércio. A princípio a Bolívia se mostrou favorável às discussões, mas acabou entrando em atrito por questões relacionadas a divergências nos grupos de discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, o que levou a União

Europeia a optar por alterar a negociação entre blocos e passou a propor uma negociação de um Acordo Multipartes, onde os quatro membros da CAN assinariam o mesmo tipo de acordo, mas sem fazê-lo conjuntamente. Querendo evitar que as negociações falhassem, os demais países acabaram retirando a Bolívia das negociações mediante a Decisão 667 (ARAÚJO, ENDARA, 2020; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014; TOLA, 2018).

Os choques entre a Bolívia e os demais membros da CAN chegariam ao clímax quando o governo de Morales decide, em 2010, apresentar demanda perante o Tribunal de Justiça da Comunidade Andina, pela decisão que permitiu a negociação de tratados bilaterais entre a União Europeia com o Peru e com a Colômbia. Apesar de seus argumentos de que essas negociações bilaterais enfraqueceriam o bloco e contribuiriam negativamente para afiançar a integração entre os países andinos, o tribunal declarou a nula a demanda boliviana (EFE, 2010).

A título de conclusão da seção, destaca-se o apontado por Endara (2020) ao indicar qual teria sido a principal contribuição da Bolívia para a Comunidade Andina:

Entonces en la Comunidad Andina el aporte que se hizo, básicamente, fue ampliar la agenda. Como lo comercial estaba definido ya y sabíamos que eso no iba avanzar a más de una zona libre comercio, no puede constituirse una Unión Aduanera. Entonces todos entienden esa realidad. Empiezan con los cambios de gobierno que hubo y obviamente también en los países empiezan a verse agendas paralelas. Y esa agenda permite hablar de ciudadanía andina, te permite hablar de pueblos afrodescendientes, pueblos indígenas, minería ilegal y se van fortaleciendo unos temas totalmente invisibilizados. Todo estaba concentrado en comercio, se logra hacer un equilibrio (ENDARA, 2020) (informação verbal).

Esse esforço rumo ao equilíbrio pode ser apontado em períodos como o de 2010 a 2011, em que a Bolívia exerceu a Presidência Pro Tempore da CAN e contribuiu para adotar a Agenda Estratégica Andina, documento que orienta os países a consolidar a integração em temas políticos, comerciais, sociais, ambientais, participação cidadã, cooperação e desenvolvimento institucional (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014; TOLA, 2018). Adota-se, no período, a Estratégia Andina de Coesão Econômico-Social e os Objetivos Andinos de Desenvolvimento Social, instrumentos para combater a pobreza, a exclusão social e a desigualdade entre os povos. 2011 também é declarado o Ano Andino da Integração Social. Finalmente, já no ano de 2019, estabelece-se a Mesa Povos Afrodescendentes, elabora-se o Programa Andino de Povos Afrodescendentes e se preparam os documentos constitutivos do Instituto de Povos Indígenas e Comunidades Interculturais (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014).



### 3.3 A Bolívia no MERCOSUL

Criado em 26 de março de 1991 com a Assinatura do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surge como uma reação consensuada de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai a respeito da necessidade de buscar alternativas políticas e econômicas diante das transformações que se davam em escala global no início dos anos 1990 com a globalização. Isso posto, o MERCOSUL se perfilava como um “instrumento para a promoção do desenvolvimento a partir dos estímulos do mercado e para uma melhor inserção dos países no sistema internacional” (PASQUARIELLO MARIANO; MENEZES, 2021, p. 150). O mercado comum que seria construído deveria seguir uma lógica de funcionamento semelhante a do modelo da União Europeia, sem cair numa excessiva burocratização (Ibidem, 2021).

Como parte da linha da política externa da *Democracia Pactada*, que pautava uma integração de corte econômico e energético, o governo do ex-presidente Sánchez de Lozada (1993-1997) assinaria o Acordo de Complementação Econômica Nº 36 (ACE 36), cujo objetivo era formar uma área de livre comércio entre as partes mediante a expansão e a diversificação das trocas comerciais e a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, em um prazo máximo de 18 anos (AGRAMONT LECHÍN, 2015; CLARO, 2018). A associação da Bolívia com o MERCOSUL fazia parte do projeto de liberalização econômica que foi aprofundada desde os anos 1990.

Na condição de Estado Associado ao MERCOSUL por mais de 10 anos, em dezembro de 2006, o governo boliviano, por meio de carta do ex-presidente Evo Morales dirigida à Presidência Pro Tempore do Mercosul, apresenta oficialmente sua solicitação de ingresso como membro pleno no organismo. Em janeiro do ano seguinte o Conselho Mercado Comum (CMC)<sup>115</sup> decidiu acolher a predisposição do país para iniciar os trabalhos de incorporação do mesmo ao MERCOSUL como Estado parte. Na mesma declaração, o CMC decidiu pela criação de um grupo de trabalho *ad hoc* que ficou responsável por definir as condições para o ingresso da Bolívia no bloco<sup>116</sup> (MERCOSUL, 2007). Esse movimento seguia a orientação expressa tanto no PND de 2007 como

---

<sup>115</sup> O CMC é o órgão superior do MERCOSUL, a ele cabe conduzir politicamente o processo de integração e garantir que os objetivos declarados do organismo sejam cumpridos. O conselho é integrado pelos ministros de relações exteriores e ministros de economia dos Estados partes. Pelo menos uma vez por semestre a instancia deve se reunir com a participação dos presidentes dos países membros. Além do CMC, existem outros dois órgãos com capacidade decisória: 1) o Grupo Mercado Comum (GMC), de caráter executivo; e 2) a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), encarregada pela aplicação dos instrumentos de política comercial para funcionamento da União Aduaneira.

<sup>116</sup> O grupo de trabalho estava composto por representantes dos Estados partes do MERCOSUL e teve 180 dias para para apresentar ao conselho os resultados do seu trabalho.

na CPE e nos demais documentos orientadores da política externa sobre a necessidade de buscar a aproximação com os vizinhos sul-americanos.

Não obstante, para Agramont Lechín (2015) e o Entrevistado 1 (2021), sob essa justificativa, a Bolívia teria seguido um alinhamento quase automático com a Venezuela no que diz respeito aos espaços de integração da região por questões político-ideológicas e midiáticas. Isso explicaria a forte aposta na proposta da ALBA-TCP desde 2006. Entretanto, esse entendimento pode ser contestado com o exposto por Claro (2018) e Alurralde (2020), que nos recordam que a adesão boliviana ao MERCOSUL se inseria no contexto específico do país, o início do processo de refundação do Estado, e também acompanhava a conjuntura internacional. Nesse sentido, mesmo que a Bolívia tivesse decidido pelo ingresso no bloco comandado pela Venezuela e por Cuba, também optou pela permanência na Comunidade Andina e, ainda manifestou seu interesse em compor o mercado comum formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. À luz disso, pode-se afirmar que a solicitação da Bolívia foi resultado de um cálculo estratégico, uma demonstração do pragmatismo da sua gestão à frente da agenda de política externa. Isso fica evidente no trecho a seguir:

En la línea Mercosur se busca ampliar los mercados, ingresar a un bloque que era mucho más fuerte que la CAN, a un bloque que tenía demás en expectativas un acuerdo comercial de envergadura con la Unión Europea. En realidad, la línea era fortalecer todo lo que tenía que ver con Foros de Integración Económicos Comerciales. La apuesta fue por Mercosur, obviamente ahí estaba Argentina, Brasil con ideologías parecidas y se trabajó (ALURRALDE, 2020) (informação verbal).

Quanto a isso, vale destacar, também, que em termos comerciais o pertencimento da Bolívia ao mercado comum sul-americano não faria muita diferença em termos de exportações, uma vez que o principal produto exportado pelo país é o gás natural, que em 2006 representava 91% das exportações ao MERCOSUL, com Argentina e Brasil como principais compradores, e, em 2015, essa porcentagem havia aumentado até 98%<sup>117</sup>. Em contrapartida, as importações bolivianas costumam ser de produtos de maior valor agregado, como combustíveis – diesel e gasolina -, barras de ferro e farinha de trigo. O volume dessas importações teria aumentado em mais de 100% no mesmo período. As próprias limitações da oferta produtiva da Bolívia seriam um entrave para aproveitar as vantagens tarifárias e não tarifárias do mecanismo (CLARO, 2018).

---

<sup>117</sup> Outros produtos exportados pela Bolívia com destaque são a banana, o feijão e o palmito.

Sobre a dimensão jurídica da adesão da Bolívia ao MERCOSUL, Claro (2018) também defende que, após a introdução da nova constituição do país, o ato de aderir a um mecanismo internacional para compor um tratado de integração econômica exige o cumprimento de uma série de normas para garantir a segurança jurídica velada pelo direito internacional. Dentre elas destacariam as relacionadas à democracia participativa. Diante disso, a adesão ao bloco sul-americano deveria se sujeitar ao controle constitucional e à autorização cidadã concedida mediante referendo popular. Caso isso não fosse respeitado, a credibilidade do Estado boliviano poderia ser comprometida por uma acusação de inconstitucionalidade do processo.

Voltando aos trâmites para ingresso no MERCOSUL, após o acolhimento da solicitação boliviana, o CMC, em sua XLI reunião ordinária de 2011, reitera seu convite ao Estado Plurinacional da Bolívia para aprofundar sua relação com o bloco. Em seguida, já no dia 7 de dezembro de 2012, o mesmo CMC declara finalizadas as atividades do grupo de trabalho *ad hoc* criado em 2007 e aprova o texto do *Protocolo de Adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia al MERCOSUR*. Finalmente, no dia 17 de julho de 2015, na cidade de Brasília, o texto do protocolo é assinado pelos presidentes de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Ficando pendentes a ratificação do instrumento pelos congressos das partes signatárias (CLARO, 2018).

Em termos normativos, o processo de adesão ao MERCOSUL implica a adoção de uma agenda flexível que concede quatro anos para realizar os ajustes necessários em relação à normativa base, à tarifa externa comum e ao regime de origem que serão contados após a última ratificação do protocolo (ENDARA, 2020; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014). Até a renúncia de Evo Morales do poder, em novembro de 2019, os congressos de todos os países partes do MERCOSUL, com exceção do brasileiro, haviam aprovado o ingresso da Bolívia ao mecanismo. Ex-autoridades bolivianas reconhecem que a mudança do cenário político do Brasil contribuiu em grande medida para a demora dessa aprovação e o panorama não necessariamente pareceria mudar:

En Brasil lamentablemente muy pesado el tema congresal, estaba ya congelado con el cambio de Dilma. Con Bolsonaro sabemos que ha habido un par de avances, pero obviamente en su importancia de temas no debe ser el que está entre los primeros 100. Así que eso toma su tiempo (ENDARA, 2020) (informação verbal).

Com a assinatura do protocolo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL, esta passou a deter a condição de Estado associado em processo de adesão. Essa condição teria lhe garantido alguns benefícios que, pensava-se, eram restritos aos Estados partes do bloco. Nesse aspecto, a Bolívia

passou a integrar as reuniões internas dos Estados partes e as participar das rodadas de negociação destes com terceiros (ENDARA, 2020). Ainda sobre isso, a Bolívia também passou a figurar nas declarações exclusivas dos Estados partes do MERCOSUL.

### 3.3.1 Comentários sobre a convergência entre a CAN e o MERCOSUL

Inevitavelmente ao se falar sobre o ingresso da Bolívia no mercado sul-americano não se poderia deixar de lado as preocupações que surgem com a possibilidade do país passar a integrar ao mesmo tempo o mercado comum sul-americano e a Comunidade Andina. Nesse sentido, vale fazer algumas considerações.

A narrativa oficial do governo de Morales afirmava que não haveria impossibilidade de um “duplo pertencimento” a ambos mecanismos regionais (CEPPI, 2020).

A Bolívia propõe uma integração abrangente que coloque o comércio e as questões sociais no mesmo nível de importância e hierarquia. Nessa linha, a convergência atual dos processos de integração atribui à Bolívia um papel de dobradiça entre a Comunidade Andina e o Mercosul. A adesão da Bolívia ao Mercosul ocorre sem deixar de lado sua adesão à Comunidade Andina. O processo de adesão ao Mercosul implica a adoção de uma agenda flexível que permita quatro anos para realizar os ajustes necessários em relação à normativa básica, à tarifa externa comum e ao regime de origem. Durante esse período, será desenvolvido um processo de concertação interna e serão mantidos os benefícios que a Bolívia desfruta em outros espaços de integração como a Comunidade Andina e a ALBA-TCP (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 121)<sup>118</sup>.

É claro que críticas a essa opção do governo eram frequentes uma vez que se olhava para a incongruência de pertencer a duas uniões aduaneiras ao mesmo tempo, esse cenário é relatado por Endara (2020):

Entonces al principio los foros académicos nos han dado palo increíble. Nos decían eso no se puede hacer, no puede ser parte de una unión aduanera y una zona de libre comercio. Ahí tocaba salir al frente casi con pizarra a explicar por qué sí se podía. Y uno de los grandes problemas era la nomenclatura arancelaria porque en la Comunidad Andina se utiliza una de 10 dígitos que se llama Andina y el Mercosur tiene una propia de ocho dígitos, entonces la clasificación que

---

<sup>118</sup> Leia-se no original: “Bolivia propone una integración integral que ponga en el mismo nivel de importancia y jerarquía los temas comerciales y sociales. En ese camino, la actual convergencia de los procesos de integración asigna a Bolivia un papel de bisagra entre la CAN y el Mercosur. La adhesión de Bolivia al Mercosur se da sin dejar de lado su pertenencia a la Comunidad Andina. El proceso de incorporación al Mercosur implica la adopción de una agenda flexible que otorga cuatro años para llevar a cabo las adecuaciones necesarias en relación a la normativa base, el arancel externo común y el régimen de origen. Durante este período, se desarrollará un proceso de concertación interna y se mantendrán los beneficios con los que Bolivia cuenta en otros espacios de integración como la Comunidad Andina y el ALBA-TCP” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014, p. 121).

existen entre los productos es distinta, no coincide (ENDARA, 2020) (informação verbal).

O próprio Endara (2020) relata que essa dificuldade foi resolvida após um árduo trabalho de oito meses que contou com autoridades alfandegárias e de política tributária para trabalhar em um conversor ou tradutor que fazia a correlação entre as nomenclaturas usadas por cada bloco. Esse esforço teria recebido reconhecimento dos países parte do MERCOSUL e teria até gerado uma certa rivalidade com a Venezuela, uma vez que esta última ainda tinha pendências para terminar sua adesão ao mecanismo sul-americano. Para além dos desenvolvimentos técnicos rumo à conciliação entre a normativa de CAN e MERCOSUL, valemo-nos da ex-autoridade ainda para lembrar do seguinte ponto:

Ya teníamos una evaluación clarísima ya se había alcanzado hasta el 2010-2011 la liberalización total con el Mercosur con la Comunidad Andina mucho más antes, es decir que en la región ya no había, no se cobraban aranceles. Ya no había que negociar aranceles en la región y para eso ya tenías una zona libre comercio empleada con la Comunidad Andina y habías recibido las primeras invitaciones para ir a Mercosur. Entonces tu esquema de comercio regional estaba cubierto (ENDARA, 2020) (informação verbal).

Complementando-se o exposto acima, sugere-se que, graças ao avanço dos compromissos assumidos pela Comunidade Andina, em 2006 sua Zona de Livre Comércio finalmente ficou completamente configurada, aos desdobramentos do ACE Nº 36 entre Bolívia e MERCOSUL, que garantiram a isenção tarifária a partir do período de 2010-2011, e ao Acordo de Complementação Econômica Nº 59, de 24 de julho de 2004, mediante o qual os Estados parte do MERCOSUL e os países membros da CAN estabeleceram uma zona de livre comércio (CLARO, 2018; ENDARA, 2020), a Bolívia deteria provas suficientes para pautar o duplo pertencimento a ambos organismos regionais. O avanço da convergência entre ambos mecanismos, para além da complementariedade na normativa comercial, está atrelada a questões políticos que perpassam ambos blocos. Tanto na CAN como no MERCOSUL, divergências político-ideológicas bloquearam avanços mais profundos de ambos os processos. Além da não conclusão da adesão da Bolívia ao mercado comum sul-americano, as posições divergentes no seio da instituição andina, com países que optam por acordos bilaterais em lugar de negociações conjuntas, colocam em dúvida a fortaleza e a coerência da mesma.

### 3.4 A Bolívia na UNASUL: início e estagnação de um projeto integrador

A União de Nações Sul-Americanas é outra das novas alternativas de integração que surgiram no início dos anos 2000. É inconteste afirmar que ela surgiu da vontade política e sob a liderança de Argentina, Brasil e Venezuela, representados por Néstor Kirchner e Cristina Fernández, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, respectivamente. Os antecedentes da UNASUL remontam à I Cúpula Sul-Americana realizada no ano 2000, em Brasília. Na ocasião, e por iniciativa do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os chefes de Estado e de governo da América do Sul acordaram a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA). A IIRSA e sua ênfase na infraestrutura indicava um dos caminhos que o novo regionalismo seguiria a partir do século XXI<sup>119</sup>. Sua criação seria o primeiro passo rumo à concretização da UNASUL no futuro (SOUZA, 2018).

Posteriormente, em 2004, os presidentes sul-americanos acordariam a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), na cidade de Cusco. Alguns autores, como Tola (2018) situam o surgimento da CASA dentro da tendência de fazer contraposição aos modelos de integração que davam prioridade à dimensão econômica e de buscar antagonizar com os organismos regionais e até multilaterais em que os Estados Unidos participavam. Entretanto, graças à leitura do documento final da Comisión Estratégica de Reflexión<sup>120</sup> (2006), sabe-se que dentre as ideais para criar o novo modelo as seguintes se destacaram: a) a visão da integração regional como a resposta mais adequada aos desafios da América do Sul e para garantir uma presença sólida e da competitiva da região no mundo; b) a CASA deveria sustentar-se nas bases históricas dos povos sul-americanos para construir uma união democrática e soberana; c) em lugar de se opor a outras blocos e regiões, o modelo deve aproveitar as virtudes dos processos de integração e de associação internacional; e d) necessário criar um novo modelo de integração com identidade própria, que fomente a criação de uma cidadania sul-americana.

Essas linhas seriam constantemente reiteradas em uma série de encontros entre os chefes de Estado dos países da CASA, em Brasília (2005), Cochabamba (2006) e Ilha de Margarita (2007), e sua aceitação geral levaria à oficialização da UNASUL, em maio de 2008, na Cúpula de Brasília,

---

<sup>119</sup> A ALBA-TCP, como já colocado, foi outro exemplo de mecanismo de regionalismo que apostou por projetos de infraestrutura.

<sup>120</sup> A *Comisión Estratégica de Reflexión* foi criada em dezembro de 2005 na cidade de Montevideo, ela estava formada por representantes pessoais dos presidentes integrantes da CASA à época e surgiu com a tarefa de formular propostas para impulsionar o processo de integração sul-americano em todos os seus aspectos. As propostas formuladas foram apresentadas na forma de um documento final.

evento em que se assinaria o Tratado Constitutivo do organismo. Segundo esse marco normativo, o objetivo do bloco era:

[...] construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2008a, p. 9, tradução nossa)<sup>121</sup>.

Alurralde (2020) e Endara (2020) coincidem ao apontar a importância da Bolívia nas negociações que levariam à formalização da UNASUL, uma vez que o país teria aproveitado seu período na Presidência Pro Tempore da então CASA para impulsionar a consolidação do futuro organismo. Além disso, membros do serviço exterior boliviano teriam contribuído substantivamente com apoio técnico na elaboração do tratado constitutivo do bloco.

Considerando o contexto de sua criação e, principalmente, o objetivo declarado expresso no seu tratado constitutivo, é possível inferir, tal como aponta Sanahuja (2014), que a UNASUL não é uma organização de integração econômica em si, pois não se faz menção a ideias como integração de mercados via zonas de livre comércio e uniões aduaneiras, nem implica em políticas comuns de integração econômica. Em complemento a essa ideia, seria plausível afirmar que a UNASUL se erigiu como a principal tentativa de articular um espaço regional sul-americano e tornar realidade os objetivos de autonomia, projeção internacional, desenvolvimento econômico e social, e governança interna que move o regionalismo latino-americano desde seus primórdios (SANAHUJA, 2014).

Em termos políticos, a organização surgiu com um enorme fôlego integracionista dado, além do alinhamento político-ideológico dos chefes de Estado quando da assinatura do tratado, pela própria confiança institucional que se tinha no diálogo como ferramenta para promover a integração regional. Essa ideia era expressa pelo próprio artigo 12 do tratado constitutivo que definia o consenso como método de decisão. Ainda que contasse com uma institucionalidade bem

---

<sup>121</sup> Leia-se no original: “[...] construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los Estados” (UNASUR, 2008, p. 9).

definida, pelo fato de não abrir mão da soberania individual de cada um dos membros, o bloco regional podia ser considerado uma organização de cooperação política.

No que tange à opinião da Bolívia sobre a organização, Agramont Lechín (2010) nos lembra que

O apoio do governo boliviano a esse processo foi desde um princípio incondicional. As próprias declarações do Presidente Morales sempre estiveram orientadas a chamar os demais presidentes a se comprometer com este novo bloco, argumentando que está agrupando países com laços históricos de irmandade (AGRAMONT LECHÍN, 2010, p. 24, tradução nossa)<sup>122</sup>.

Além da participação ativa da Bolívia nas etapas anteriores à criação da UNASUL mencionada anteriormente, o país reiterou, até simbolicamente, seu comprometimento com o organismo pouco tempo depois da assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL. O Estado Plurinacional da Bolívia foi o primeiro dos doze países que integravam a organização a ratificar o tratado da instituição. Isso ocorreu no dia 11 de março de 2009.

Poucos meses após a efetiva criação da UNASUL, a capacidade de resposta institucional do organismo se veria testada pela primeira vez. Coincidentemente, o episódio que colocou à prova a capacidade de intermediação do bloco foi o “massacre de Porvenir”, de 11 de setembro de 2008. Em meio a um cenário de tensões sócio-políticas acirradas na Bolívia protagonizadas pelo conflito entre o ex-presidente Evo Morales e os prefeitos opositores da região da Meia Lua<sup>123</sup>, pelo menos vinte camponeses que se deslocavam até a cidade de Porvenir, no departamento de Pando, foram emboscados e assassinados (CUNHA FILHO, 2008; MARTINEZ; LYRA, 2018; UNASUL, 2008b).

Diante do ocorrido, os presidentes da UNASUL se reuniram em uma cúpula extraordinária no Chile, no dia 15 de setembro de 2008, para discutir os acontecimentos na Bolívia e, por meio da *Declaración de La Moneda*, os países integrantes do organismo manifestaram o seguinte: 1) respaldo ao ex-presidente Evo Morales e reconheciam sua legitimidade como mandatário boliviano; 2) rechaço total a qualquer tentativa de golpe civil ou ruptura institucional na Bolívia; 3) convocaram os atores envolvidos a encontraram os meios necessários para pôr fim ao cenário

---

<sup>122</sup> Leia-se no original: “El apoyo del gobierno boliviano a este proceso fue desde en un principio incondicional. Las propias declaraciones del Presidente Morales siempre estuvieron orientadas a instar a los demás presidentes a comprometerse con este nuevo bloque, argumentando que está agrupando a países con lazos históricos de hermandad” (AGRAMONT LECHÍN, 2010, p. 24).

<sup>123</sup> Composta pelos departamentos de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija.



de violência; e 4) decidiu-se pela criação de uma comissão da UNASUL que realizaria uma investigação parcial dos acontecimentos e formularia recomendações para evitar que tragédias semelhantes se repetissem (UNASUL, 2008b).

Conforme mencionado, após a emissão da declaração, constituiu-se a Comissão da UNASUL sobre os Acontecimentos de Pando que desempenhou uma extensa tarefa de levantamento de informações, checagem de fatos e elaboração de recomendações por aproximadamente seis semanas. Após a conclusão de seus trabalhos, a comissão emitiu seu relatório em que reconhecia o caráter de massacre e de violação extremamente grave dos direitos humanos do acontecido em Porvenir. O apoio incontestado recebido pela UNASUL através da *Declaración de La Moneda* e da criação da comissão investigativa em sequência, serviu tanto reafirmar a legitimidade presidencial de Evo Morales, pois contribuiu para arrefecer os ânimos e as ações da oposição, evitando, assim, que a situação pudesse ter desdobramentos de maiores proporções; bem como demonstrou à comunidade internacional a capacidade dos líderes da América do Sul de oferecerem uma resposta conjunta a uma crise, ao mesmo tempo em que se afirmou o caráter de ator político da organização (MARTINEZ; LYRA, 2018; SOUZA, 2018).

A importância desse primeiro momento de comunhão seria reconhecida rapidamente pelo governo boliviano. Alurralde (2020), ao fazer referência ao período de crise na Bolívia e à massacre do Porvenir, destaca a solidariedade internacional do organismo e, em especial, o compromisso do Brasil e do Chile com a manutenção da ordem democrática e institucional no país:

Los impactos que ha tenido Unasur han sido impresionante sobre todo en crisis políticas como la del 2008 en que la propia Bachelet que tenía la presidencia Pro tómpore defiende a Bolivia a través de Unasur. Celso Amorim dice que no va a permitir la ruptura del orden constitucional, Brasil amenaza a los golpistas que querían dividir a Bolivia (ALURRALDE, 2020) (informação verbal).

No ano seguinte, em maio de 2009, o governo da Bolívia marcaria uma posição contundente junto com a Venezuela no âmbito da segunda reunião do Conselho de Chefes de Estado da UNASUL, realizada em Quito, em torno da polêmica assinatura de um acordo de cooperação ampliada entre a Colômbia e os Estados Unidos. O acordo em questão passava a permitir a presença de pessoal militar estadunidense em território colombiano e o uso de sete bases militares colombianas por esse pessoal para intensificar o controle do tráfico de drogas e o combate ao terrorismo. Durante a cúpula, os ex-presidentes Morales e Chávez manifestaram seu repúdio ao acordo de cooperação uma vez que consideravam o mesmo um risco à soberania sul-americana (SOUZA, 2018; TOLA, 2018). Vale lembrar que um dos propósitos da UNASUL era o de

desenvolver soluções baseadas na identidade e nas fortalezas da região para superar desafios próprios à região. Nesse sentido, a presença de uma potência hegemônica como os Estados Unidos colocava em dúvida a capacidade do organismo e dos países para apoiar a situação de violência na Colômbia.

Álvaro Uribe, presidente colombiano à época, não compareceu ao encontro de chefes de Estado, pois Colômbia e Equador não possuíam relações diplomáticas desde março de 2008. A tensão entre Colômbia e Venezuela continuaria escalando até que, em 2010, o governo venezuelano decretaria o rompimento de relações diplomáticas com seu país vizinho. A situação seria mediada por OEA, à pedido do governo colombiano, e UNASUL, em segundo plano, e o conflito seria apaziguado após Juan Manuel Santos assumir o cargo de presidente da Colômbia em agosto de 2008.

Em consulta às atas de reuniões das diferentes instâncias da UNASUL<sup>124</sup>, principalmente dos conselhos setoriais<sup>125</sup> do organismo, viu-se que a Bolívia participou, assim como os demais membros do bloco, de ações que receberam maior destaque na região, a exemplo das missões eleitorais de acompanhamento organizadas desde 2011<sup>126</sup>.

Outro exemplo da influência boliviana na UNASUL foi a menção às boas práticas adotadas pelo Estado Plurinacional da Bolívia no controle social dos cultivos de folha de coca, presente no documento *Visión regional del Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas para UNGASS 2016*. No documento, que foi elaborado a efeito de síntese da postura dos países da América do Sul para complementar o debate sobre o problema das drogas na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2016 (UNGASS), destacava-se a estratégia bem-sucedida do governo boliviano de desmilitarizar as estratégias de controle do plantio de folha de coca. Isso teria contribuído para uma redução significativa da violência associada às etapas de plantação, produção e distribuição da folha e seus derivados (FES; UNASUR, 2016). Assim como também

---

<sup>124</sup> A estrutura organizacional da União de Nações Sul-Americanas é formada por quatro instâncias: o Conselho de Chefes e Chefes de Estado, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, o Conselho de Delegadas e Delegados e a Secretaria-Geral.

<sup>125</sup> Até os últimos dias em que se manteve em funcionamento, a UNASUL possuía 12 conselhos setoriais para os seguintes temas: 1) Ciência, Tecnologia e Inovação; 2) Cultura; 3) Defesa; 4) Desenvolvimento Social; 5) Economia e Finanças; 6) Educação; 7) Eleições; 8) Energia; 9) Infraestrutura; 10) Problema Mundial das Drogas; 11) Saúde; e) Segurança Cidadã e Justiça. Os conselhos foram criados posteriormente à assinatura do tratado constitutivo e eles funcionam como instâncias de discussão e grupos de trabalho para avançar em temas específicos alinhados ao mandato do organismo.

<sup>126</sup> Desde 2011, a UNASUL enviou mais de 20 missões eleitorais para Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

ocorreu no âmbito da ALBA-TCP, esse tipo de menção significou um trunfo da nova linha da política externa seguida pelo governo Morales, pelo menos no que tangia a desassociar a imagem da folha de coca da cocaína.

Já no ano de 2017, a UNASUL começa a entrar no seu período de decadência. Após o fim do mandato do Secretário-Geral do organismo Ernesto Samper, em janeiro do mesmo ano, uma série de desentendimentos políticos – gerados em boa medida pela contraposição ideológica entre governantes de esquerda e novos governantes de direita que chegaram ao poder na América do Sul - tornaram inviável a escolha de um novo representante para a instituição. Diante dessa falta de consenso, que se alastrou por mais de um ano, seis países – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru – optaram por suspender sua participação na UNASUL, a partir de abril de 2018 e até que o funcionamento adequado do organismo fosse garantido (PORRAS, 2018).

O pedido de suspensão da participação dos países veio alguns dias após a chegada da Bolívia à Presidência Pro Tempore da UNASUL, no dia 12 de abril de 2018. Ironicamente, no momento de assumir, o governo boliviano havia reiterado seu compromisso com a promoção e o aprofundamento dos princípios do organismo, alguns deles sendo o diálogo, a cooperação, a paz, a democracia, a participação cidadã, visando através deles facilitar a construção, de maneira participativa e consensuada, de uma interação plena e harmoniosa na América do Sul (PORRAS, 2018; UNASUR, 2008a). Não obstante sua manifestação em prol do entendimento e do consenso, a Bolívia não parece ter feito esforços em prol de obter a concordância de outros países à indicação do ex-embaixador argentino José Octavio Bordón ao cargo de Secretário-Geral da instituição, já que essa candidatura era vista como de direita.

Um dos últimos atos da Presidência Pro Tempore da Bolívia, e da UNASUL como um todo, viria a ser a inauguração da sede do Parlamento Sul-Americano, em setembro de 2018, no departamento de Cochabamba, Bolívia. A localização da sede já havia sido definida pelo tratado constitutivo de 2008 e o projeto contou com um investimento exclusivo do governo boliviano da ordem de 62 milhões de dólares para construir as instalações. A apresentação da nova sede parlamentar da UNASUL contrastou com o momento político vivido internamente. Um mês antes da inauguração, o presidente colombiano Ivan Duque declarou a decisão do seu país de abandonar o mecanismo regional. As declarações nos meses seguintes de Evo Morales e do seu chanceler, Diego Pary, não contemplaram a gravidade da situação, uma vez que fizeram questão de enfatizar que a UNASUL seguia funcionando e que o bloco continuaria trabalhando em temas técnicos e na

retomada plena do organismo (ALIAGA, 2018). Em março de 2019 o governo do Equador, através do ex-presidente Lenin Moreno, também solicitaria sua saída da UNASUL, deixando transparecer que não haveria retorno e que ao bloco de cooperação política que havia sido, quiçá, o principal expoente do consenso trazido pela Onda Rosa, caberia deixar de funcionar.

Ao olhar para as causas da queda de prestígio e futura desativação da UNASUL, duas se destacam: Em primeiro lugar, o mecanismo de decisão por consenso, definido no artigo nº 12 do tratado constitutivo. Embora a ideia do consenso pudesse ser associada à ideia de promover um equilíbrio de poder decisório entre os doze integrantes do organismo, eventualmente as divergências em termos de interesses nacionais ou disputas ideológicas tornariam o instrumento uma espécie de poder de veto para qualquer país. A dificuldade de lidar com essa “camisa de força” interna ficou evidente quando os membros da UNASUL, por mais de um ano, não conseguiram chegar a um consenso sobre a nomeação do novo secretário-geral do bloco.

Em segundo lugar, o peso do fator econômico e comercial. Endara (2020) afirma que blocos de integração sem uma dimensão econômica e comercial bem definido dificilmente irá prosperar: “[...] lamentablemente lo que falto fue darle un interés del cual los países no se puedan alejar fácilmente. Eso es comercio, el único lugar de donde no te sales abruptamente es un lugar donde tienes compromisos de liberalización comercial. Ahí, lamentablemente, faltó eso en Unasur” (ENDARA, 2020) (informação verbal). Ainda mais, afirma-se que essa possibilidade já fora antevista no caso da UNASUL e que uma das possibilidades para contornar as carências do organismo nesse âmbito teria sido propor a associação entre esta e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)<sup>127</sup>, esta última operaria como braço comercial do bloco sul-americano. A proposta não foi adiante.

---

<sup>127</sup> A ALADI é uma associação regional formada por 13 países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Foi criada em 1980 com a assinatura do Tratado de Montevideo e seu objetivo é promover a criação de uma área de preferências econômicas na região para o estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa se dedicou a responder à seguinte questão: como a política externa da Bolívia durante os governos de Evo Morales influenciou nos processos regionais da América do Sul, especificamente na ALBA-TCP, na CAN, no MERCOSUL e na UNASUL? E, em complemento, buscou-se responder também a se seria plausível enquadrar a orientação da política externa do *processo de cambio* dentro de uma lógica de regionalismo pós-hegemônico.

À luz dessas questões, a pesquisa desenvolvida julga que, pelos resultados apresentados, seria possível confirmar a hipótese apresentada no início, onde se afirmava que a gestão do ex-presidente Morales foi capaz sim de promover uma mudança de orientação internacional nos termos postos por Hermann (1990), isso seria comprovado pela série de transformações promovidas pelo governo *masista* nos âmbitos normativos, de princípios, diretrizes e funcionamento da política externa boliviana.

Como já mencionado, o ex-presidente Morales foi responsável por definir um novo rumo para as relações internacionais da Bolívia perante seus vizinhos da América do Sul. Essa nova orientação se viu traduzida pela incorporação de novos conceitos, princípios e pela mudança de abordagens em temas tradicionais da política externa do país. Nesse sentido, viu-se que a Bolívia foi capaz de redefinir em certo grau ou mudar a aproximação em suas relações com Argentina, Brasil, Chile e Venezuela, principais representantes das relações bilaterais bolivianas na região, bem como pela redefinição de sua relação com os Estados Unidos da América, país com que a Bolívia manteve um relacionamento bem próximo no século XX que lhe levou a incorrer na adoção de postulados econômicos - Consenso de Washington - que trouxeram consequências econômicas consideráveis ao país.

A redefinição das relações bolivianas se ancorou em conceitos e orientações como o *Vivir Bien*, a diplomacia dos povos, a reivindicação da soberania nacional, o direito à autodeterminação dos povos, o respeito à Mãe Terra, a promoção da diversidade cultural e a busca por uma integração regional justa e equilibrada (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2014). Em vista de sua nova postura, a Bolívia protagonizou momentos de tensionamento e de aproximação com seus vizinhos sul-americanos. Esses movimentos teriam ocorrido tanto no âmbito bilateral como no âmbito regional. O que não pode deixar de ser reforçado é que, embora seja passível tecer críticas à condução da política externa definida por Evo Morales, o país, graças à nova gestão, passaria a gozar de melhores condições para intervir no cenário regional sul-americano.

Já ao falarmos sobre o âmbito regional sul-americano, a definição dos conceitos de integração regional, cooperação e regionalismo nos permitiu lançar mão de um olhar mais apurado na hora de interpretar os mecanismos regionais que a Bolívia integra e, em especial, entender as diferenças e semelhanças entre os quatro blocos regionais, plataformas que guiaram a resposta à pergunta de pesquisa deste trabalho.

No que tange aos quatro processos regionais objeto de nossa preocupação, a saber: ALBA-TCP, CAN, MERCOSUL e UNASUL, entende-se que a participação boliviana teve suas luzes e sombras em cada um. Foi possível identificar momentos de protagonismo limitado da Bolívia nos quatro mecanismo, embora no caso da UNASUL o protagonismo tenha estado mais relacionado à importância da intervenção da organização para colaborar no apaziguamento da crise política que se agravou com o massacre no departamento de Pando. Em outros casos a participação a participação e o destaque bolivianos ficaram mais aparentes, a exemplo do esforço para a inclusão do Tratado de Comércio dos Povos na ALBA e na inclusão da pauta de cooperação em torno dos saberes ancestrais da olha de coca. Talvez teria sido na CAN onde se viu que a gestão de Morales conseguiu exercer um posicionamento mais firme diante dos demais membros da plataforma. Embora as intervenções bolivianas tenham se dado mais no sentido de confrontar a postura de países como Colômbia e Peru, linha que, pode se argumentar, contribuiu para o acirramento de tensões e o enfraquecimento da CAN, o país também colaborou para manter a coesão do organismo em momentos que sua integridade se viu ameaçada e insistiu na ampliação da agenda regional do mecanismo de modo a incorporar pautas políticas, sociais, culturais e ambientais.

A respeito do MERCOSUL, julga-se que, em vista das informações levantadas, seria difícil fazer um diagnóstico certo sobre a importância da Bolívia para a consecução do objetivo do bloco de constituir um mercado comum. Infere-se das informações colhidas que a busca de ingressar ao bloco atenderia mais a uma preocupação política decorrente da postura pragmática que se atribuiu ao governo Morales, uma vez que para a Bolívia seria conveniente aprofundar seus vínculos com a Argentina e o Brasil, principais compradores do gás natural produzido pelo país andino.

A mudança de comportamento da Bolívia nos distintos blocos sul-americanos não permitiria enquadrar sua política externa em uma única vertente do regionalismo. A depender do interesse defendido e da retórica empregada, as ações bolivianas poderiam transitar entre o regionalismo pós-liberal e o pós-hegemônico.

Conclui-se, por fim, que o Estado Plurinacional da Bolívia, à luz das evidências apresentadas, conseguiu exercer um papel distinto ao apresentado pelos governos da *Democracia Pactada*, onde o protagonismo regional não era uma prioridade nem uma orientação. Armado de um novo arcabouço conceitual, de novas capacidades materiais advindas do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos e do impulso dado pela Constituição Política do Estado de 2009, a política externa boliviana definida a partir de 2006 marcou um ponto de inflexão na história da Bolívia. Cabe apontar, ainda, que, embora tenha se comprovado que o país conseguiu sim alternar entre momentos de certo protagonismo e de cálculo estratégico em favor da adoção de uma postura dos mecanismos regionais analisados, o principal cenário em que a Bolívia conseguiu conquistas mais substantivas e que contribuíram para afiançar seu novo prestígio foram os fóruns multilaterais, especialmente as sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

Foi no âmbito da ONU e não na América do Sul onde a Bolívia viu reverberações substanciais decorrentes da pressão de sua política externa. Exemplos disso podem ser vistos nas declarações da AGNU que declararam o acesso à água como um direito humano à vida, em 2010, a despenalização do uso da folha de coca, em 2009, e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em 2007.

A respeito da participação da Bolívia nos processos regionais da América do Sul, julga-se que será necessário esperar o passar dos anos e o desenvolvimento de novas pesquisas que deem continuidade ao apresentado nesta dissertação para poder julgar, futuramente, se a Bolívia poderá se desvencilhar de algumas amarras institucionais e de suas limitações econômico-produtivas para passar a exercer um maior destaque diante de seus vizinhos sul-americanos.

## REFERÊNCIAS

- AGRAMONT LECHÍN, Daniel. *Bolivia en los procesos de integración regional: Desafíos y oportunidades ante las nuevas características del regionalismo*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.
- AGRAMONT LECHÍN. Bolivia mira hacia el sur: El ingreso al Mercosur y la política exterior de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, n. 259, p. 15–26, 2015.
- ALIAGA, Javier. En plena crisis, Unasur estrena sede parlamentaria en Bolivia. *FRANCE 24*, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20180913-unasur-sede-parlamentaria-bolivia-crisis>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- ALURRALDE, Juan Carlos. Entrevista concedida ao autor em 05/08/2020. Realizada por videochamada, La Paz (Bolívia).
- ARANÍBAR, Antonio. Las relaciones internacionales de Bolivia al comienzo del siglo XXI. *Comentario Internacional*, n. 3, 2002.
- ALBA-TCP. Acuerdo para la aplicación del ALBA-TCP. Havana: 2006. Disponível em: <https://www.albatcp.org/acta/acuerdo-para-la-aplicacion-del-alba-tcp/>. Acesso em: 07 de fev. 2022.
- ARAÚJO, Flávia Loss de. Agendas de Política Externa para a Comunidade Andina: os casos de Bolívia e Colômbia. 2014. 102f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 265-302.
- BASTEIRO, Sergio Ariel. Entrevista concedida ao autor em 23/08/2020. Realizada por videochamada, Buenos Aires (Argentina).
- BIRNS, Larry; SANCHEZ, Alex. From Obscurity to the Center Stage: The Architectonics of Bolivia's Foreign Policy. In: GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter (Ed.). *Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 103-118.
- BOLIVIA. (2006 – 2019: Juan Evo Morales Ayma). *Discurso del Excmo. Sr. Evo Morales Ayma, Presidente de la República Constitucional de Bolivia*. Nueva York, 19 sep. 2006. 4f. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/61/PV.11>. Acesso em: 28 jan. 2021.



BOLIVIA. (2006 – 2019: Juan Evo Morales Ayma). *Discurso del Excmo. Sr. Evo Morales Ayma, Presidente de la República Constitucional de Bolivia*. Nueva York, 26 sep. 2007. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/62/PV.7>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRICEÑO-RUIZ, José; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino- américaines et caraïbes*. 2015.

CANELAS, M.; ESCÁNEZ, F. J. V. La nueva política exterior boliviana (2005-2010): más autonomía y nuevos desafíos. In: ERREJÓN, Í; SERRANO, A. (Ed.). *¡Ahora es cuándo, carajo!, del asalto a la transformación del Estado en Bolivia*. Barcelona: El Viejo Topo, 2011, p. 239-266. Disponível em: [https://www.academia.edu/2276975/La\\_nueva\\_pol%C3%ADtica\\_exterior\\_boliviana\\_2005-2010\\_m%C3%A1s\\_autonom%C3%ADa\\_y\\_nuevos\\_desaf%C3%ADos](https://www.academia.edu/2276975/La_nueva_pol%C3%ADtica_exterior_boliviana_2005-2010_m%C3%A1s_autonom%C3%ADa_y_nuevos_desaf%C3%ADos). Acesso em: 05 jul. 2020.

CEPAL. *CEPALSTAT – Bases de datos y publicaciones estadísticas*: banco de dados preparado por Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em < [https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc\\_HTML.asp](https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp)>. Acesso em 05 mar. 2020.

CEPAL. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade.” In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, ps. 937-958.

CEPPI, Natalia. La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma. *Si Somos Americanos, Revista de Estudios Transfronterizos*, v. XIV, n. 1, jan./jun., 2014, p. 125-151.

CEPPI, Natalia. Los rumbos del Movimiento al Socialismo (mas) en Bolivia: El diálogo entre Política Exterior y Diplomacia. *Janus.net. e-journal of international relations*, v. 12, n. 2, 2021.

CLOSA, Carlos. *Mainstreaming regionalism*. EUI Working Papers RSCAS 2015/12. 2015. Disponível em < [https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/34517/RSCAS\\_2015\\_12.pdf](https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/34517/RSCAS_2015_12.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2021.

CLOSS, M. B. A construção da Bolívia plurinacional: um panorama das políticas doméstica e externa dos governos de Evo Morales. In: LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L.; ALBUQUERQUE, M. R. A.; GONCALVES, F. N.; NINO, A. L. (Org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020, v. 1, p. 34-52.

COMISIÓN ESTRATÉGICA DE REFLEXIÓN. Un Nuevo Modelo de Integración de América del Sur Hacia la Unión Sudamericana de Naciones. 2006. Disponível em: <http://www.sela.org/es/centro-de-documentacion/base-de-datos-documental/bdd/29918/un-nuevo-modelo-de-integracion-de-america-del-sur-hacia-la-union-sudamericana-de-naciones>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CUNHA FILHO, Clayton M. Uma década de “processo de cambio”: balanços e perspectivas. In: CUNHA FILHO, Clayton M.; VIANA, João Paulo Saraiva Leão (Org.). *A Bolívia no Século XXI: Estado Plurinacional, mudanças de elites e (pluri)nacionalismo*. Curitiba: Editora Appris, 2016a.

CUNHA FILHO, Clayton M. Estrategias de desarrollo e inserción internacional en la Bolivia de Evo Morales. *Revista Andina de Estudios Políticos*, v. VI, n. 1, p. 142-162, 2016b.

CUNHA FILHO, Clayton M. Um país de contatos: a política exterior boliviana entre Haia e a integração regional. *Observador On-line*, v. 10, n. 8, p. 1–17, 2015.

CUNHA FILHO, Clayton M. Bolívia: Rechaço ao capitalismo verde e sintonia com Cúpula dos Povos. *Boletim OPISA*, v. 02, p. 13-15, 2012.

CUNHA FILHO, Clayton M. O ano da virada de Evo Morales? *Observador On-line*, v. 3, n. 12, p. 2–17, 2008.

CUNHA FILHO, Clayton M.; DELGADO, Ana Carolina. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. *Tensões Mundiais*, v. 6, n. 10, p. 287–310, 2010.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Reformas econômicas nos países estudados. In: *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 73-128.

DE LA CRUZ PREGO, Fernando. *Ayuda externa en Bolivia 1985-2003: Auge y caída del neoliberalismo*, Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica, UC, 2011.

DUARTE GUERRA, Lucas. Buen Vivir e Política Externa: Perspectivas da Política Externa de Evo Morales frente à Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia (2009). In: Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana, 1., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: NUPELA, 2015. p. 27-44. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/123456789/1512>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DUARTE GUERRA, Lucas. Vivir Bien e Soft Power: Análise da Política Externa do Estado Plurinacional da Bolívia. *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 1, jan./abr., p. 189-204, 2016.

DURAN GIL, Aldo. Bolívia e Equador no contexto atual. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 39-82.

EFE. Bolivia presentó cuatro demandas contra unos TLC ante el Tribunal Andino. EFE, 02 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://www.eleconomista.es/economia/noticias/1890006/02/10/Bolivia-presento-cuatro-demandas-contr-unos-TLC-ante-el-Tribunal-Andino.html>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ENDARA, Clarems. Entrevista concedida ao autor em 03/08/2020. Realizada por videochamada, Lima (Peru).

ENTREVISTADO 1. Entrevista concedida ao autor em 10/02/2021. Realizada por videochamada, Washington (Estados Unidos da América).

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Constitución Política del Estado. S.I: 2009.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Ley N° 465 – Ley del Servicio de Relaciones Exteriores del Estado Plurinacional de Bolivia*, 19 de dezembro de 2013.

EXENI, José Luis. Entrevista concedida ao autor em 23/08/2021. Realizada por videochamada, La Paz (Bolívia).

FARTHING, Linda C.; KOHL, Benjamin, H. *Evo's Bolivia: Continuity and Change*. Austin: University of Texas Press, 2014.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG; UNASUR. De la guerra al cuidado de las personas: Políticas de drogas en Suramérica después de UNGASS. Montevideo: FES, 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Tensões Criativas da Revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

GOZZER, Stefania. Fallo de La Haya: Bolivia Mar, la playa que Perú le cedió a Bolivia y que lleva 26 años en abandono. *BBC Mundo*, 26 de mar. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43146946>. Acesso em 17 dez. 2021.

HAAS, Ernst B. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. *International Organization*. v. 24, n. 4, p. 606-646, 1970.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, mar., p. 3-21, 1990.

HERNÁNDEZ, Dilio; CHAUDARY, Yudi. *La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) – Vigencia y viabilidad en el actual contexto venezolano y regional*” Friedrich Ebert Stiftung, 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/11379.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

IZIDRO GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci. Bolívia: novos rumos na política externa. *Cadernos de Relações Internacionais*, v. 2, n. 1, 2009.

KLAVEREN, Alberto Van. Entendiendo las políticas exteriores latinoamericanas : modelo para armar. *Estudios Internacionales*, v. 25, n. 98, 1992.

KLEIN, Herbert S. *A Concise History of Bolivia*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

KLEIN, Herbert S. *Historia de Bolivia*. 4. ed. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1993.

LANGER, Erick. Diplomacy and Trade: The Current Contradictory Relations between the United States and Bolivia. *Bolivian Studies Journal*, vol. 25, p. 88-97, 2019.

LARRAZABAL, L. A. A. Las relaciones internacionales de Bolivia: ¿Un cambio de paradigma en su política externa? In: Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana, 1., 2015, Foz do Iguaçu. *Anais eletrônicos...* Foz do Iguaçu: NUPELA, 2015. p. 27-44. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/123456789/1512>>. Acesso em: 14 ago. 2020

LEICHTMAN, Ellen C. Bolivia, Coca, and US Foreign Policy. *Critical Criminology*, vol. 9, n. ½, 2000.

MAIRA, Luis. Dilemas internos y espacios internacionales en el gobierno de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, n. 209, p. 66-81, 2007.

MARIANO, K. L. P.; ROMERO, A. M. S.; RIBEIRO, C. C. N. Percepções Governamentais sobre a Integração Regional na América do Sul. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 21, p. 33-43, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6474/1/BEPI\\_n21\\_Percep%C3%A7%C3%B5es.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6474/1/BEPI_n21_Percep%C3%A7%C3%B5es.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2020

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P. O. de. The Role of UNASUR in the South American Democratic Crises (2008-2015). *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 98-126, 2018.

MERCOSUL. *Protocolo de Adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia al MERCOSUR*, 17 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-adhesion-bolivia-mercosur/>. Acesso em: 22 out. 2021.

MERCOSUL. Grupo de Trabajo Ad Hoc para la Incorporación de la República de Bolivia como Estado Parte del MERCOSUR, 18 de janeiro de 2007. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/3146\\_DEC\\_001-2007\\_ES\\_GAH-IncorpBolivia.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/3146_DEC_001-2007_ES_GAH-IncorpBolivia.pdf). Acesso em: 22 out. 2021.

MESA GISBERT, Carlos D. *Bolivia y Brasil: los meandros del camino*. Working Paper 13. 2011. Disponível em [http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Plataforma\\_Democratica\\_Working\\_Paper\\_13\\_2011\\_Espanhol.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Plataforma_Democratica_Working_Paper_13_2011_Espanhol.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MESA GISBERT, C. D.; FIGUEROA, J. M.; GISBERT, T. *Historia de Bolivia*. 11. ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2019.

MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. *Decreto Supremo 29272 – Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien*. Lineamientos Estratégicos 2006-11. Gaceta Oficial de Bolivia, 2007.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. ALBA-TCP: El amanecer de los pueblos. [S.l. : s.n.] 2009.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. La revolución democrática y cultural y su política exterior: Memoria 2006 – 2013. La Paz: 2014a.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América Tratado de Comercio de los Pueblos: Bolivia en el ALBA-TCP. La Paz: 2014b.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. La Paz: 2016. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/1796>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MOTA, Aurea. A Nova Constituição Política do Estado Boliviano. In: DOMINGUES, José Maurício et al (Org.). *A Bolívia no espelho do mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. p. 133-159.

MURILLO DE LA ROCHA, Javier. Política exterior para la administración de Eduardo Rodríguez Veltzé. In: RIVA B., Arturo de la; Orozco P., Franz. (Org.). *Dialogos sobre la Política Exterior Boliviana II*. La Paz: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto - UDAPEX; Fundación Konrad Adenauer, 2007.

NAMIHAS, Sandra. La demanda boliviana contra Chile ante la Corte Internacional de Justicia de la Haya. *Agenda internacional*, n. 31, p. 55-70, 2013.

NOLTE, Detlef. Regional Governance from a Comparative Perspective. In: GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, Víctor M. (Ed.). *Economy, Politics and Governance Challenges*. New York: Nov Science Publishers, Inc., 2016.

PASQUARIELLO MARIANO, Karina Lilia; MENEZES, R. G. TRÊS DÉCADAS DE MERCOSUL: INSTITUCIONALIDADE, CAPACIDADE ESTATAL E BAIXA INTENSIDADE DA INTEGRAÇÃO. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, v. 112, p. 147-179, 2021.

PORRAS, Andrea Amaya. Seis países suramericanos anunciaron suspender su participación en UNASUR. FRANCE 24, 21 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20180421-unasur-paises-miembros-retiran-bloque>. Acesso em: 22 abr. 2022.

QUITRAL ROJAS, Máximo. La política exterior de Evo Morales. *Revista Latinoamericana de Desarrollo Económico*, n. 21, p. 175-191, 2014.

RAMIRO FERNÁNDEZ, Víctor. Explorando las limitaciones del nuevo regionalismo en las políticas de la Unión Europea: Una perspectiva latinoamericana. *EURE*, vol. 33, no. 98, mai., p.97-118, 2007.

REPUBLICA DE BOLIVIA. *Ley N° 1444*, de 27 de junio de 1995. Reglamento orgánico del servicio de relaciones exteriores. Disponible em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-RE-DS24037A.html>. Acceso em 20 mai. 2020.

REPUBLICA DE BOLIVIA. *Decreto Supremo N° 28701 - Heroes del Chaco*, 1 de maio de 2006.

RIBEIRO, Alina; SCOTELARO, Marina. Decoloniality and Contemporary Regionalism in Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America (ALBA). In: DUARTE, F. D. M.; VALLE, V. A. E. (Ed.). *Decolonizing Politics and Theories from the Abya Yala*. Bristol: E-International Relations Publishing, 2022. Disponible em: <https://www.e-ir.info/publication/decolonizing-politics-and-theories-from-the-abya-yala/>.

RIGGIROZZI, Pía; GRUGEL, Jean. Regional governance and legitimacy in South America: the meaning of UNASUR. *International Affairs*, v. 91, n. 4, 2015.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía. *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*, n. 5, p. 6-21, 2018.

RIGGIROZZI P., TUSSIE D. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: RIGGIROZZI P., TUSSIE D. (eds) *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*. United Nations University Series on Regionalism, vol 4. Springer: Dordrecht, 2012.

SAAVEDRA, Gustavo Fernández. Prólogo. In: TOLA, Rogelio Churata. *Política Exterior de Bolivia: Cambio política y relaciones internacionales*. La Paz: CIDES-UMSA, 2018, p. 9-20.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise da Política Externa e Política Externa do Brasil: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Rev. Bras. Polít. Int.*, vol. 56, n.1, 2013.

SANAHUJA, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. *Pensamiento propio*, ano 14, n. 39, 2014, p. 75-108.

SANTOS, Boaventura de Sousa; EXENI RODRÍGUEZ, José Luis. *Estado Plurinacional y Democracias: ALICE en Bolivia*. La Paz: FES/ Plural Editores, 2019.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SCHIF, Maurice & WINTERS, Alan. *Regional Integration and Development*. Washington DC: The World Bank, 2003, cap.7: Regional integration as politics, p. 187-208.

SOUZA, Lucas Eduardo Silveira de. *O Brasil e o regionalismo sul-americano: o papel da UNASUL na política externa do governo Rousseff (2011-2016)*. 2018. 165f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TOLA, Rogelio Churata. *Política Exterior de Bolivia: Cambio política y relaciones internacionales*. La Paz: CIDES-UMSA, 2018.

TREJOS ROSERO, Luis Fernando. Ejes articuladores del discurso internacional del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales Ayma. *Revista Encrucijada Americana*, ano 5, n. 2, 2012.

UNASUL. *Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas*. Brasília, 23 de maio de 2008a.

UNASUL. Informe de la Comisión de UNASUR sobre los sucesos de Pando: Hacia un alba de justicia para Bolivia. S.l, novembro de 2008b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090617094211/http://alainet.org/images/INFORME%20UNASUR%20FINAL.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

VACAFLORES, Carlos. La economía plural en Bolivia. *Friedrich Ebert Stiftung – Apuntes*, n. 3, 2017. Disponível em < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bolivien/14337.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.

VERGARA, Mónica. Las relaciones de Venezuela con Ecuador y Bolivia en el ámbito de la cooperación internacional durante y después del gobierno de Hugo Chávez. *Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época)*, n. 131, 2020.

VERGARA TORO, Mónica Angelina. Evolución de la cooperación de Venezuela con Ecuador y Bolivia en el periodo 2006-2014. 2016. 132f. Dissertação de Mestrado – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2014.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform? In: WILLIAMSON, John (ed.). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1999.

**APÊNDICE A – Entrevista com Juan Carlos Alurralde (Ex-Vice ministro de Relações Internacionais da Bolívia)**

S - ¿Cuáles considera que son las líneas maestras y los principios de política exterior que orientaron la acción de la cancillería y del propio presidente Morales? Siendo posible, le pediría que intente hacer un balance sobre ellos durante el proceso de cambio.

ALURRALDE- Es muy importante aquí la figura de David Choquehuanca, un hombre muy cercano al presidente, por un lado, pero por otro con una carrera sindical, una carrera como dirigente, pero además en la carrera ideológica muy profunda respecto a la recuperación de lo que es la sabiduría, la cultura de los pueblos originarios que ha sido relegada durante tantas décadas etcétera. Que indudablemente imprime en la política exterior, en la política del Estado una huella muy profunda. David además un hombre de paz, un hombre que se puede llamar alguien que cultiva la paz. Desde la nueva constitución política del Estado del 2009 se puede ver que la política exterior se debe basar el consenso primero orientándonos a una cultura de paz y una cultura de la vida, el famoso “vivir bien” que es netamente una construcción de David Choquehuanca que se imprime no solamente en la política exterior boliviana sino también en la política interior y en todos los ministerios y en todas las cosas que se han hecho. Entonces buscamos una diplomacia, una cultura de paz primero, una diplomacia de los Pueblos por la Vida que es uno de los temas centrales que se ha trabajado. Y esta diplomacia de los pueblos por la vida lo que intentaba era romper esta vieja escuela en que la diplomacia era ejercida solamente por élites. Es decir, antes sólo había una élite de viejas familias, generalmente todos abogados además que habían copado y trabajado en la cancillería durante mucho tiempo, pero además tenían una ideología que nosotros no compartíamos. Ahí se basa una parte muy interesante porque esto de la diplomacia de los pueblos te abre la diplomacia, no solamente, desde el ámbito de la cancillería o de las cancillerías o el presidente o los actores políticos que tienen que ver con el tema, sino a los pueblos. Entonces ahí se abre una diplomacia de los pueblos que es una diplomacia directa entre pueblos, entre comunidades, entre ejércitos, entre fuerzas armadas de los países, entre gobiernos subnacionales. Se abre realmente un espectro inmenso de lo que era la diplomacia de los pueblos por la vida. Se trata de buscar una verdadera comunidad, se construye realmente una comunidad internacional, la famosa Patria Grande. Y lo que nosotros planteamos es que, en esta comunidad grande, en esta



patria grande se discuta y se resuelva los problemas grandes que son comunes en toda la humanidad pero que además no se van a poder resolver de un solo país. Es muy importante porque desde el primer inicio de la nueva diplomacia boliviana se busca justamente construir la integración de los pueblos. La diplomacia de los pueblos en la búsqueda de que los problemas globales no los resuelve un solo país, los tienen que resolver entre muchos países. Esa es una parte muy interesante de los cambios. Obviamente en la cancillería hay toda una revolución también porque ingresan nuevos actores. Se busca la inclusión en la nueva Academia Diplomática, que no entren solamente abogados o científicos políticos, sino que entren músicos, que entren poetas, que entren actores. Que se abra, cualquiera que tenga un título académico, tendría la posibilidad de ser un diplomático. Además, es obvio que hay una gran inclusión de pueblos indígenas, inclusión de clases marginadas para las cuales la cancillería era un reducto imposible de acceder. Esa es una de las grandes líneas de esta nueva Diplomacia. La otra es el tema de la ruptura del tutelaje de los Estados Unidos. Percibimos cuando entramos a la cancillería que había una subordinación a los Estados Unidos y a sus agencias de cooperación. Cuando entre a la cancillería era asesor de David y me llegaban muchos temas en los cuales el lenguaje en el cual se comunicaban los actores de la embajada de Estados Unidos era un lenguaje no peyorativo, pero sí un lenguaje instructivo. O sea, te instruían hacer ciertas cosas. Te instruían votar por este candidato, te instruían condenar cierto acto por ejemplo de China o de Corea del Norte o cualquier cosa. Te instruían reaccionar de esta manera frente a ciertos temas. Y yo he podido leer con mis propios ojos por eso te digo. Esto no es un dogma, he podido leer decenas de estas notas que llegaban de la embajada instruyendo el comportamiento de Bolivia en el ámbito bilateral y multilateral lateral en temas en que querían que Bolivia también condene cierto tipo de actos de otros países. Obviamente tratando de buscar hacer crecer el bloque de países en los cuales Estados Unidos influye. En los temas y en los espacios multilaterales tan grandes como son las Naciones Unidas o la OEA era evidente que Estados Unidos conducía y condujo durante décadas como se movió Bolivia en el ámbito internacional. Entonces muy cortésmente respondimos que nosotros caminamos por nuestros propios pies. Se rompió el tutelaje con los Estados Unidos y más bien se muestra al Vivir Bien como una propuesta alternativa al mundo. Y una propuesta al mundo capitalista. Estados Unidos siempre defendiendo el modelo capitalista y nosotros más bien proponiendo otro mundo como alternativa. Un mundo en el cual más bien mostramos al capitalismo como causa de las principales crisis. De la crisis ambiental es culpable Estados Unidos y el capitalismo. Un modelo que está haciendo mucho daño

a la vida y al planeta. El capitalismo culpable del cambio climático, de la crisis alimentaria, de la crisis de la migración y de todas las crisis del planeta. Digamos que todas las crisis tienen como denominador común el capitalismo. Un capitalismo que desconoce la Unión del ser humano con la madre tierra, desconoce la hermandad que existe entre los pueblos y desconoce muchas otras cosas. Ejerciendo de vicescanciller he tenido varias reuniones con los representantes de Estados Unidos, ya no había embajador porque fue expulsado, pero sí con los encargados de negocios. Hablábamos cortésmente, pero muchas veces me reía de sus notas y cuando venían a visitarme les decía nosotros tenemos nuestra propia ideología, nuestro pensamiento y nuestra posición respecto a temas tan importantes como por ejemplo en el tema del cambio climático. No coincidíamos realmente con Estados Unidos en nada. En miles de temas pequeños en la OEA por ejemplo era evidente y obvio que no coincidíamos en casi nada con Estados Unidos, eso como punto importante.

Dijimos que se tenía que ampliar y fortalecer las relaciones bilaterales como uno de los ejes importantes. Nuestro sueño era abrir muchas más embajadas como en India, Irán, Corea del Sur, reabrir la embajada de Japón, Nicaragua y queríamos abrir en Nigeria si no me equivoco. Pero nos encontramos con restricciones presupuestarias. Los costos de apertura de misiones son severos. Entonces en un modelo más bien de austeridad y de utilizar la mayor cantidad de los recursos para el desarrollo de Bolivia, donde el gasto público no tenía que ser exacerbado, solamente logramos abrir algunas misiones como la de Irán, India, reabrir Corea del Sur, hemos abierto Nicaragua. No logramos Nigeria, por ejemplo, pero hemos hecho algunas cosas. Además de abrir embajadas, Bolivia quería plantear un nuevo relacionamiento con las embajadas desde la perspectiva del mutuo respeto, de la construcción de la buena fe. Incluso así tengamos interlocutores que piensen diferente de nosotros. Ahí está muy claro el punto del acuerdo marco con Estados Unidos, que a mí me tocó firmarlo justo el 2011 después de trabajar años, que habla de las relaciones de mutuo respeto, de igualdad y respeto. Así se llama, acuerdo marco de igualdad y mutuo respeto. Así plantea Bolivia su identidad en el mundo, una identidad muy basada en el respeto a la madre tierra, la armonía con la naturaleza, el respeto a los pueblos, pero también las ideologías de otras personas y el respeto a cualquier país del mundo en igualdad de condiciones. Hemos tenido muchos problemas con el tema de las agencias de cooperación de Estados Unidos que siempre han acostumbrado igual a mantener un discurso de muy coercitivo sobre Bolivia. El tema de DEA que fue expulsada, después USAID y finalmente la NSA. Es casi imposible que las agencias de Estados Unidos entiendan, primero, que están en otro país y, dos, que tienen el mismo nivel que un ciudadano de otro país.

De lo bilateral obviamente los espacios internacionales. El tema multilateral ha sido uno de los fuertes de la nueva política, lo que era muy interesante, por ejemplo, es que Bolivia, en una votación en las decenas de comisiones en las Naciones Unidas, siempre seguía la posición de Estados Unidos o Brasil. Brasil era un país muy fuerte y tenía un canciller muy poderoso, Celso Amorim. Muchas veces se seguía a Brasil que daba la línea. Más una línea socialista, de izquierda si se quiere. Con Brasil muchas veces tuvimos que aclarar y decir que Bolivia tiene su propia posición. Pero era obvio que las convergencias con Brasil y con Argentina eran mucho más fuertes que con Estados Unidos o con México que fue nuestro rival durante muchos de estos eventos. En las Naciones Unidas hemos dicho: “tenemos que lograr cosas importantes, no vinimos aquí a sentarnos, a votar, a apoyar un poco. Queremos realmente marcar una huella en las Naciones Unidas y ahí lo que hemos hecho es trabajar muy fuerte por ejemplo por los derechos de los pueblos indígenas, que fue un debate de más de 20 años para la declaración los pueblos indígenas. Teníamos un presidente indígena, un canciller indígena entonces este era un tema donde no nos podemos abrogar el derecho o de haber sido los que logramos la declaración. Pero, te puedo decir que hemos sido unos grandes impulsores de la declaración de Pueblos Indígenas y uno de nuestros ejes centrales. De igual manera en la conferencia mundial sobre los pueblos indígenas, en la primera conferencia del 2014 de Naciones Unidas fuimos los protagonistas y casi ejes centrales de esta conferencia. Otra cosa que hemos logrado en el ámbito de las multilaterales es el tema de la declaración del día internacional de la madre tierra. Nuestra posición en la ONU era que se reconozca la madre tierra como un sujeto de derecho, no es como algo que tienes que proteger o algo amorfo. Es un sujeto de derecho que tiene regulaciones que le permiten la protección. Hemos logrado abrir un fondo fiduciario para este dialogo que tenía que haber para la armonía con la madre tierra. Y uno de nuestros grandes logros siguiendo la línea desde el año 2000 sobre la guerra del agua, hemos logrado para la privatización del agua, hemos escrito la ley de saneamiento básico de Río que cierra la privatización, reconocimiento de fuentes de agua y autoridades indígenas campesinas pueblos originarios sobre fuentes de agua. Obviamente de ahí hemos saltado a la Constitución Política del Estado en la cual se cierra la puerta a la privatización del agua y de sus servicios. Antes de llegar al gobierno empezamos a trabajar en el tratado para lograr que el agua sea declarada un derecho humano en el mundo. Y ahí en el 2003, cuándo ni siquiera estábamos en el gobierno, llevamos a Evo Morales a Kioto, Japón, para luchar por el derecho humano al agua. Y Evo Morales plantea en Kioto el 2003 como diputado que el agua debería ser un derecho humano.

Entonces esta fue una línea muy fuerte que hemos continuado con y sin gobierno y obviamente están al gobierno y en el ámbito multilateral, logramos la famosa declaración de saneamiento el año 2010. Estas son las líneas fuertes de trabajo que imprimimos con David Choquehuanca incluso desde antes de ser gobierno. Con Evo también porque cuando lo llevamos a Kioto dijo: “si salgo presidente voy a crear un Ministerio del agua, les prometo”. Y se cumplió.

El tema de la declaración del año internacional de la Quínoa por ejemplo me tocó a mí cerrar y hemos logrado porque ellos querían solo una semana o un día internacional de la quínoa. El respeto hacia Evo Morales y David Choquehuanca era tan grande como actores indígenas en un concierto internacional que lográbamos realmente avanzar de una manera increíble.

La Cumbre del G-77 más china, en el que se plantean nuevo orden mundial para vivir bien, que realmente plantea una reestructuración desde las Naciones Unidas. Logramos finalmente llegar a ser un miembro no permanente del Consejo de Seguridad 2016. El Qhapaq Ñan que también es propuesta de David Choquehuanca, reconocimiento del Qhapac Ñan como patrimonio intangible de la humanidad en la UNESCO. Los principios del: Ama Llulla, Ama Qhella, Ama Sua. El tema de la hoja de coca lo dejo para después. En este ámbito de cosas de la nueva cancillería el tema era que Bolivia debería dejar de sentirse un país con limitaciones, un país que no tiene voz propia, Y es por eso que también vino otra línea fuerte: Bolivia tiene la capacidad para organizar eventos internacionales de envergadura. No deberíamos asustarnos, deberíamos meternos a trabajar en eventos grandes que puedan convocar no solamente a gobiernos sino a los pueblos. El 2010 hemos sido sede del noveno periodo de sesiones del Foro Permanente de Cuestiones Indígenas, por ejemplo. Las dos más impresionantes han sido las conferencias de los pueblos sobre el cambio climático y los derechos de la madre tierra. Tiquipaya I y Tiquipaya II, eventos impresionantes que han tenido miles de personas que encontraban en Bolivia un refugio o alguien que pueda amplificar su voz, que pueda dar la cara frente a los espacios donde nunca los pueblos han tenido acceso. Han sido eventos fundamentales, que te tocan por la pasión. Pero yo creo que ha sido muy exitosa la 42 Asamblea General de la OEA en Tiquipaya el año 2012. El famoso G-77 más china. También hicimos algunas cumbres antimperialistas que eran eventos novedosos el 2013 y 2014, foros de la participación ciudadana. La idea era que Bolivia no tiene que sentirse menos para poder organizar eventos grandes. Por eso es que Bolivia se anima a tratar de construir, de aportar, de sentir que tiene la capacidad de infraestructura para poder albergar y residenciar eventos grandes.

Otra línea fundamental que viene de David Choquehuanca y de Evo Morales es el tema de la hoja de coca que fue injustamente penalizada en la lista 1 de estupefacientes de la convención de 1961. Una barbaridad. Y el año 1976 cuando Banzer la ratifica no pone ninguna reserva. Eso significaba que en 25 años tenía que desaparecer la hoja de coca en Bolivia. No sólo desaparecer los usos ilícitos sino la hoja de coca en sí misma. Un crimen. La GIFE que se encarga de cobrar las deudas de los países empezó a presionar. Es ahí donde nosotros tratamos de hacer una enmienda a la convención, pero bastaba que un país sea opongá y se opusieron varios entonces surgió esta famosa y arriesgada acción de denunciar el tratado del 61 volver a readmitir el tratado, pero ya con la reserva que se debería haber hecho en las épocas de Banzer por el 76. Es una de las cosas más grandes que hemos hecho, el mundo se dio la vuelta, hubo una guerra impresionante en el ámbito multilateral, pero también hubo mucho apoyo. La Unión Europea ha tenido un rol importante pero más que todos los países de la CELAC que nos han apoyado, el ALBA obviamente y ha sido exitoso. Tenían que oponerse más de un tercio de votos a la reserva, pero finalmente fueron pocos los que se opusieron. Y Bolivia entró con la reserva nuevamente porque hay muchos instrumentos que dependían de que pertenezcamos a la convención. Como por ejemplo acuerdo de preferencias arancelarias de la Unión Europea. Lo hicimos bien. Fue increíble y ahora hoja de coca no solamente es medicina tradicional sino el cultivo de la hoja es reconocido. Esta es una historia larga, estamos escribiendo un libro con David sobre esta parte de hoja de Coca porque hay entre telones impresionantes en este capítulo que merecen que la historia los conozca.

Otro de los temas es la reivindicación marítima, no tenemos un final tan feliz, pero ha sido uno de los ejes de la política exterior. La reivindicación marítima era una de las pocas políticas de Estado que había en Bolivia. Pocos gobiernos han no seguido el tema marítimo. Pero en el caso nuestro hemos ido obviamente con enfoques nuevos, renovados sobre el tema y este obviamente ha sido la utilización de espacios internacionales jurídicos para resolver este tema. Es obvio que el tema marítimo ha sido un eje central en todo lo que hablábamos bilateralmente y multilateralmente. Se lograron grandes avances. Yo he sido parte del grupo que ha negociado con el gobierno de Bachelet antes de que sea vicecanciller. Evo Morales aceptó que yo sea parte del grupo de negociación secreto para la construcción de un acuerdo del primer gobierno de Bachelet. He estado algunos años en el anonimato, no puedo decir nada que se hablado es lamentable pero sí puedo decir que ese momento fue el más cercano a solucionar el tema marítimo por la vía del diálogo. Hemos estado muy cerca, se le acabó el tiempo al gobierno de Bachelet y lamentablemente

no se logró. Ellos pensaron que iban a ganar las elecciones, pero entró Piñera a desconocer todo lo que se había avanzado. Con Chile en el primer gobierno de Bachelet literalmente se llegó a construir una confianza mutua. Se hicieron homenajes a Eduardo Abaroa en Chile, aquí homenajeamos a los caídos de Chile. Se rompió ese odio. La política de David siempre ha sido la hermandad, Y muchas de las líneas que hemos seguido con Chile, por ejemplo, es hablar de frente con ellos y decirles que a nosotros nos habían separado banderas e himnos pero que éramos el mismo pueblo. Las famosas llegadas de Evo Morales a Santiago de Chile han sido impresionantes. El apoyo que había del pueblo chileno no sólo a la reivindicación marítima sino a la reintegración de los pueblos. Que en realidad estamos divididos por intereses oligárquicos, por intereses empresariales que siempre nos han separado a Bolivia y Chile, Y ahí David es un maestro para los discursos. Cuando ya subió Piñera, las cosas cambiaron y el segundo gobierno de Bachelet ya no era lo mismo que el primero. El factor es su canciller que realmente jugó en contra de Bolivia.

También vinculado al tema está la recuperación de los recursos naturales. Ahí está el tema del Silala, del uso del agua. Un uso unilateral, el tema del Lauca. Pero también el tema de los ríos como el Madera con Brasil no solamente contra Chile, sino que nosotros buscamos no dejar que países vecinos abusen a Bolivia sino tratar de defendernos a través de las instancias creadas para resolver de manera pacífica las controversias. Esa línea ha seguido la política exterior boliviana. Trabajamos como parte de los países sin litoral con posturas nuevas por ejemplo el tema de que no debe existir un solo país que no tenga acceso al mar. No solamente facilidades, sino que debería tener un acceso efectivo. Armamos y planteamos varias cosas para complementar el programa de acción de Viena de los países sin litoral. Es un espacio bastante interesante, pero hay mucha inacción en este grupo. Otra de las cosas que hemos brillado y lo digo con mucho orgullo es el tema de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Realmente Bolivia marca una línea en la discusión de los objetivos de desarrollo sostenible en los cuales siempre se han planteado una cosificación de la madre naturaleza para cumplir de necesidades humanas. Ahí hemos planteado muy fuerte el tema de los derechos de la Madre Tierra, hemos planteado los derechos obviamente del agua potable, la alimentación, derechos de tercera generación. Realmente se lee la huella de Bolivia en derechos de desarrollo sostenible. La naturaleza no presenta este cambio: servicios ambientales, como que la naturaleza te sirve. Nosotros entendemos como funciones ambientales. Tenemos el tema de la convención marco de las Naciones Unidas de cambio climático donde Bolivia, de ser un país que realmente no tenía nada

que decir, pasa a estar entre los 10 países más influyentes para el cambio climático. Hemos entrado a jugar a las ligas mayores. Hemos dirigido el Like Minded Group que es este grupo de afinidad dónde estaba China, la India, pero Bolivia lo dirigía y no se movía nada si es que Bolivia no estaba de acuerdo. Era un orgullo ver el respeto que le tenían a Bolivia. Cuando Bolivia hablaba se callaba todo el mundo. Con una fuerza, pero además con un equipo técnico tan solvente, tan poderoso. Ahí nos ayudaron muchos gobiernos amigos, la cooperación internacional, especialmente los suizos que permitieron que realmente montemos unos equipos impresionantes de negociación. Ese es uno de los puntos de oro de la política exterior. Bolivia por ejemplo plantea el mecanismo de Bosques, que es un mecanismo de mitigación, adaptación conjunta. Logramos plantear alternativas nuevas a los mecanismos de mercados de carbono que son y hasta ese momento era la biblia. Logramos dirigir el mecanismo de daños y pérdidas en el Like Minders Group y en el G-77. Lo que se aprueba también y existe ahora, es este mecanismo en el cual los países en desarrollo están en la obligación de reconstruir y de aportar para los daños por cambio climático que se produzcan en países del Tercer mundo ya que son los principales responsables.

Esos son los hitos muy grandes que ha vivido Bolivia y se ha dado una fuerza impresionante con los temas de agua, madre tierra, cambio climático.

S - ¿Puede comentar un poco como son las relaciones bilaterales? En la subregión: ¿se pudo avanzar la agenda del agua, del cambio climático y la hoja de coca? ¿El tema del agua con Chile se pudo trabajar dentro del marco de la agenda de los 13 puntos o acabo asociándose al tema de la reivindicación marítima?

ALURRALDE - En ese sentido había una expectativa internacional respecto a Bolivia por tener un presidente y canciller indígenas. Que además hablaban cosas raras, no seguían los protocolos diplomáticos y se llenaron de un grupo de hippies azulados. A mí me decían que era hippie por tener mi colita. Pero además otros actores interesantes como Rene Orellana, Pablo Solón. Se habían alineado los astros, para ser receptivos a un nuevo gobierno, nuevos interlocutores. Una de las apuestas más grandes que quería David Choquehuanca era UNASUR ya hablando en el ámbito regional o subregional. El tema de la CAN con la salida de Venezuela le dio un golpe de muerte. Entonces la CAN es importante por muchos de los acuerdos que se tienen, pero no jugó un papel tan importante en la política exterior. No se la descuido obviamente pero

gran apuesta era UNASUR y la CELAC. El 2006 recién entrando al gobierno ejercimos la Presidencia Pro Témpore de Unasur. Pablo solón estaba esa época y le dio una fuerza tremenda para que esto se consolide. El 2008 se consolida el tratado de Unasur y si se crea un nuevo organismo. Los impactos que ha tenido Unasur han sido impresionante sobre todo en crisis políticas como la del 2008 en que la propia Bachelet que tenía la presidencia Pro témpore defiende a Bolivia a través de Unasur. Celso Amorim dice que no va a permitir la ruptura del orden constitucional, Brasil amenaza a los golpistas que querían dividir a Bolivia. En otra oportunidad Bolivia también protege a Venezuela y realmente se constituyen en un organismo tan impresionante que por eso es que lo han destruido. Lo destruye el imperialismo y la derecha. En la línea Mercosur se busca ampliar los mercados, ingresar a un bloque que era mucho más fuerte que la CAN, a un bloque que tenía demás en expectativas un acuerdo comercial de envergadura con la Unión Europea. En realidad, la línea era fortalecer todo lo que tenía que ver con Foros de Integración Económicos Comerciales. La apuesta fue por Mercosur, obviamente ahí estaba Argentina, Brasil con ideologías parecidas y se trabajó. Otros grupos que no podemos olvidar son: el ALBA TCP donde ahí si existía una afinidad ideológica pero completa y donde se plantean acciones rápidas. Había proyectos lindos en el agua. La propia agenda tan cargada de cosas que había que atender no permitió que el Alba avancé como debía en un momento en que los astros estaban alineados y que iba a durar poco tiempo. Pero a pesar de eso el ALBA TCP para Bolivia ha sido muy importante en temas de Alfabetización, la Operación Milagro en temas de Salud, las Brigadas Médicas Cubanas. Ellos nos han apoyado en el tema de la hoja de Coca, en el tema Marítimo. La construcción del Sucre nunca llegó a funcionar del todo, se hicieron poquísimas operaciones, pero el banco del Alba era un proyecto de gran envergadura.

La CELAC un foro menos operativo, más político pero muy importante porque le daba voz propia a una América sin Canadá y Estados Unidos. Dónde nuestro enemigo era México más que Chile. Qué manera de hacernos daño. Chile qué manera de hacernos daño. A pesar de eso se logró crear la CELAC, fuimos los grandes impulsores. Tenemos declaraciones importantísimas. Se avanza en temas indígenas y en muchas cosas que de la Celac han saltado a la OEA. La declaración de pueblos indígenas de la OEA es de la CELAC.

En el ámbito bilateral, en la línea de caminar con nuestros propios pies esta la denuncia a todos los acuerdos bilaterales de protección recíproca, los famosos BITs. Teníamos decenas de BITs (Bilateral Investments Treatments) que violaban la soberanía boliviana y nos entregaban a



los tribunales de arbitraje internacional en condiciones desfavorables, siempre a favor de las empresas. Nos dedicamos bilateralmente a denunciar tratado por tratado. Uno de los que más ha llorado para que no rompamos el tratado ha sido el Perú. Hizo de todo, pero igual lo rompimos porque era una línea. El Brasil por ejemplo no tiene Bits. Brasil no firma con nadie. Bolivia se dedicó a cerrar todos los BITs que teníamos y más bien a tratar de reconstruir lo que se llamaba a los tratados de comercio de los pueblos. Es decir, lo que más o menos se intentó hacer con el ALBA, a tratar de negociar con la Unión Europea. Tratamos de conseguir un Tratado de Comercio de los Pueblos, pero no se consiguió. Se pudieron hacer algunas cosas con Cuba, con China, con Vietnam, Rusia. Se lograron hacer algunos Acuerdos de Cooperación Económica y Comercial pero ya basada en esta filosofía de Tratado de Comercio de los Pueblos. Del SGP plus (sistema generalizado de Preferencias) logramos que se prolongue hasta el año 2024 con la Unión Europea. Este era uno de los instrumentos que podíamos perder con el tema de la hoja de Coca si es que nos salíamos de la comisión del 61. Eso en la parte Bilateral.

S – Una duda: ¿Cómo eran las relaciones con Uruguay y con Paraguay?

ALURRALDE - Con Uruguay estábamos muy bien, además nos mandó un embajador de lujo. Carlos Flanagan uno de sus mejores hombres de los tupamaros. Llegó a Bolivia y construyó un puente de relacionamiento con Uruguay, pero impresionante. Si bien Uruguay nunca quiso ser un país ALBA, era un país ALBA en la práctica. Porque en todos los grupos que nosotros formábamos por decirte en la OEA para tratar ciertos temas, siempre estaban los amigos que no eran del ALBA. Ahí estaba Argentina, Uruguay, Brasil, aunque siempre tuvo su propia línea. Antonio Simoes fue un gran operador, un personaje importante en la relación Bolivia-Brasil. Él ha construido muchas cosas.

A nivel bilateral buscamos primero tener estas relaciones de socios y no patronos. Que ha sido otra de las líneas. Evo lo decía: “Socios, no patronos”. Tratamos de cambiar la estructura jurídica que nos vinculaba estos países respecto por ejemplo a los temas comerciales los famosos BITs, hemos denunciado el CIADI (Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a las Inversiones) ahí lo hicimos mal porque entraron otros actores. Tratamos de invitar, atraer inversión extranjera al país, pero la ley de promoción de inversiones es muy pobre, no trajo muchas cosas. Y la Ley de Arbitraje y Conciliación tampoco fue afortunada, entraron otros actores como el

Ministerio de Planificación y Desarrollo que hicieron estas leyes. También intentamos a nivel bilateral tener mayor presencia respecto a los servicios que prestamos a nuestros conciudadanos. Todo el trabajo consular ha tenido un gran salto. Nuestra presencia en ferias de otros países. Siempre tratando de construir esta diplomacia de los pueblos con la vida. Además, que es una de las grandes críticas que nos hacen ahora, no iban los diplomáticos si no siempre íbamos con una delegación de organizaciones sociales, de pueblos indígenas que jamás podrían haber estado en un ámbito internacional, en un foro de esas magnitudes. Creo que hubo gran Innovación Institucional, un fortalecimiento. Y esta coyuntura tan propicia ha permitido que se logre cosas tan importantes con países que tenían ideología afín y que nos respete los que no tenían ideología afín. Subió su nivel de respeto hacia Bolivia, se dieron cuenta de que no podían comprar nuestro voto o no podían hacerle hablar como lorito o votar como ellos querían. Y más bien, se encontraron con un servicio exterior muy fuerte, con ideología propia y con ganas de marcar huella en las distintas líneas que dije.

S - Con relación al tema de las inversiones: ¿podría contar un poco como ve la situación durante el proceso de cambio en términos de entrada de inversión extranjera para exploración de recursos naturales aparte de la nacionalización de los hidrocarburos?

ALURRALDE - Estas dos leyes no fueron tan afortunadas. Hay que atraer inversiones, pero tampoco tienes que traicionar los principios de soberanía. Uno de los principios que teníamos era no formar parte de estos tribunales internacionales. Y esa siempre es una de las exigencias de las empresas que quieren entrar a Bolivia. Querían un BITs de protección de inversiones, ese era uno de los temas complicados. No hemos cedido y eso implicaba que no había uno de los condicionamientos centrales que querían muchos inversionistas. Por otro lado, lo que más les interesaba a los inversionistas extranjeros era los recursos hidrocarburíferos, gas, y el litio. En el litio había un gran interés, donde Bolivia también asume una política que puede ser criticable y es que espanta a un montón de inversionistas. Los que me tocó atender fue a Bolllore, un grupo de Francia. Ellos se comprometieron hasta a construir las baterías de litio para el mundo o sea para llevar a todos los países del mundo. Bolllore una empresa francesa de los autos eléctricos, gran inversionista. No funcionó porque estaba este compañero Echazú, que quería desarrollar la toda la tecnología en Bolivia y no quería ser un socio sino quería que la patente sea boliviana. Esto nos

espantó muchas inversiones. Con Holanda hubo un acuerdo que el propio presidente firmo con el príncipe de Holanda, pero se cayó también. Y las condiciones en las que finalmente se firma con Alemania son muy cuestionables. En el tema de inversiones la falta de inversionistas extranjeros no se debe a la política exterior boliviana sino a la expansión de China. Porque China decidió comerse el continente. Y las principales inversiones indudablemente son chinas, como la planta de potasio donde ingresa para hacer servicios, o las obras de carreteras e infraestructura. Un montón de cosas y tenía un plan muy fuerte de inversiones la China. Bolivia no logró atraer inversionistas. Espanto a muchos de los inversionistas clásicos o tradicionales. Como Bolivia tenía un gran ahorro producto de la nacionalización de hidrocarburos y de otros temas es que decide invertir por sí misma y con eso tratar de atraer otras inversiones extranjeras. Por ejemplo, empresas españolas que han venido muchas, inversiones pequeñas, están empresas italianas, coreanas, Samsung por ejemplo que vino a Bolivia para el tema de la Planta de Urea. Esta Molinari, los alemanes para el tema del Tren Eléctrico de Cochabamba y de Santa Cruz. Doppelmayr para el teleférico de La Paz. Hemos tenido estas relaciones, pero inversión propia y capital de riesgo de ellos es casi mínimo. Es obvio que Bolivia con soberanía decidió que en los temas grandes que ha invertido lo ha hecho con capacidad propia.

S- Para terminar, la última pregunta es relacionada a la estructura interna de la Cancillería. 2011 con el cambio de gobierno se percibe una entrada de gente que no era considerada, por las élites, especialistas o diplomáticos de carrera. Desde su punto de vista: ¿qué tipo de aportes trae a la institución esa gente que tenía una visión de fuera, externa a la Cancillería? ¿Cómo ve usted ese cambio en la tendencia de funcionarios que pasan a integrar el cuerpo diplomático? ¿Y si me puede mencionar un poco sobre la ruptura que ocurren 2017 con la salida de David Choquehuanca y algunos otros personajes del cuerpo diplomático?

ALURRALDE- Puedo decir que la incorporación de otros actores ha tenido sus luces y sus sombras. Compañeros que nunca habían tenido cercanía con la vida diplomática se convirtieron en grandes diplomáticos. Uno de ellos es Freddy Mamani, por ejemplo. Un dirigente de FRUTCAS (federación regional única de trabajadores campesinos del altiplano Sur) que jamás soñó ser un diplomático y acaba siendo un hombre de las Naciones Unidas., querido por todo el mundo, además absolutamente eficiente. Después fue mi coordinador de gabinete, yo lo traje de Nueva York y si

trabajó conmigo. Pero él es un dirigente, es un maestro rural, dirigente que llega a ser un gran diplomático. Yo me incluyo también, yo soy un Ingeniero en Recursos Hídricos que acabe no siendo un gran diplomático, pero sí aportando muchas cosas en varios temas que han sido importantes para el país. Y muchos otros que jamás cursamos la Academia Diplomática pero que sí hemos podido darle esta visión nueva. Pero ha habido también sombras y hay que ser bien claro, no quiero ser discriminador, no voy a dar nombres en este caso, pero ha habido compañeros que no han logrado percibir la función y la responsabilidad que tenían dentro de algo tan importante como es la representación diplomática. Y generalmente estos han sido músicos, que acostumbrados a la vida bohemia será, no lograron entender el espacio del respeto y los espacios de comportamiento público sobre todo representando al país. Hemos tenido colerones. Pero también hubo luces y sombras en este tema, me parece que no pudimos marcar una línea aquí. Alguna vez pensé que antes de mandar a cualquier persona al servicio exterior, sobre todo, había que hacerle una evaluación psicológica, no de las aptitudes o de sus capacidades en sus relacionamientos sino en otro tipo de evaluación sobre la estabilidad emocional y algunos otros valores de ética y de moral. Entonces lo que sí han aportado por ejemplo es darle una imagen mucho más real, pura y nítida de lo que es Bolivia, en el exterior. Por ejemplo, Luzmila Carpio como embajadora ante Francia le ha dado un toque asombroso a la visión que tenía Francia de Bolivia. Muchos diplomáticos franceses me dijeron que ese un acierto. Nuestro embajador en México también es un poeta increíble que fue muy bien valorado ha demostrado como era el boliviano, no esa imagen del diplomático acartonado, con su corbata, que funciona de una manera digamos muy militar respecto a los temas y que no refleja el verdadero país. Lo que es Bolivia, su diversidad cultural, diversidad de pensamiento incluso de su biodiversidad. Por ejemplo, David me cuenta, que una compañera fue a Itamaraty con su aguayo y empezó a vender cosas. Eso muestra como es nuestro país.

En el ámbito interno, nos hemos volcado tanto al ámbito externo es decir a las relaciones bilaterales y multilaterales que nos hemos descuidado en la parte interna. Bueno hemos creado el Viceministerio de Gestión Institucional, ha sido nuestro aporte. Hemos dicho el viceministerio se tiene que encargar de arreglar todo lo interno. Nuestras primeras viceministras de gestión han tenido luces y sombras también. Pero la última de mi periodo Leonor Arauco ha sido excepcional. Fue embajadora en Argentina también. Pero si bien hemos hecho la ley del servicio exterior la 465, no hemos logrado institucionalizar la carrera diplomática, los escalafones. Nos ha faltado. Ese es un error imperdonable, no hay excusa para decir porque no lo hemos hecho. Se creó la dirección

del escalafón, se creó la gestión de personal y ya estamos en lo último del tiempo de David y mío y no se logró realmente institucionalizar. Que hubiera sido absolutamente importante. Eso como crítica real.

Pero llegando a la última parte de tu pregunta, David Choquehuanca fue 11 años Canciller. El canciller más largo de la historia de Bolivia, no habrá otro que lo supere, a mí me parece muy difícil. Pero además brazo derecho de Evo Morales, que ha conducido la política interna del país en temas relacionados al medio ambiente, los pueblos indígenas, y otros.

David Choquehuanca uno de los hombres importantes de la construcción de proceso de cambio. Algo importantes de mencionar es que David Choquehuanca invita a Evo Morales. David Choquehuanca construye el proceso de cambio, él estaba antes que Evo en el proceso de cambio. Una persona muy grande, muy amplia, muy fuerte y obviamente con esta visión, un hombre de paz, de armonía, un hombre de los pueblos indígenas, un hombre incorruptible, senillo, humilde. Que lamentablemente todo eso que hemos construido, sin comprometer a nadie, se confronta con otra visión de desarrollo. Una visión más extractivista, una visión de no respeto a los derechos de la madre tierra, una visión de no respeto a los derechos de los pueblos indígenas, una visión que reproducía muchas de las cosas que nosotros rechazado. Te doy un solo ejemplo: el año 2006 nosotros escribimos los diez mandamientos para salvar la madre tierra, Evo Morales la promulgó está en 20 idiomas. Y Evo Morales en uno de estos dice: Alimentos para la gente, no para los autos. Eso era no a los biocombustibles. Sale David Choquehuanca del ministerio e inmediatamente empieza producción de biocombustibles. La agroindustria deforestadora, esquilmática de los suelos, el extractivismo furioso de las cooperativas mineras de los mineros. O sea, hacer nuevamente el “Fast Cash” digamos el conseguir recursos, pero de la manera que nunca fue de David Choquehuanca. Pero además violando cosas tan importantes como la Convención 169 de la OIT, el respeto a las opiniones consultivas, libres e informadas de los pueblos indígenas. Tantas cosas que se han confrontado de dos visiones de desarrollo. Hubiera sido muy interesante que convivan juntas porque así le permitía al presidente andar digamos con dos pies. Tampoco hay que ser muy conservacionista, pero había dos pies muy interesantes. Uno liderado por Álvaro García Linera y su equipo y otro liderado por David Choquehuanca que no tenía equipo porque éramos David y sus muchachos. Nunca habíamos armado un aparato de copar ministerios, copar direcciones copar corporaciones, David nunca ha sido de esa línea. Finalmente, en esta confrontación que hubo de modelos ideológicos también se produjo la confrontación de cómo

continuar el proceso de cambio después del agotamiento de los periodos de ejercicio de la presidencia. Empezaron a confrontarse realmente ideologías muy distintas.

Un último tema es que muchas organizaciones sociales y mucha gente veía a David Choquehuanca como el sucesor natural de Evo Morales. Obviamente esto provoco mucho celo, provoco muchas preocupaciones internas y esto produjo que finalmente uno de los dos lados gane. En este caso gano ese modelo de desarrollo qué ha provocado obviamente un fuerte giro de Timón. Terrible, enloqueció la política interna y externa de Bolivia. Entonces se puede ver a partir del 2017 como el modelo de desarrollo boliviano cambia totalmente. Los incendios de la Chiquitania como son asociados, la agroindustria, la exportación de carne, la ampliación de la frontera agrícola, el extractivismo minero, desconocimiento de los mecanismos para la otorgación de licencias ambientales, la cooptación del Ministerio de Medio Ambiente que ya no debería obstaculizar sino más bien ser servir a proyectos de envergadura, la Represa del Bala que querían construir, caminos carreteros que cruzaban áreas protegidas que son intangibles del patrimonio de la humanidad. Un giro de timón muy fuerte que provocó la ruptura.

Muchos diplomáticos me han dicho que uno de los peores errores de Evo Morales ha sido apartar a David Choquehuanca de su lado, porque no es que tenía que quedarse solo David, sino que caminar en dos pies en esta conversación permanente de maneras de hacer las cosas es lo más enriquecedor. Una hegemonía de una sola línea pensamiento te aplasta la creatividad, la posibilidad de construir otro tipo de alternativas para solucionar problemas y gestionar el país. Ahora ya estamos viendo los resultados.

S - Concluye aquí, gracias por su tiempo.

**APÊNDICE B – Entrevista com Sergio Ariel Basteiro (Embaixador da Argentina na Bolívia)**

BASTEIRO - Soy Ariel Basteiro fui embajador argentino ante el Estado Plurinacional de Bolivia durante el período 2012-2015, en el segundo mandato de Cristina Fernández de Kirchner, soy Embajador político vengo de la actividad política, dos veces diputado nacional, me forme dentro del Partido Socialista, fui secretario general del Partido Socialista en la provincia de Buenos Aires, integré la Mesa Nacional del Partido Socialista como secretario gremial, y en verdad tengo mayor trascendencia en todas esas actividades como dirigente sindical. Me forme o provengo de la actividad sindical, de la vida sindical, traspasé a la actividad política luego de haber sido Secretario General de mi organización, la asociación del personal aeronáutico, el gremio de los trabajadores de las empresas aerocomerciales argentinas durante más de 15 años, más de 25 o un poco más, tengo que sacar la cuenta de dirigente, en diferentes cargos dentro de APA, fundador de la Central de Trabajadores Argentinos, una central de trabajadores de nuevo tipo, la segunda Central de Argentina y fundador en el año 91, primero con un grupo pequeño de dirigentes, después la CTA tiene actualmente más de 2 millones de afiliados. En el día de hoy fui director en representación del estado de Aerolíneas Argentina, en representación del gobierno nacional, que durante un período fue una empresa mixta donde el estado tenía un pequeño porcentaje de participación, fui el defensor o el cuidador de la acción de oro, del poder de veto el estado argentino cuando éste lo recuperó en el gobierno de Néstor Kirchner en el año 2006/2007. Y actualmente soy presidente del Astillero Río Santiago. El Astillero naval más importante de América Latina, el más grande, el más importante en estructura y en cantidad de trabajadores, 3200 trabajadores. Un poco es ese mi Currículo político como dirigente sindical social. Dentro del Partido Socialista fui secretario general de la juventud y en el año 2007 orgullosamente fui expulsado del partido socialista con un grupo importante de dirigentes y militantes porque adherimos al gobierno y a las políticas del gobierno de Néstor Kirchner adelante el gobierno. El partido socialista que hoy es un partido ubicado muy dentro de lo que se considera como un partido socialdemócrata. En algún momento mientras nosotros lo conducimos y éramos autoridades, tratamos de ser un partido de izquierda democrática, izquierda al fin, pero cada vez ese partido se fue rechazando más más, hoy se integra o tiene alianzas con el radicalismo y se lleva muy bien con la alianza de Macri, con Cambiemos, si bien no la integra en la mayoría de las provincias. Cuando nosotros fuimos expulsados del partido

socialista por el apoyo a la causa del gobierno nacional popular, con lo cual para nosotros es una medalla, un reconocimiento en vez de una ofrenda esa situación. Esa sería la situación principal.

S- Le pediría que me haga una lectura de lo que, desde su perspectiva, fue el proceso de cambio, ¿cuál es el balance que usted realiza desde la llegada de Evo Morales hasta su trágica salida? ¿Cómo considera usted que se construyó la agenda política, social y económica?

BASTEIRO Yo creo que el gobierno de Evo Morales, la llegada de Evo Morales tiene particularidades que nunca se habían dado en Bolivia, es una primera situación que se vive por primera vez en Bolivia, que un gobierno llega a partir de un proceso de ebullición social muy fuerte. Es cierto que hay que reconocer que la revolución del 52 pudo haber tenido características similares, parecidas pero esa Revolución al final se cayó, fracasó y duro menos tiempo, y no llegó a tomar medidas de cambio, no pudieron cambiar la sociedad boliviana y aporte tampoco le favorecía el panorama latinoamericano, más allá de encontrar en Argentina quizás un gobierno nacional popular con características bastante particulares también, pero no tenía un marco de alianzas y una geopolítica regional como la que le tocó vivir a Evo Morales, que fue favorable para poder sostener su gobierno.

Evo Morales yo siempre digo que no solamente hizo una Revolución económica, no la hizo tan sólo del punto de vista social, ni política, si fue una revolución política, social y económica, sino también realmente fue una revolución cultural, donde por primera vez un sector mayoritario de la sociedad boliviana tuvo la posibilidad de participar el sujeto social más importante que ya tiene la sociedad boliviana, que es el campesino y el indígena, que por primera vez en su historia tuvo la posibilidad de realmente acceder a lugares de mando, de gobierno, de gestión que nunca antes habían sucedido, y esto provocó obviamente un cambio cultural muy fuerte, que en la mayoría de los casos fue aceptado y acogido por esa ola de impulso que trajo Evo Morales al ganar una elección por primera vez también un presidente que llega con más del 50% de los votos, alzarse con la presidencia. Ese impacto y esa fuerza de apoyo y esa contención social que lo llevó al gobierno hizo que se pudiera sostener durante mucho tiempo y mucho más cuando en la posterior elección superó el 60%, eso mostró que tenía apoyo popular y la Bolivia blanca, la derecha durante mucho tiempo no se animó, ni podía, ni tenía capacidad de modificar esa realidad, por lo cual aceptó la situación y las medidas de gobierno y la intervención y participación de los indígenas y de los campesinos en decisiones que eran impensada 45 años antes de 2005.



Por eso digo que quizás como en ningún otro lugar de Latinoamérica que durante toda esa esos 15-20 años que van desde el año 98-99 cuando Chávez llega al gobierno, hasta la caída de Morales en el 2019, esos casi 20 años quizás de todos los países de la región Bolivia es el que mayor transformación pudo llevar adelante y sostenerla en el tiempo. Con lo cual yo hago un balance más que positivo, sí uno mira los números de la macro y de la microeconomía y del impacto de participación social, y en la economía de sectores totalmente postergados, del PBI y de la reservas, del ahorro en reservas que tuvo el gobierno de Evo, la inversión en obra públicas, en escuelas en hospitales, en sistema social que Bolivia no tenía, a veces a mí me costaba explicarle a los argentinos la importancia de las transformaciones, de las medidas que Evo tomaba porque en Argentina es normal que los sindicatos y los gobiernos acuerden aumentos salariales importantes, es normal y habitual el reconocimiento de vacaciones de que haya un estado presente que pague asignación universal o que cubra la vivienda, yo particularmente vengo de una familia trabajadora y me críe en una casa que eran las casas de los planes habitacionales de la década del 45/55 de Perón, y como yo miles, millones de argentinos tuvieron esos derechos que en Bolivia nunca lo habían tenido y que por primera vez se acercó a poder sentirlos y realizarlos con el gobierno de Evo. Yo creo que fue un gobierno con un balance muy positivo para los intereses del pueblo, de la gente y en la economía no le fue mal, creo que tuvo muchos aciertos, mérito quizá del hoy candidato a presidente de Bolivia, Luis Arce, quien siendo un ministro economía que se autoproclamaba guevarista, a la hora de administrar los recursos del Estado era muy ortodoxo, muy prolijo en el manejo de las finanzas y muy cuidadoso en el manejo de los números, eso hizo que haya podido tener reservas, ahorros en cantidades. Por primera vez Bolivia tuvo la posibilidad de planificar su futuro mediano e inmediato, a partir de las decisiones que tomará ese gobierno.

Hasta antes de la llegada de Evo muchas veces los presupuestos en Bolivia, los presupuestos nacionales se armaban a partir de los préstamos o de la ayuda que viniera de la USAID, del mercado común europeo, del tesoro norteamericano, se dependía de eso para ver en qué y de qué manera se proyectaba el año administrativo. Evo una vez con su gobierno, tuvo la posibilidad de ser soberano por lo menos en planificación de un futuro inmediato.

S- Muchas gracias. Completamente de acuerdo. Volviendo un poco en el tiempo, no sé si podría comentar un poco, ¿cómo cree que se daban las relaciones entre Argentina y Bolivia antes

de la llegada de Evo Morales? ¿Cuál era la relación tradicional entre Argentina y Bolivia hasta la llegada de Evo Morales? ¿Cuáles eran los puntos principales de la agenda bilateral?

BASTEIRO Sí yo casi te contesto con la experiencia como ciudadano argentino, quizás como dirigente político, que también lo era social, sindical. Sí bien tenemos una cercanía geográfica muy importante, si bien nuestro norte es muy parecido al sur boliviano en su cultura, sus condiciones de vida, en su composición étnica familiar, Bolivia-Argentina digamos particularmente en Salta, Jujuy las comunidades indígenas son del mismo tronco, de la misma raíz, las comunidades hablan el quechua hasta bastante cercano a Córdoba, hasta Santiago el Estero el quechua es un idioma que se habla. Sin embargo, el problema no era de Bolivia sino es un problema de Argentina, somos muy poco federalistas o muy centralistas en la visión que se tiene en lo que es la ciudad de Buenos Aires, y lo demás es como que para el argentino medio no existe. Entonces si bien hay una cercanía geográfica muy grande, sí bien compartimos 2 mil y pocos kilómetros de frontera, recién con la llegada de Evo muchos argentinos tomaron en cuenta que en Buenos Aires, que en Argentina la segunda comunidad más importante es la boliviana, después de la paraguaya, ya que algunos hablan de 1 millón, otros de 500/700 mil bolivianos, yo creo que el número más cercano a la cantidad bolivianos que hay en Argentina lo pongo en 700.000 bolivianos, más un grupo importante que va y viene a trabajar, son trabajadores golondrinas con el doble tema de que esos 700 mil bolivianos, son bolivianos, pero después está la comunidad boliviana que son los hijos de bolivianos nacidos en Argentina, pero que por cultura, por costumbre se consideran parte de la comunidad boliviana, o sea que podés llegar a suponer que estás arriba del millón y medio de comunidad boliviana, aproximadamente 700/800 mil ciudadanos bolivianos que viven en Argentina. Pese a esa situación, quizás el argentino también medio tenía más presente la vecindad con Chile, Uruguay, Brasil y Paraguay que con que con Bolivia. Es injusto también sentarse en esta postura o entender esta postura, porque me tocó vivir y conocer un poco más en profundidad a la sociedad boliviana, creo que deben ser la única sociedad en Latinoamérica y quizás en el mundo que mira con cierta simpatía al argentino o al porteño. No veo que haya mala onda, ni envidia, ni broncas, ni rivalidades que sí existen con otros países de la región o del mundo. La relación estaba principalmente, no había, no se tenía muy presentes los canales y las líneas de entendimiento entre Argentina y Bolivia. No había demasiada relación, creo que esa relación se profundiza, o se empieza a profundizar quizá con lo que dejó el neoliberalismo en Argentina, que fue la destrucción

de lo que era la explotación de hidrocarburos y de gas específicamente, que en algún momento necesita y tiene que empezar a contar con el gas boliviano para poder complementar su desarrollo industrial, y hasta domiciliario con la red de gas domiciliaria Argentina es la tercera o cuarta red del mundo en extensión. Y esa red no había cómo nutrirla durante un período importante si no hubiese sido por el gas boliviano, que se fortaleció y fue creciendo esa demanda en la medida de la llegada al gobierno de Néstor Kirchner que saca al país de la recesión económica, industrial que tuvo desde la mitad de la década 90 con Menem que destruye todo el andamiaje operativo industrial que tenía Argentina, y posteriormente los gobiernos que le siguieron a Menem no tuvieron la capacidad de poner nuevamente en funcionamiento esa estructura, recién Néstor Kirchner allá por el año 2005 empieza a hacer crecer la economía y la demanda, y por ende la necesidad de tener una industria activa, y para tener una industria activa, la matriz de la industria nacional está asentada fundamentalmente sobre el gas para hacer funcionar esa estructura. Con lo cual el gas boliviano comenzó a tener una importancia superlativa, y esa situación hizo que se empezará a mirar con más atención esa cuestión y comenzará a regularse la relación cada vez más presente entre ambos gobiernos. Evo supo aprovechar esa situación, supo aprovechar el momento, la cercanía con Néstor Kirchner los favoreció también, y de Lula también, Brasil tenía una situación parecida a la Argentina, y entonces el gas boliviano también terminó siendo fundamental, y eso le sirvió a Evo para pararse en un lugar que nunca Bolivia había ha tenido antes ni con Argentina y con Brasil. Tener algo que le interesaba a los otros dos países digamos más importantes de la región, y por ende eso mejoró la interconexión entre Argentina y Bolivia, como Bolivia con Brasil también.

S- Muchas gracias. Pasando a su periodo como Embajador, en primer lugar, quisiera que me cuente ¿cuál usted considera que fueron las prioridades de Argentina en Bolivia antes de su llegada al país? Después, ¿cuáles fueron las prioridades de su periodo como embajador? ¿Cuáles fueron los temas que usted decidió llevar más hacia adelante, a cuáles les dio continuidad, hubo algún tema al que decidió no dar continuidad?

BASTEIRO - Dos cosas. Una que la situación de Latinoamérica cambió, fue importantísimo, no tan solo que pasaba en Argentina, con Bolivia sino que esto se acompañaba con lo que pasaba en Paraguay con Lugo, lo que pasaba en Brasil con Lula, en Ecuador con Correa, obviamente Venezuela, digamos hasta el propio Perú con Humala que en un principio parecía que

venía con esa impronta también de cambio regional, incluso Chile tuvo uno o dos períodos importantes con Bachelet como presidente, que si bien el socialismo chileno tiene el nombre, no profundizan muchas aristas en cuanto a salirse de la estructura que creó la dictadura de Pinochet para Chile y no quisieron tocar ese andamiaje medianamente en muchos aspectos por lo menos del punto de vista testimonial no dejaba de ser un gobierno amigo, o que estaba en sintonía con lo que pasaba en la región, al margen de Uruguay también con el Frente Amplio. Argentina con Néstor con Cristina, con Néstor primero con Cristina después. Hay que ver lo que sucedía en la región, y si a esto le sumas Nicaragua, Salvador, Honduras y siempre Cuba, y los países angloparlantes del Caribe que con el petróleo económico que les vendía Chávez, hacía que esos países que siempre habían estado alejados de las decisiones y votaban siempre diferente en los organismos internacionales de lo que votaba Latinoamérica, Sudamérica, a partir de este hecho votaron o siguieron la política regional que se imponía desde de Sudamérica. Todo esto, bueno es un tema como para comprender, entender y tenerlo en cuenta.

Argentina promovió siempre el tema del respeto de la democracia y de permitir que los pueblos expresarán sus propios procesos y acompañar esos cambios. Yo creo que el gobierno de Néstor Kirchner tuvo buena relación con el gobierno de Mesa antes de la llegada de Evo, ahí es donde se firman los primeros acuerdos de venta de gas. Es Mesa con Néstor Kirchner el que firma los acuerdos que después usufructúa Evo, y recién se renegocian varios años después o se mejoran bastantes años después, pero durante muchos períodos se mantuvo el acuerdo que había hecho Mesa, y había buena relación con ese gobierno, y empezaron a atender a Bolivia, a tenerla presente a considerarla un país que no estaba atado a la derecha o a los golpes militares que tan tradicionales eran en Bolivia, mucho más que en cualquier otro país de la región, por lo menos quizás en el tiempo tuvieron los mismos períodos, los mismos tiempos, salvo que en Bolivia eran más cambiantes Y esa situación se empezó a ver con este hecho, el tener en cuenta que el embajador anterior a mí Horacio Macedo, que era un embajador político del PJ, del partido justicialista, que había sido nombrado por Néstor, a él le toca vivir el conflicto de la media luna y hubo mucha preocupación por parte de Néstor Kirchner para tratar de ayudar a Evo Morales a sostener el gobierno y que no hubiera interrupción democrática, y mucho menos una Bolivia partida, una Bolivia dividida porque eso obviamente no se podía tolerar en la situación que vivía Latinoamérica por esos años, ya que antes de mi llegada la inestabilidad política, o la ingobernabilidad de Bolivia todavía seguía siendo una señal, una marca nacional en la historia de Bolivia. Y yo sé que se trabajó

mucho en fortalecer a Evo y permitirle ayudarlo a que pudiera sostener su gobierno, la matanza que hubo en El Porvenir, fue un hecho que hizo movilizar a la Cancillería argentina enviando una delegación internacional nombrada por UNASUR (no fue Naciones Unidas y la oea). Argentina estuvo muy activa para impedir que Bolivia perdiera la democracia y pudiera sostenerse, y en esa actitud hasta ayudo a mejorar ese contrato de gas que estaba firmado desde el 2003/2004.

A mí me tocó quizás un periodo de mucha estabilidad, quizás los mejores años de Evo entre el 2012 y el 2015, con una muy buena situación económica, con un precio de commodities con un precio del gas alto, porque el precio se sacaba de una tabla donde estaba atado el barril de petróleo, determinados tipos de petróleo, el dólar y una serie de otras variables y durante todo ese período el barril del petróleo había pasado los cien dólares, el dólar estaba alto en la Argentina, con lo cual eso le permitía a Bolivia tener una rentabilidad muy buena, que le permitía mantener las transformaciones y la inversión social que llevó adelante del gobierno de Evo. Y después había una simpatía, a mí me tocó más estar con Cristina, si bien yo lo conocía mucho a Néstor mi embajada tuvo más cercanía al gobierno de Cristina, y ella tenía por ahí un cariño especial una simpatía especial por su cultura, por lo que significaba tanto Evo, como en aquel momento como Canciller Choquehuanca, que también era un digno representante o un muy cercano representante de los que es la cultura andina, y eso hacía que particularmente se lo atendiese de sobremanera. Con el mérito de Evo de posicionarse bien desde lo político, yo creo por mucha percepción de Evo, yo siempre consideró que Evo, más allá de los niveles de conocimiento que puede haberle dado sí o no su preparación académica, no tiene una gran preparación, es un tipo altamente perceptivo, altamente intuitivo que huele y sabe qué es lo que piensa y siente la gente y qué es lo que está pasando, no tan sólo en su país, sino en los países vecinos lo que es la política. Es un político bien conformado y con todas las condiciones que necesita un político para ubicarse muy bien y generar niveles de acuerdo y de forma de reclamar eso a nivel del acuerdo, que hizo que con Argentina se viviera no tan sólo una relación asentada en la compra y venta de gas, sino de ayuda en cooperación internacional que Argentina desarrolló a través de un programa de apoyo que tiene FOAR para ayudar a países en vías de desarrollo. Argentina gastaba, y a mí me tocó fomentarlo y ayudar a que sucediera, el 50% de ese presupuesto se gastaba en Bolivia. Y en verdad me parecía un dinero bien gastado, porque desde el punto de vista ya no tan sólo humano de llegar con lo poco que Argentina puede poner para ayudar a otros países necesitados, sin necesidad de tener que irse a África o Asia, y si ayudar al que es tú vecino que mejore su calidad de vida para que también mejore condiciones

de negociación y de convivencia con la Argentina. Se ayudó mucho con FOAR con ayuda técnica fundamentalmente en todo lo que todo es agro, desarrollo agropecuario. Hubo mucha, y yo creía y estoy convencido que sirvió mucho, la complementariedad cultural de ambos países. Bolivia mira particularmente, entiendo yo, a la Argentina como modelo de desarrollo cultural, están muy presentes los músicos argentinos, los artistas argentinos, actores, el cine argentino, la televisión argentina está muy presente. Entonces la cuestión era acercar eso un poco más de lo que estaba, por lo que mi gestión se caracterizó mucho por darle mucha importancia a eso.

Con Evo, yo tuve la suerte de haberlo conocido antes que fuera presidente, tuvimos encuentros en la CTA que ya estaba conformada y después cerramos esa relación que fue el encuentro del entierro del ALCA en Mar del Plata en el 2005, en noviembre de 2005, donde Evo vino como dirigente político que tenía la elección en poco tiempo. Me tocó compartir todo el viaje con él y se generó una relación y le di mucha atención, pero la mayoría, nadie, pensaba que Evo podía llegar a convertirse en presidente. Se sabía que iba a ganar la elección y que iba a pasar lo que ya había pasado cuatro años antes, cuando sale primero pero no logra conformar colegio electoral por lo cual no puede ser presidente. Todos suponían que iba a hacer una buena elección, pero no que la iba a ganar. Eso también permitió que la Presidenta Cristina, sabiendo de la relación personal que tenía, me eligiera para la función, y posteriormente, allí en Bolivia fui un acompañante en prácticamente todos los actos más importantes que tenía una que quizás la pregunta puede venir más adelante, pero que es la diferencia que yo entiendo entre la diplomacia generada en los palacios de cancillería y la diplomacia de los pueblos, la diplomacia de la calle me gusta decirle, que es la que yo en más de una oportunidad iba y marchaba con Evo junto con la COB el primero de mayo, o estaba en los actos por el apoyo al acullico o cuestiones donde no veía a los embajadores pero ni de casualidad cerca, porque no estaban acostumbrados fundamentalmente aquellos embajadores que provienen de carrera digamos, a involucrarse en hechos específicamente organizados para el fin de la relación diplomática. Yo entendía que, como embajador de Argentina, y como representante del gobierno argentino que era un gobierno popular, nacional, con amplio apoyo de los trabajadores y del pueblo, lo más lógico era que también participará activamente de las actividades de un gobierno boliviano que tenía características semejantes en cómo pararse hacia la gente, hacia el pueblo, hacia los trabajadores.

S - ¿Cuál es su percepción sobre cómo Bolivia desarrolló sus relaciones bilaterales? Sí bien no es necesario hacer una trayectoria o una recuperación de todo el periodo de Evo Morales, por lo menos le pediría que retome el periodo en el que usted estuvo en Bolivia y tuvo esa cierta cercanía. Por otro lado, también le pregunto si usted pudo percibir si y cómo ocurrió la inserción del componente teórico de la diplomacia de los pueblos en la política exterior del gobierno del MAS.

BASTEIRO - Evo tiene la agudez que suelen tener como aymara, que es aymara-quechua, que es una mezcla que se potencia. Tener padre aymara, madre quechua y eso le da incluso una ampliación de la cintura, le dicen en Argentina de amoldarse a esos a esos hechos. Yo creo que manejo con una predeterminación de ideologización de la relación diplomática o de la política exterior de Bolivia. Digo ideologización porque al margen de ese período de Evo como presidente, obviamente que no fue el responsable, pero sí fue un hacedor también participó en lo que fue la conformación de la CELAC, el fortalecimiento y la creación de UNASUR y que fueron organismos que lógicamente no eran aceptados ni aprobado por la política exterior norteamericana, que hasta un par de años antes era el verdadero gendarme de la política exterior regional. Si durante los años que a Evo le tocó ser presidente, se vivió un momento de mayor independencia de política exterior por parte de los países de la región con respecto a la política exterior norteamericana, en gran parte fue por esa ideologización que existió en la vida de los presidentes que había en los países sudamericanos que, si bien eran claramente conscientes de lo que significaba los pasos que daban, tampoco estaban tan locos ni comían vidrios como para enfrentar abiertamente a los Estados Unidos. Entonces hicieron una actividad de hacer quizás nos favoreció durante esos años que Estados Unidos estaba ocupado en sus guerras en medio oriente y su política de desarrollo del conflicto de medio oriente, fundamentalmente, y de su disputa con Europa primero y con China después, entonces medio que desatendió lo que a ellos les gusta llamar el patio trasero. Eso permitió que los presidentes de la región tuvieran mayor nivel de autonomía y la decisión para llevar adelante organismos que realmente defendieron la soberanía de nuestros países durante ese periodo. Pero de todos los organismos más ideologizado largo qué Bolivia integró, y en el cual participaba activamente, en el cual no estaban ni Brasil, no estaba Argentina, no estaba Uruguay, el ALBA era algo más ligado a posturas de gobiernos, no digo más radicales, pero que les gustaba por lo menos decirse socialistas o que buscaban el camino al socialismo. Y esa es una característica

que tuvo la política exterior de Evo. La política regional de Evo Morales y no me acordaba van si me habías hecho alguna otra mención o alguna otra pregunta al respecto.

S- Tengo una pregunta para complementar ya que estamos un poco más en ámbito regional, usted pudo acompañar de cerca el pedido la participación de Bolivia en el Mercosur, el pedido de membresía plena de Bolivia al Mercosur. ¿Cuál era la participación de Bolivia en el Mercosur? ¿Cuál era la importancia que se le daba al ingreso pleno de Bolivia? ¿Argentina apoyaba la entrada plena de Bolivia en el Mercosur?

BASTEIRO - A mí me tocó estar junto en ese período, en las reuniones y mandaba comunicaciones a la Argentina con respecto al avance para que Bolivia sea aceptada como socio semipleno primero, y se había llegado, yo estaba en Bolivia cuando faltaba solamente la firma del acta para integrarla como miembro pleno, faltaba solamente una asamblea cuando primero se provocó el golpe a Lugo que demoró un tanto el proceso porque había que tener acuerdo pleno de los cuatro países, ya que el golpe a Lugo frenó el proceso de incorporación de Bolivia al Mercosur, pero estaban todas las condiciones, tanto Argentina como Brasil promovían la llegada como miembro pleno de Bolivia al Mercosur. Tal era el interés de incorporar a Bolivia que se permitió una excepción a los que decía el estatuto del Mercosur que es que el que está afiliado al Mercosur no puede estar en otro grupo regional. Bolivia pertenecía al grupo andino, al acuerdo andino y no quería abandonar el acuerdo andino para entrar al Mercosur, porque por tradición, porque quizás, sí bien lo explicaba muy bien David Choquehuanca, Bolivia tenía una frontera pequeña con Perú, que era el único país que miraba a esta región andina y a este acuerdo del pacto andino, mientras que Bolivia tenía la mayoría de su frontera, la mayoría de sus habitantes más ligado a lo que era Mercosur, que a lo que era el pacto andino, sin embargo por tradición por características, no parecía alocado que siguiera integrada al pacto andino, por lo cual se le permitió a Bolivia permanecer en la CAN e incorporarse al Mercosur, lo que mostraba el interés de los países de la región para sumar a Bolivia. Venezuela también estaba en ese proceso cuando empezó a generarse la desestabilización del gobierno democrático, con un objetivo que muy claramente Evo siempre lo define como golpes, asonadas antidemocráticas que no suceden en Estados Unidos, porque en Estados Unidos no hay embajada norteamericana, mientras que en nuestros países hay embajada norteamericana y ese es



uno de los motivos por los cuales muchas veces se provocan golpe de Estados o el aislamiento de los gobiernos democráticos.

S- Una última pregunta y después terminamos. Ahora sobre la figura del presidente Morales, supongo que usted tuvo la oportunidad de poder acompañar a Cristina en algunas cumbres, a algunos encuentros de jefes de estado, y quisiera que comentará cómo veía la postura del presidente Morales en sus declaraciones hacia los otros presidentes. ¿Cuál era la percepción que se tenía de sus discursos, se percibía ese tono anticolonialista, anticapitalista, a favor de los derechos de la madre tierra, el intento de destacar la cultura indígena? ¿Cuál era la percepción que se tenía de la figura del presidente Morales?

BASTEIRO - Se lo consideraba un líder indígena muy importante que estaba transformando Bolivia. Bolivia para Argentina, para Lula también, es muy conocida la situación que Lula vive cuando se nacionalizan los hidrocarburos en Bolivia, Evo toma una actitud que generó mucho enojo por parte de Lula cuando entró a los campos petroleros de PETROBRAS y eso enoja mucho a Lula por no haberle avisado, por no haber tomado en cuenta la conflictividad que podía llegar a generar en Brasil una decisión tomada por Evo, que fue aprovechada por la derecha fundamentalmente, que quería cobrarse la factura y, aparte también, desgastar al propio Lula con eso. Y, sin embargo, éste terminó aceptando, entendiendo y ayudando a que se pudiera tomar esa medida por sí misma y Evo siempre explica, cuenta que la noche esa que toman esa determinación de nacionalizar los hidrocarburos, los medios de prensa, los “opinólogos” internacionales hablaban del aislamiento que iba a tener Bolivia al tomar esta determinación y “avanzar sobre los derechos”, los derechos que las empresas multinacionales decían tener, y que, en ese momento que él estaba con mucha incertidumbre, con mucha preocupación, recuerda siempre el llamado de Néstor Kirchner para darle acompañamiento y decirle que “vos no te hagas problema, si todos estos que te compran el gas, el petróleo no te lo compran más, Argentina te compra todo, vas a tener posibilidades de poner tú producto” lo cual lo tranquilizó. Creo que fundamentalmente este reconocimiento que Bolivia necesitaba más ayuda que cualquier otro país de la región porque era quizás el más pobre, el más atrasado, siempre hizo que fuera, y de hecho Evo también lo dice, y sé que Néstor lo sentía así, sintió a Fidel como un padre y a Néstor y a Lula como hermanos mayores. Evo supo acomodarse y dejarse ayudar con aquellos que en aquel momento tenían condiciones para poder ayudar, porque la situación tanto en Argentina como en Brasil económicamente eran muy buenas en ese momento,

y la de Bolivia empezaba a ser mejor. Creo que Evo tuvo la inteligencia también de no pararse en esa situación en una actitud de todo poderoso o de la me arreglo por mí mismo, y pedir y aceptar ayuda con el acompañamiento, la posibilidad de cooperación que se abría desde los países que lo podían hacer, y lo hizo él y creo que lo hizo bien sin que esto fuera tomado como una avivada por nadie, sino por una verdadera situación que se reconocía de lo que había vivido Bolivia hasta ese momento, hasta un par de años antes, y de la transformación y el esfuerzo que hacía Evo para sacar a Bolivia de muchos años de retraso.

Todo esto que te digo, lo digo porque nadie está faltando a la verdad ni hay motivos por los cuales no deba decir cada una de estas cosas. Hay un hecho que yo siempre digo que demuestra el cambio que provocó Bolivia y la relación con Argentina. El monumento de Juana Azurduy que hoy está frente a lo que es el centro cultural Kirchner en Buenos Aires, es el único monumento o el primer monumento que Bolivia le regala Argentina, algo bastante normal y tradicional entre los países regalarse grandes obras grandes monumento para ser entronizado en puntos importantes de cada una de las ciudades capitales de cada uno de los países. Bolivia nunca en la historia había podido hacerse cargo de un hecho de esa trascendencia y Evo se gastó 1.000.000 de dólares que creo que salió el monumento de Juana Azurduy, se hizo en un festejo impresionante que hubo en la Casa de Gobierno en Buenos Aires, en los jardines de la casa de gobierno, cuando se conoció se sacó una gran manta. Un monumento que debe tener 15 metros de alto y ocupa 600 metros cuadrados por lo menos. Es algo muy importante y se hizo un gran festejo en la casa de gobierno donde Evo estuvo presente, estuvo Cristina, donde junto compartieron y festejaron el aniversario de la fecha de muerte de Juana Azurduy qué es el día de la amistad argentina-boliviana, fecha definida por acuerdo del gobierno de Néstor y Evo que se festejó de manera continua y muy clara y precisa durante los gobiernos de Néstor y de Cristina en Argentina y de Evo en Bolivia, que obviamente después con Macri se escondió, se tapó y nunca más se hizo referencia a eso.

**APÊNDICE C - Entrevista com Clarems Endara (ex-Vice ministro de  
Comércio Exterior da Bolívia)**

S –¿Podría hacer un balance de lo que usted considera que fueron las relaciones internacionales de Bolivia durante los años en que Evo Morales fue presidente? ¿Como usted vio que se le llevó el tema de la política externa por el gobierno del MAS?

ENDARA - Yo creo que hay que basarse un poco en lo que es la actual Constitución, porque todo el comportamiento previo hasta el 2009 estaba guiado un poco a cambiar el relacionamiento, por lo menos la presencia, no tanto el relacionamiento de Bolivia en los Foros Internacionales y de manera bilateral. Entonces si vemos todo el capítulo de Relaciones Exteriores en la Constitución, tenemos un gran lineamiento que es el que va a ayudar a construir relaciones internacionales en muchos de los casos en cambiar el esquema en varios de ellos. Es muy principista, entre varios colegas abogados habíamos coincidido en que era descargar mucho principio dentro de la Constitución, pero cuando empiezas a ver ya la aplicas. Acuerdos específicamente bilaterales o la participación en foros y teniendo ya una guía tan específica en algunas en algunas materias Obviamente tu relacionamiento esta ya enmarcado en una norma fundamental que no puede separarse de ellos. Entonces considero que uno de los principales objetivos que ha tenido todo el gobierno del MAS era precisamente eso. Fundar en normas constitucionales el comportamiento del Estado hacia afuera. Ahí verás vos el rechazo al imperialismo, rechazar cualquier tipo de colonialismo, son cosas que tu no lo ves usualmente en una en una constitución, pero en esta época se tuvo a bien ponerla y entenderás que sólo un cambio de una constitución similar una modificación a la Constitución podría eliminar o cambiar estos principios. Gran parte de las relaciones internacionales han estado basadas en él. Te digo antes porque los lineamientos antes de la Constitución porque eran más políticos. Ahí han empezado entiendo yo, a trabajar únicamente con directrices específicas. Empezar a revisar desde el área que me toca a mí por ejemplo Los Acuerdos Comerciales donde había una otorgación de ventajas bastante alta en comercio, es bastante complicado retroceder en compromisos que tienes, entonces hubo tareas duras antes que se apruebe la Constitución. El renegociar el acuerdo con México, por ejemplo, teníamos un Tratado de Libre Comercio. México nos había ofrecido el mismo texto que tenía suscrito con Canadá y Estados Unidos. Sólo le cambiaron el nombre Bolivia, lo firmo y estaba

vigente desde 96-97. Entonces fue una negociación durísima porque implicaba que en México bajo el gobierno que tenía actualmente no podía hacer concesiones que terceros se lo vayan a pedir. Entonces se tuvo que desarmar ese acuerdo, se logra hacer una buena negociación y se convirtió en un acuerdo como el que tenemos con el resto de los países de Sudamérica. Una zona de Libre Comercio en la cual hay eliminación de aranceles, hay preferencias en tratamiento, etcétera. Entonces creo que la parte más dura antes de la Constitución para pelear negociaciones se dio comercialmente en el caso de México. Bueno con Cuba una actualización específica en su acuerdo, se necesitaba mucha modificación. Y en el ámbito Comercial también te puedo mencionar que en las negociaciones que se están tratando había un rechazo total al ALCA. Se había llegado con una tendencia bastante fuerte entonces había la instrucción clarísima de que ese tipo de modelos de acuerdo, no deberían ser considerados siquiera. Nos tocó hacer parte el en el grupo del cual, conformado de consultor, una sustentación técnicamente de esas decisiones. Entonces empezamos a trabajar arduamente para ver cómo se daban estos acuerdos y cuáles eran los efectos. El tema es que para esos años 2006- 7-8 no se tenía todavía evaluaciones de los tratados de libre comercio propiamente. Había algunos criterios o publicaciones específicas de cómo le estaba yendo a México. Los del área todavía no tenían Tratados de Libre Comercio. Los países más grandes que tenemos de vecinos Brasil, Argentina no tenían Tratados de Libre Comercio entonces Bolivia había estado abanderando un par de años antes, está instrumentalización de acuerdos regionales con total apertura. Cuando hablamos de un Tratado Libre Comercio de Ambiente es mucho más allá de un compromiso solamente comercial. Hay políticas específicas en cooperación, políticas de comportamiento, etcétera. Tratamos de sostener un poco esas decisiones, recurrimos mucho a los números, a las proyecciones, y lamentablemente nos encontramos con, y creo que es una dolencia hasta actualmente Pese a que el modelo de la Constitución que dice que somos un país enfocado hacia el desarrollo productivo, el tema de datos de producción por sector es muy ligero. No tiene mucho sustento. Y fue lo que encontramos esa vez. No podíamos decir que no queremos negociar un acuerdo en el área agrícola porque producimos x cantidad de, ponte de verduras, de cítricos etcétera. Eran números muy variables, no eran fijos, no había medidores, fue una pelea hasta el último cuando logramos empezar a acercarnos al Mercosur o empezar a ver relaciones comerciales con China, etcétera. Poder tener estos datos, entonces reconstruirlos todos. Se establecieron inclusive algunos institutos dentro de Ministerio Desarrollo Rural y dentro del Ministerio de Planificación, para poder tomar estos estudios serios. Porque hablamos de seguridad alimentaria y

se dieron cuenta que el saber cuánto tenemos internamente para saber si es que puedes negociar con algún otro país y qué oportunidad vas a tener en esa negociación. Entonces bajo toda esta perspectiva, voy saltando cosas porque estoy contando un poco por épocas antes de la Constitución. Sin Constitución de la misma forma se tuvo que sostener en el marco la Comunidad Andina las negociaciones con la Unión Europea. Unas negociaciones que eran bloque a bloque Unión Europea estaba muy interesado, sigue muy interesado, sólo ha cambiado el esquema de la negociación. En esa época se hacía una negociación de bloque, una vocería por los 4 países, 13 mesas de negociación. Se dan negociaciones durísimas y empieza a ver qué tanto efecto puede ocasionarnos un tratado libre comercio con la Unión Europea. Lo anecdótico del caso se podría decir es que esa negociación se termina cayendo por temas de medio ambiente y desarrollo, había una mesa específica desarrollo económico alternativo o algo así y no por los temas de comercio. Es decir que el tema comercial se podía en cierta forma ver superado. Te vuelvo a repetir no teníamos una base de datos clarísimo, o sea cuando tú haces un acuerdo comercial tienes que saber qué sectores internos vas afectar. Es cierto, qué un sector en competencia directa podría verse afectado por los bajos precios que pudieran llegar de ese tu socio.

Para esas épocas los datos no eran muchos. Se cayó la negociación, tocó sustentarla y creo que, en estas dos negociaciones grandes, que te voy platicando, se va armando ya el fundamento de por qué no deberíamos caminar hacia tratados comprensivos más grandes. Ya teníamos una evaluación clarísima ya se había alcanzado hasta el 2010-2011 la liberalización total con el Mercosur con la Comunidad Andina mucho más antes, es decir que en la región ya no había, no se cobraban aranceles. Ya no había que negociar aranceles en la región y para eso ya tenías una zona libre comercio empleada con la Comunidad Andina y habías recibido las primeras invitaciones para ir a Mercosur. Entonces tu esquema de comercio regional estaba cubierto. Pero para ello nosotros ya teníamos un estudio digamos bastante avanzado en relación a. Cuánto nos iba a costar abrir aranceles con la Unión Europea y con Estados Unidos y qué sectores específicamente podrían ser afectados. Entonces todo eso se ha construido sin Constitución sólo en principios mientras en la asamblea se iba discutiendo la estructura específicamente de las relaciones exteriores. Post-constitución ayudó mucho más a asentar estas teorías. Me estoy olvidando, empezamos de la misma forma antes de la de la Constitución a denunciar los Acuerdos de Protección y Promoción de las inversiones. Utilizamos mucho de ejemplo a Brasil que no tenía ninguno, pero Brasil si había desarrollado un mecanismo de controversias al interior. Insistimos mucho en que en Bolivia pasará

lo mismo. El miedo era que las inversoras se vayan y no vuelvan. Lo raro es que empezamos a hacer las denuncias de los acuerdos de inversión y las inversiones empezaron a llegar. Entonces no había una lógica normativa de decir: estamos haciendo bien la cosa. Lo cierto es que un inversionista siempre va a buscar una base legal, en la cual pueda seguir, garantizar su inversión. Y eso es lo que había que construir. Entonces nos pusimos en una tarea muy fuerte, acudimos a algunos Órganos Internacionales para hacerlo de manera conjunta. Pero todo eso sin constitución. Si la Constitución te fundamenta las bases, pero nosotros ya íbamos armando toda la base técnica de sustento de todos esos lineamientos políticos. Ya con la constitución, con mucha más confiabilidad se empiezan a redactar determinados decretos y leyes respecto a los principios ya establecidos. Nos establecimos en un país con una perspectiva exclusiva de desarrollo productivo. No necesariamente exportaciones y eso ha ido marcando más o menos la vida de Bolivia todos los últimos años. En particular cuando ves la estructura del gobierno que tiene su Ministerio de Producción grande, en su Ministerio de Cultura grande y tienes un Viceministerio de Comercio. Entonces ahí ya vos ves el perfil de país que tienes. Bolivia no es un país de acuerdos en ese perfil que haya pensado en el comercio exterior como una de sus herramientas fuertes para poder tener aportes en el PIB. Pese a que comercializamos mucha materia prima, digamos que son productos que no necesitan ni siquiera de acuerdos comerciales para poder buscar ventajas en el mercado, solo ser competitivos para ellos es suficiente. Entonces toda esa parte ha quedado un poco rezagada en cierta forma.

Los Pilares básicamente de las Relaciones Exteriores lo puedes encontrar en la propia constitución y todo lo que te comenté antes. Lo que se manejaba como ideas de lo que ha ido nutriendo la constitución. Ahí creo que ha habido una línea de consecuencia. Fue muy importante esto, en materia de equilibrar las relaciones con algunos Estados. En particular con Estados Unidos con la misma Unión Europea que ya cambiaron un poco su sentido de acercamiento o negociación con Bolivia. No fue solo con Bolivia sino con la región. Si te das cuenta y quizás con un inventario de cuál era la tendencia en la región todos empiezan a sentirse más contestatarios, más nacionalistas, más patrioteros, por así decirlo. Empiezan a defender mucho más su independencia, su determinación. Y eso hace que las relaciones ya con otros bloques se lleven en un tono distinto. Todavía nos tocó a nosotros los primeros años irnos a sentar con negociadores que menospreciaban el simple hecho de que vengas de un país más pequeño. Y en la Comunidad Andina nos pasaba lo mismo, nos daban la palabra al último, se notaba que menospreciaban a Bolivia. La posición fuerte

que se puso, desde que estuvo el presidente Morales, hizo que todos los mandos de negociación tuvieran un poco más de confianza, más empoderamiento. Y eso ha hecho que en los marcos regionales vayamos ganando espacio, aparte que se da una coincidencia interesante también con personas que van liderando un poco las relaciones exteriores en un momento dentro de la cancillería que logran ser una parte fundamental. Por ejemplo, de la estructuración del tratado de Constitución de Unasur. qué era lo más novedoso al nivel regional, de lo que existía se le reconoce mucho a Bolivia el aporte que ha tenido específicamente en la construcción de este bloque de integración. Con la Comunidad Andina logramos tener ya un equilibrio porque era muy evidente el desatino que tenían al tratar a Bolivia. En su momento logramos establecer un equilibrio en muchas de las veces te diré negociando de la forma más dura que te puedas imaginar. Ha sido verdaderamente entrar casi rompiendo puertas para poder generar un poco de respeto. Ellos vieron que Bolivia iba creciendo en estos bloques de integración. Iba ganando mucho más prestigio sobre todo económicamente y las condiciones cambian de una forma muy interesante. En la Comunidad Andina, básicamente, el aporte que hace Bolivia es ampliar su agenda. Si bien la Comunidad Andina hasta el 2007-8 era Unión Europea y todo comercio, a partir de esa ruptura (la salida de Venezuela) terminan obligando a Bolivia incluso a asumir normativa contra sus votos. Tenemos una demanda contra la Comunidad Andina en el Tribunal Andino porque se hizo una votación utilizando mal el Acuerdo de Cartagena, lo demandamos ante el tribunal. Yo siempre lo cuento como una anécdota. Pero si tú lees la sentencia de la demanda de nulidad te dice que un país no puede detener la integración de la región. Y de acuerdo a la estructura de la Comunidad Andina es una norma supranacional, no tienes donde más reclamar. La alternativa que hubiera podido tomar Bolivia en ese momento es la misma que tomó Venezuela, salirse del bloque. Pero creo que ya se había alcanzado para esa época una madurez bastante fuerte en el manejo de las relaciones internacionales. Se consideró, se discutió sabiendo los riesgos y se tomó la decisión. Creemos que ha sido un antecedente fuertísimo no se lo deseamos a ningún país porque el avanzar con votos negativos en un proceso integración de cuatro países es pues durísimo. El aporte de Bolivia en la Comunidad Andina tiene que ver un poco con abrir la agenda. Pasa esto de las negociaciones, la Unión Europea decidió hacer el mismo Acuerdo, pero dividido entre 4. Es decir, va sumando país por país, se llama Acuerdo Multipartes. Empieza Colombia, le sigue Perú, Ecuador recién los últimos años, le ofrece a Bolivia volver. Los últimos años que le tocó estar en la cancillería hicimos un par de idas y vueltas con Unión Europea que no tiene ningún problema en aceptar a Bolivia

dentro del acuerdo. Te digo dentro del acuerdo, porque no hay un nuevo acuerdo para Bolivia. Lo que va hacer es ir a firmar lo que ya existe. Si puede haber algunas variaciones en algunos plazos de tiempo, en algunas permisiones. En realidad, es un Acuerdo mucho más blando que el del 2007. La diferencia es que sigue siendo un acuerdo bloque. Para la Unión Europea es de gran interés tenerlo en bloque, no aceptaría tener un acuerdo nuevo. Sabemos lo que pasa con el Mercosur, llevan más de 20- 22 años negociando, supuestamente lo han cerrado. Los cambios de política en Argentina hacen que no entren en vigencia y ésa va a ser la historia.

Entonces en la Comunidad Andina el aporte que se hizo, básicamente, fue ampliar la agenda. Como lo comercial estaba definido ya y sabíamos que eso no iba avanzar a más de una zona libre comercio, no puede constituirse una Unión Aduanera. Entonces todos entienden esa realidad. Empiezan con los cambios de gobierno que hubo y obviamente también en los países empiezan a verse agendas paralelas. Y esa agenda permite hablar de ciudadanía andina, te permite hablar de pueblos afrodescendientes, pueblos indígenas, minería ilegal y se van fortaleciendo unos temas totalmente invisibilizados. Todo estaba concentrado en comercio, se logra hacer un equilibrio. Actualmente esos son los temas que van avanzando en comercio ya se ha profundizado lo que había que profundizar. Lo único que queda es seguir discutiendo si va haber salvaguardias, en qué momento vamos a hacer excepciones a la zona libre comercio, demandas que puede haber entre los países por incumplimiento, etc. Pero yo creo que ese cambio que le aportó Bolivia en ese equilibrio de agenda entre lo comercial y lo social es algo que persiste y ha hecho todavía que la Comunidad Andina siga vigente. Imagínate con todos los cambios que habido tener una Comunidad Andina, una Aladi y un Mercosur vigente, algo han hecho ellos, que los ha hecho subsistir y es básicamente su mecanismo institucional y desarrollo de normas.

En el Mercosur fue interesante porque el 2007 ya recibimos una invitación para ser parte. El 2012 se firma ya el primer protocolo de adhesión sin Paraguay. El 2013 se firma ya con Paraguay. Paraguay estaba suspendida el 2012 por aplicación de la cláusula democrática. Y empieza un nuevo estudio y un nuevo reto interesante en las Relaciones Económicas Comerciales que tiene Bolivia porque nos toca empezar a examinar otra vez esa realidad. Cuanto nos afecta el comercio con el bloque, qué es lo que podemos aprovechar de ventajas y empezamos a hacer un estudio, mucho más completo esta vez. Teníamos muchos más datos, sabíamos que comercialmente había una desgravación fuerte con el Mercosur. Mejor al no ser un país miembro teníamos muchas desventajas porque no estamos en las reuniones propias de discusiones como los



temas de lucha contra el contrabando, tráfico de personas, etcétera. Había mucha necesidad de estar más allá dentro escuchando, aceptamos la invitación. Se firmó un protocolo que dice que puedes ir participando en las reuniones internas e inclusive en sus negociaciones con terceros. Imagínate lo que conseguimos en ese protocolo, ni en el Mercosur se lo creen porque dejarte sentar sin ser miembro pleno y en esas mesas de negociación es complicado. Lo hicimos y de observadores un par de veces después ya por “fairplay” nos salimos porque para eso ya habíamos avanzado un criterio en que, si nos vamos a vincular con un tratado libre comercio con la Unión Europea, es mejor hacerlo bajo ámbito de la Comunidad Andina. Es un acuerdo mucho más nuevo, mucho más acotado y ahora con muchos más beneficios porque las concesiones que consiguió Colombia Perú y Ecuador nosotros las podemos agrandar en cierta forma por el trato especial y diferenciado. O por lo menos pedir lo que le dieron a Ecuador. Entonces se hacen los estudios con Mercosur, se evalúan muchas cosas, parece un descubrimiento y vas a ver en todos los discursos del presidente y los cancilleres: “72% de las fronteras son con Mercosur”. Nos habíamos dado cuenta recién que éramos más Merco surianos que Andinos y apenas teníamos, un 12% creo con Chile y el 17% con la Comunidad Andina, mira la distribución de fronteras. Pero lo repetían y lo repetían y se auto convencían que verdaderamente no estábamos tomando en cuenta un bloque que era sumamente importante cuyo acuerdo comercial ya era pequeño. Porque ya habíamos establecido la zona de libre comercio con el AC 36. Lo que necesitábamos era profundizar las relaciones políticas. Entonces en las relaciones políticas ya con el Mercosur se da una sincronía muy interesante: está el presidente Lula, está la presidenta Dilma, está Cristina Kirchner, está Chávez, ya Venezuela era parte y estaba Lugo, hasta cierto momento. Entonces el bloque era una consonancia total, parecían más unas reuniones partidarias cuando ibas a las cumbres. Esto va cambiando posteriormente, pero la actitud hacia Bolivia no ha cambiado y eso es muy importante. Lo que ha ganado Bolivia en el Mercosur ha sido un respeto único. Primero porque éramos un país ya muy serio, muy estable económicamente, envidiable. Pero además se había consolidado una parte técnica bastante fuerte porque el equipo tuvo que ir a negociar con los comerciales de los cuatro países. Sabemos el peso Argentina y Brasil tienen. Entonces se sentaron con ellos, establecimos mecanismos de trabajo, cronogramas de cumplimiento normativo. El protocolo te dice que después del último depósito de la ratificación tenemos 4 años para adaptar toda la normativa interna. Ahí toca ver varios aspectos no sólo comerciales, sino políticos, sociales y empezar a emparejar las obligaciones que tiene Bolivia con su nueva constitución y Bolivia con la Comunidad Andina. Entonces al principio los

foros académicos nos han dado palo increíble. Nos decían eso no se puede hacer, no puede ser parte de una Unión aduanera y una zona de libre comercio. Ahí tocaba salir al frente casi con pizarra explicar porque sí se podía. Y uno de los grandes problemas era la nomenclatura arancelaria porque en la Comunidad Andina se utiliza una de 10 dígitos que se llama Andina y el Mercosur tiene una propia de ocho dígitos, entonces la clasificación que existen entre los productos es distinta, no coincide. En uno te dice celular en el otro te va decir celular origen Estados Unidos. El otro te va a decir celular de 4 megas ¿y cómo haces para compaginar eso? Nos sentamos con la Aduana, con Política Tributaria y creamos un traductor o sea es decir un programa que te jala la partida, te da la equiparación, y te bota la otra partida. Ha sido un trabajo de relojero, pero muy aplaudido por el Mercosur porque ellos no se imaginaban que eso lo podíamos hacer. Logramos establecer este correlacionador, lo llamamos así y empezó a funcionar a los 8 meses del compromiso. Todo eso técnicamente estaba avanzado, los compromisos normativos estaban avanzados, ya nos habíamos vuelto competencia de Venezuela inclusive porque Venezuela era ya miembro pleno, pero tenía tareas pendientes de acoplamiento, de adhesión. Entonces nos ponían siempre de ejemplo frente a los venezolanos.

Se pudo demostrar que no existe un criterio técnico específico para no permitir convergencia entre bloques. Y ese es el discurso que empieza a crecer en Unasur, lo replicamos en la Comunidad Andina creo que ya teníamos secretario general boliviano ahí y lo empezamos a llevar al Mercosur también se hicieron reuniones entre bloques, se propiciaron algunas reuniones bastante interesantes sobre todo para evitar tener tareas comunes, o sea hacer lo mismo en cada bloque es gasto recursos, etcétera. Estaba muy avanzado y lamentablemente el cambio de los presidentes ha hecho que esa idea de convergencia se diluya se debilite casi hasta desaparecer Mercosur y empiecen alternativas como Prosur, la Alianza del Pacífico y otras tendencias también. Creo que el aporte Bolivia también ha sido muy importante si tú ves los documentos el País que más impulsó la convergencia hasta casi conseguirlo fue Bolivia. Entonces con el Mercosur se tiene un trabajo muy avanzado, muy reconocido por todo lo que se ha hecho durante estos años, al extremo que, si bien hubo cambio de gobierno, es en el gobierno de Macri donde terminan ratificando el acuerdo de adhesión de Bolivia o sea podían haberlo cortado si no funcionaba. En Brasil lamentablemente muy pesado el tema congresal, estaba ya congelado con el cambio de Dilma. Con Bolsonaro sabemos que, ha habido un par de avances, pero obviamente en su importancia de temas no debe ser el que está entre los primeros 100. Así que eso toma su tiempo.

En Paraguay impresionante el Mercosur nos ayuda a reconocer el aliado que teníamos al lado. Muy similar en todo, país de menor desarrollo relativo, compartimos todas las ventajas en la Aladi, país mediterráneo igual que nosotros, pero con ellos asumieron su identidad mediterránea y la pelearon desde el principio. Entonces si quieres ver a alguien que haya ganado más en el espacio de ser país mediterráneo en la región es Paraguay. Y Bolivia le empieza a seguir un poco esa raíz de los impulsos suyos que terminamos siendo socios nuevamente en la Convemar donde vamos a hablar de facilitación de comercio. Empiezan precisamente los problemas de Chile en el transporte.

Yo creo que Bolivia marca un rol fundamental en el tema de la convergencia, lo vuelve un discurso político fuerte. Contagia en los países de la región y se empiezan a implementar tareas en mandatos presidenciales que se sigan cumpliendo. La Comunidad Andina volvió a tomar el nuevo mandato de la convergencia para acercarse a la Alianza del Pacífico y Mercosur todos entienden que se está duplicando muchas tareas en el medio, que debería haber más facilitación en comercio inclusive.

Con el tema del Alba, Bolivia se suma recién el 2007, esta alternativa bolivariana para el pueblo de las Américas es un proceso de integración “sui generis” académicamente llama mucho la atención porque todos los procesos de integración empiezan con el aspecto económico, liberalización de comercio de lo más pequeño y van creciendo. En este caso empiezan con cartas de cooperación, no hay tratado constitutivo. Hicimos un tratado constitutivo, lo propusimos en la mesa de diálogo político, pero cómo es la ironía de la vida, por el 2012-2013 Cuba nos dice que no era el momento político adecuado. Pasó la oportunidad, nunca se hizo el tratado constitutivo del Alba, no había mejor momento de hacerlo. Hacer un tratado constitutivo general para la institucionalidad no fue posible. Entonces Bolivia se suma al Alba a través de un ofrecimiento de cooperación, porque eso es lo que era el Alba hasta el momento, un intercambio de cooperación. Nosotros diseñamos un modelo de acuerdo comercial porque sabíamos y teníamos la comprobación de que los acuerdos comerciales son los que van a sostener los bloques de integración. Impulsamos el Tratado de Comercio los Pueblos. Todo lo adverso al TLC sí, pero bajo reglas de OMC como mínimo. Había cambio de nombre no de ciencia. Al final la conclusión es que jugamos con las reglas del liberalismo, estamos metidos ahí. Y gracias a ello podemos tener ventajas en bloques. Eso se terminó de entender, pero recién en los últimos 3 o 4 años. En el alba proponemos el Tratado de Comercio los Pueblos, este tratado de comercio es discutido. Logramos inscribirlo en la Aladi como el AC 70 (acuerdo de complementación 70) dónde está Venezuela y Nicaragua. Como ya

teníamos uno con Cuba básicamente ya estaba adscrito al mismo. Entonces el aporte Bolivia en el Alba precisamente ha querido, ha intentado o ha pretendido hacer la institucionalidad, pero no nos han dejado avanzar más que en el acuerdo comercial y eso costó muchísimo, no querían tener ni eso. Decían que iba contra la esencia propia del Alba, es una alianza de cooperación, de respaldo, pero sin intencionalidad, sin institucionalidad. Debo tener en mis archivos todavía el tratado, hicimos el tratado lo discutimos, pero Cuba lo no lo quería discutir en su momento. Creo que el gran problema era hablar de cuotas de mantenimiento, pero no es algo que no los hayan dicho de frente, sólo dijeron que no era el momento y quedo el alba lastimosamente ahí.

En Unasur me toco participar como delegado de Bolivia político un par de reuniones. Luego Unasur se fue hacia el otro viceministerio. Si trabajamos muchísimo en lo que fue el tratado constitutivo con el respaldo técnico que se podía. Había un cuerpo asesor bastante fuerte en la cancillería esa época. Eso empezaba a darle mucha presencia a Bolivia en el foro. En Unasur cuando llegaba algún delegado de Bolivia todos se acercaban a darte la mano. Era impresionante nadie se lo podía creer. Increíble, con otro colega compartimos muchísimo en Mercosur viendo el tema de los mecanismos de controversias para inversiones. Lo que Mercosur tenía pendiente en toda su tarea, pero ya era una declaración política bastante fuerte bastante unísona, faltaba complementar la parte económica y comercial. Todos los bloques de integración sin este elemento lamentablemente han ido desapareciendo. No existía la intención pese a que inclusive en estos mecanismos de convergencia se había propuesto que se haga una reunión Unasur-Aladi. Cosa de que de cierta forma Unasur tome a Aladi como su brazo comercial. Eso hubiera sido sumamente importante porque ahora la Aladi registra 73 acuerdos de liberalización comercial de la región, los cruzados entre ellos. Entonces era el brazo comercial, lamentablemente no se tomó esa postura. Tuvieron mucho miedo en juntar institucionalidad y lo único que se avanzó comercialmente era este foro de solución de controversias en inversiones. Que por cierto era una pelea de todo, porque ahí está Chile, empieza la tendencia de que a ustedes no les gusta la inversión extranjera, ustedes les van a dar palos a los inversionistas, nosotros no queremos eso, queremos un foro más equitativo y se logró avanzar yo creo que en algún momento esos textos habría que refrescarlos y proponerlos como mecanismos alternativos de solución de controversias en materia de inversiones porque afecta mucho a toda la región, o sea, Chile, Perú, Argentina, Brasil, todos han sido demandados por estos acuerdos de inversión. Y los únicos foros que tienen para reclamar son los establecidos en Washington a través del Ciadi, la cámara de comercio de Nueva York, la cámara de comercio

de París, etcétera. Entonces ahí se avanzó mucho pero lamentablemente lo que faltó fue darle un interés del cual los países no se puedan alejar fácilmente. Eso es comercio, el único lugar de donde no te sales abruptamente es un lugar donde tienes compromisos de liberalización comercial. Ahí lamentablemente faltó eso en Unasur. Empiezan un poco ya las estructuraciones de Alianza del Pacífico. Nos invitaron a participar como observadores y estuvimos viendo cómo funciona. El requisito de ellos era, les dicen Tratados de Libre Comercio, pero es establecimiento de Zona de Libre Comercio. Si Bolivia quisiera ser parte, toda la pista digamos de relación comercial, la tiene abierta lo que habría que ver los otros compromisos que vienen a más. temas que no sólo son bienes no sino también es servicios, circulación de capitales, etcétera. Yo creo que ahí sí se puede avanzar muchísimo. Hasta ahí tengo para contarte sobre los procesos de integración y comercio que tenemos en la región. No sé si quieres que profundice alguno.

S - ¿Algún comentario sobre la CELAC?

ENDARA– Con la Celac no he tenido mucha interacción lamentablemente. Con el volumen de trabajo que se alcanzaron en la cancillería, se han hecho especializaciones por áreas. En CELAC hemos tenido algún acercamiento por el tema de trabajar agricultura familiar con la FAO. Pero lamentablemente no te puedo dar más información.

S – En el 2018 Bolivia tuvo la presidencia Pro tempore tanto de UNASUR como de CELAC y se creó una cierta expectativa con relación al trabajo. Podríamos hablar de un trabajo incluso conjunto entre ambos bloques. ¿Se llegó a avanzar algo en esa expectativa?

ENDARA- El problema es que nos toca la presidencia de UNASUR cuando ya está en terapia intensiva y nos dan a la CELAC ya con pena de muerte. Era muy complicado lo que se pretendía hacer, había que tener mucho tacto para convocar a una reunión y todo era bloqueado. Aparte, coincide mucho en la época de las audiencias con el tema de Chile, entonces cualquier cosa Chile la bloqueaba. O ellos directamente mandaban a Guatemala o mandaban algún otro país a que se postule a la presidencia o recorra una fecha. Fue tremendo, Chile ahí presionó de una forma increíble, lo que entiendo yo, es que deberíamos haber pasado a la presidencia lo más rápido posible

porque estábamos perjudicando y contribuyendo a algo que no queríamos que desaparezca. Ha sido bastante complicado eso te lo cuento como cultura general.

S – Una consulta en relación al periodo anterior al comienzo de las gestiones del MAS. ¿Cómo ve usted el panorama general de lo que fueron las Relaciones Internacionales de Bolivia durante la Democracia Pactada? Me refiero al periodo que comienza en el 82 y gana impulso en los años 90, con la adopción de la liberalización comercial, principalmente con la adherencia al Consenso de Washington.

ENDARA- Te voy a dar mi punto de vista muy particular al respecto. Cuando nosotros (digo nosotros siempre porque hemos hecho un muy buen grupo, interesante cuando ingresamos a la cancillería) entramos a reforzar precisamente el área económica comercial en la cancillería, que ya tenía la responsabilidad del comercio exterior dentro y se busca precisamente un refuerzo porque se notaba que ya estaba quedando rezagada con todos los procesos de negociación profundización y especialización que había en cada uno. No quiero ser duro con las personas que trabajaban en esa época, pero yo entiendo que sí tú lees la Constitución, las intervenciones de Bolivia eran un poco más de participar por hacer presencia que el marcar alguna diferencia o velar específicamente algún interés, o un mandato Estatal. Entonces tú ves a Bolivia, impulsando el ALCA como locos, pero no había ningún estudio que te diga que era bueno el ALCA. ¿Si había algún sector que podía ser afectado o que iba a pasar con ese sector? Te hablo de sectores delicados que siempre han tenido digamos un poder económico, el sector sojero, el sector azucarero. Ellos ya tenían mercado seguro, no les interesaba que seas parte del ALCA y obviamente todo el sector informal que son los manufactureros, etcétera; podían tener unas afectaciones. Sólo para que lo comparemos cuando retiro Estados Unidos el ATPDA todo un sector textil se vino abajo, desapareció. Básicamente se han convertido en grupos muy chiquitos que hacen algo de ropa, que no se puede ni exportar. Entonces eso por no tener aranceles específicos. ¿Y vamos a pelear un par de años antes para ser parte del Alca? ¿Por qué? Porque era la moda, porque era la exigencia, entendemos nosotros que los compromisos que iba asumiendo Bolivia tanto presupuestarios como de deuda pública, etcétera. Si, condicionaban un cambio específico en su política, mayor apertura, menos tamaño de Estado y era real. En los ministerios la capacidad que tenían de relacionamiento exterior era reducida, era lo necesario. Los objetivos estaban marcados a mejorar los acuerdos que teníamos con los vecinos,

pero no había una proyección como tal. No quiero ser injusto con la gente que trabajaba y lo atribuyo a que no había una dirección clara. Hay una cosa que te voy a invitar que lo veas: El Examen de Políticas Comerciales de la OMC. El último que dio Bolivia fue el 2005, antes de Evo Morales y luego hicimos el examen nosotros el 26 de septiembre de 2017. Te lo comento para que puedas ver que es básicamente una radiografía clarísima técnica y académica donde hay un informe de la OMC y el informe del país. El del país no te dejan que sea más de 20 páginas. El de la OMC son 160. Es una radiografía del enfoque político económico que tienes. Entonces tu comparas el del 2005 y comparas el del 2017 y parece que estuvieras hablando verdaderamente de un nuevo Estado. En el anterior es una copia un poco de las recomendaciones que te da el Banco Mundial. La apertura de mercados, que la exportación es la única forma en que un estado pueda multiplicar los ingresos y buscar el bienestar. O sea, por efectos rebalse. Primero hacen negocios los grandes y eso va haciendo crecer la economía. Y en el que se presente el 2017 desde la teoría ya cambia mucho. Somos un estado de desarrollo productivo que lo primero que va hacer es cuidar su consumo nacional y los excedentes se pueden exportar, pero sin embargo somos buenos alumnos de la OMC. Mira ese corte transversal. Te marca la tendencia, pero nunca hemos dejado de ser buenos aplicadores de normativa multilateral en comercio. Alguna vez nos hicieron una reclamación por una salvaguardia mal hecha pero después mucho elogio de la OMC. Montón de cartas que hicieron llegar esto nunca se pudo publicar, pero cuando damos el examen de políticas comerciales el 2017 se rompe un gran mito. Primero tuvimos que convencer a las autoridades a los ministros, canciller, que teníamos que hacer el examen porque era la forma de decir que Bolivia no era un oscurantismo de desarrollo, digamos con números positivos. Había cosas que se podía mostrar internamente, se da el examen, ahí lo tienes publicado. Se da un trabajo de varios ministerios, tuvimos que sentarnos hacer redacciones conjuntas para que todos estén contentos. Después de dar el examen llegan innumerables cartas de felicitación al modelo económico y comercial que tiene Bolivia. Porque para eso ya habíamos afilado tanto las pinzas que ya sabíamos qué tipo de acuerdo queríamos. En la última intervención del vicepresidente García Linera, en representación de Evo Morales, en la Cumbre de Mercosur, estoy hablando de mediados del 2018, creo que es el resumen un poco de lo que es la madurez en las relaciones económicas y comerciales. García Linera dice básicamente estamos felices por estar en el bloque, pero lo que necesitamos los países en desarrollo es empezar con la apertura de mercados sumamente inteligentes, ver donde necesitamos vender productos, tratar de que la reciprocidad no te afecte mucho y empezar a crecer

para tener un músculo necesario para que esas conquistas comerciales vayan creciendo. ¿Por qué yo lo tomo como un hito? Porque es la madurez que se consigue después de todo lo que hemos batallado en las relaciones económicas desde el 2006. Recién el 2018 hay una claridad total en la cúpula misma del Estado donde dicen: si hay que abrir, pero sólo esto. Y eso viene después de que ya habíamos logrado abrir en mercados como China para el tema de la carne, la soya, el café, la nuez, la quinua. Cualquiera te hubiera dicho bajo la misma receta, haz un tratado libre comercio con China y vas a tener un acceso bueno. Lo hicimos sin tratados de libre comercio, sabíamos qué tan comprensivos eran. Lo mismo se hace con Rusia, lo mismo se logra abrir mercados en Europa y en Estados Unidos. Claro muy quirúrgico, no hay compromiso recíproco, tienes que ir peleando partida por partida, apertura por apertura.

Un resumen del comportamiento económico comercial lo tienes ahí, ese discurso y como más o menos empezamos el 2006 a tratar de averiguar un poco como en las relaciones económicas y comerciales Bolivia pretendía asentar una nueva posición.

Vuelvo a tu pregunta, creo que este lineamiento no era preciso, en la época anterior. Creo que básicamente, y lo veras en el informe de la OMC las recomendaciones del Banco Mundial y del Fondo Monetario pesaban mucho más que una política propia del Estado. Te hablaban mucho de crecer en exportaciones, pero nunca encontramos una política clara de apoyo a las exportaciones, las incubadoras de empresas, promoción comercial o cosas así. Mejor se ha sido muy reacio en hacer y lamentablemente en la época del MAS también porque el enfoque es desarrollo productivo, la Constitución lo dice. Sigue siendo el desarrollo productivo. Hay núcleos muy importantes que se pueden crecer en comercio, que pudieran ir compensando, pero como tenemos gran ganancia con el gas y después vamos a tener gran ganancia con la electricidad y después con el litio, entonces es el sector más descuidado. Y es el sector que produce más mano de obra. Cada vez ganamos concursos en café, en cacao, en vino, pero no están creciendo como deberían. Entonces ahí hay que ser sincero, sí reconocer que en todos los años que estuvo el MAS tampoco supo reaccionar efectivamente para establecer polos de desarrollo productivo orientados a la exportación y hacer comercio exterior a través de él.



## **APÉNDICE D – Entrevista con Entrevistado 1**

S- Pensando en el proceso de cambio implementado por las gestiones del Movimiento al Socialismo ¿Podría realizar un balance acerca de la política exterior boliviana, apuntando a lo que usted consideraría los principios y las líneas directrices de esta?

ENTREVISTADO 1 - La primera que tú planteas dice pensando en el proceso de cambio implementado por las gestiones del movimiento al socialismo podrías realizar un balance acerca de la política boliviana apuntando usted lo que consideraría los principios y las líneas directrices de esta, ¿entendiendo que es sobre ese periodo verdad?

S- Exactamente 2006 a 2019.

ENTREVISTADO 1 - Correcto, el 2006 se produce en este cambio político trascendental en Bolivia y el Movimiento al Socialismo, a la cabeza el ex presidente Evo Morales y el vicepresidente Álvaro García Linera toman las riendas del Estado y se plantea un cambio radical respecto del pasado. Este cambio radical bajo la denominación de proceso de cambio se identifica con una línea de corte socialista y con una fuerte oposición al capitalismo en general y en particular a las relaciones con los Estados Unidos de América que representaba o representa a todo un bloque de países de corte Capitalista o de Libre Mercado.

¿Qué es lo que se plantea como primer objetivo en términos de la política exterior de ese proceso de cambio que se inicia el 22 de enero del 2006? Hay dos cuestiones que van en líneas muy paralelas. Una definición de objetivos estratégicos, diríamos así de la política exterior, basado en contenidos ideológicos, fundamentalmente ideológicos y en segundo lugar objetivos de contenido, práctico concretamente. Dentro de los primeros, o el fundamental de los objetivos que formuló la política exterior durante ese período fue el ya ahora muy escrito y leído: Fortalecimiento y el posicionamiento de lo que se conoce como el “paradigma del vivir bien y la diplomacia de los pueblos por la vida” este objetivo de política exterior, cómo se escucha, tiene un fuerte contenido ideológico. El concepto o lo que se concebía como paradigma “el vivir bien” es un concepto que se construye como una antinomia a la forma del desarrollo como en el pasado se venía implementando, es decir, una economía desarrollista, extraccionista, explotadora etcétera , etcétera Se plantea el vivir bien como una manera de que la humanidad en general y en Bolivia en particular se ingrese a un proceso de desarrollo que se entiende como un proceso de desarrollo armónico y

equilibrado con lo que es la naturaleza. Entre el hombre y la naturaleza. Y el vivir bien no quiere decir que vivir mejor, vivir mejor se entiende desde esta lectura que se buscaba la sobreexplotación, la maximización de los recursos, de la explotación, de la economía, de las relaciones sociales, de relaciones humanas, las relaciones culturales, etcétera. Y en cambio el vivir bien no, el vivir bien se entiende y en esto hay ya alguna bibliografía que se ha desarrollado, es básicamente la concepción como lo decía Choquehuanca: la concepción indígena, que por muchos años, muchos siglos ha podido sobrevivir bajo el principio de armonía con la naturaleza. Este concepto, paradigma del vivir bien se lleva a la política exterior para traducirla en lo que fundamentalmente son los acuerdos comerciales y las relaciones económicas internacionales. No queremos un desarrollo explotador, sobre-explotador, un desarrollo que incremente los impactos negativos en el medio ambiente, distorsiones en el cambio, un aceleramiento en el cambio climático etcétera, sino algo que sea más pausado y que sea más sustentable y sostenible. Pero para llevar adelante este paradigma y que este paradigma además de vivir bien sea aceptado por los otros países por lo menos en la región sino en el mundo, había que introducir otro elemento que era fundamental y ese otro elemento dentro del objetivo, diríamos de corte más principista ideológico, fue el denominado “Diplomacia de los Pueblos” se la denominó, así como diplomacia de los pueblos por la vida. ¿Qué significa esto? Significa: que las relaciones diplomáticas ya no debían estar bajo los cánones de la diplomacia que se decía tradicional o de antaño, es decir una diplomacia muy formal una diplomacia cargada de muchos protocolos, pero fundamentalmente una diplomacia en la que el pueblo entre comillas, el pueblo no era co-actor, no participaba de las negociaciones ni las decisiones en el ámbito político diplomático. En cambio, está diplomacia de los pueblos incorpora a los movimientos sociales como se dijo en su momento, a los individuos que tienen intereses particulares en términos de su relacionamiento con otros pueblos, etcétera. Y lo que correspondía entonces era incorporar a la diplomacia formal, la participación de los representantes o lo que se decía de los pueblos indígena originarios en las conversaciones, negociaciones y acuerdos entre otros países. Este primer objetivo estratégico que planteó la política exterior en el 2006 contiene dos pilares fundamentales: el paradigma del vivir bien y la diplomacia de los pueblos por la vida. Ahí se contiene toda una concepción ideológica, como decía Choquehuanca: “su cosmovisión” distinta a la que años anteriores se tenía en términos de la formulación y la ejecución de la política exterior boliviana. Y eso significa claramente una ruptura de concepto y de práctica de la política exterior boliviana. Ahora parece muy grande y elocuente parece algo realmente

sorprendente, pero desde mi punto de vista esto es un poco introducir la antropología en la política exterior y segundo no hacer una política de primer nivel como se dice, sino de tercer nivel. ¿Qué es esto? En el marco de la teoría de la diplomacia hay tres niveles. Nivel 1, 2 y 3 de comunicación diplomática. El tercer nivel se llama diplomacia pública, qué es en realidad como los Estados y, por ejemplo, esto no es tan nuevo, porque los Estados Unidos ya alrededor de la década de los sesenta, introduce en esta práctica de la diplomacia pública, incorporando actores sociales en los temas de diplomacia. Un mecanismo interesante, por ejemplo, que los Estados Unidos implementó durante esa década, fue: “la voz de América”, un medio de comunicación que pretendía llegar a la población cubana para que cambiará de opinión respecto de la revolución cubana. Ese era un mecanismo del que conocemos y sabemos que se denomina diplomacia de tercera vía que es diplomacia pública hay distintos estilos diplomáticos. Debes saber tú, Diplomacia presidencial, parlamentaria diplomacia directa, diplomacia indirecta o la diplomacia Pública que es en realidad lo que nosotros, yo entiendo que fue la diplomacia de los pueblos. Entonces para mí lo que se llevó durante todo ese período 2006- 2019 fue básicamente una diplomacia pública porqué se incorporó precisamente este tipo de actores y se trató de abrir el espectro de actores co-actores en la ejecución de la política exterior. Decía al principio que además de estos objetivos estratégicos de contenido ideológico y principista se formularon objetivos ya mucho más concretos, más prácticos y en esto por ejemplo durante el 2006 ya se formularon objetivos que refieren, por ejemplo, a la promoción y la ampliación de las relaciones bilaterales con todos los países del mundo. Se hablaba con países de América, Europa, Asia, África y Oceanía, pero todos ellos bajo el enfoque de la diplomacia de los pueblos por la vida, es decir, en la práctica de la diplomacia como objetivo estratégico era parte indisoluble llevar el mensaje de la diplomacia de los pueblos por la vida en relaciones bilaterales, en la conversación entre Estados y lo propio en el ámbito multilateral. Tres temas que fueron vernaculares en la formulación de estos objetivos concretos de la política exterior que se plantearon en ese período tenían que ver con los siguientes temas:

Primero el tema de la hoja de Coca, la reivindicación por el tema de la hoja de coca. El tema de la reivindicación marítima boliviana. El tema del respeto de los derechos de los pueblos indígenas originarios. Estos tres temas fueron el contenido de muchas de las actuaciones, discursos, en acuerdos y negociaciones de la política exterior. En pocos casos estos temas no estaban presentes por ejemplo, cuando se hablaba de formular el objetivo o quitar el objetivo de participación activa en procesos de integración regional que se orientaban a la consolidación de los mismos procesos

que se estaban generando como ALBA, TCP, UNASUR, etcétera, se decía por ejemplo que debería promoverse los principios de una integración basada en la complementariedad y en la solidaridad sin perder de vista el tema del adecuado tratamiento de las asimetrías que existe entre todos los Estados. Estos temas han sido los que han permanecido durante 14 años como contenido y propósito de la política exterior boliviana. La defensa de los derechos de los pueblos indígenas, la reivindicación marítima que tiene una lectura amplia y particular pero que fue esencial en toda la participación de tanto del presidente Morales, como del canciller Choquehuanca, de los siguientes cancilleres o excancilleres como Fernando Huanacuni, Diego Pari el tema fue permanente. Y la defensa de la hoja de coca y su reivindicación no sólo obviamente a nivel nacional, tampoco regional sino mundial y particularmente en los foros multilaterales. Estas en líneas generales fueron las directrices que se habían formulado ya a partir del 2006, permanecieron por lo menos sin gran modificación hasta el 2019. El Ministerio Relaciones Exteriores internamente tenía definidos así los objetivos y como tal pues las autoridades debían cumplir con aquello. En un primer momento también se desarrollaron un conjunto de principios, que derivaron de manera más concreta, por ejemplo, cuando tenemos la nueva constitución el 2009, se afianzan con mayor claridad estos principios estratégicos que estaban planteados el 2006, pero para el 2009 se incorporan algunos principios que los voy a tratar de recordar, que no son muchos. Como línea general o como directriz general, la Cancillería propugno la promoción de acciones conducentes a la construcción de un orden internacional distinto al que se había establecido a nivel mundial de manera general. Y que este orden debería estar basado en la estabilidad y la búsqueda de la paz entre los pueblos. Ese es el discurso, el mensaje y el objetivo desde ese primer momento. Una oposición a toda forma de establecer unipolarismo que haya sido o pretenda ser promovido por los Estados Unidos de América y obviamente la imposición de un orden lineal, unidireccional y se hablaba de un orden imperial, o neocolonizador. Esta lectura del orden internacional se basaba en los siguientes principios, muy fuertes algunos y otros aceptables hasta cierto punto. Uno de los fundamentales: Acabar con el capitalismo; Era uno de los principios fundamentales del Estado Plurinacional de Bolivia que ya se afianzó el 2009 con la constitución. La renuncia a toda forma de agresión, particularmente, la renuncia da guerra, es decir Bolivia se declaró intrínsecamente pacifista. El otro principio era el rechazo a un mundo constituido por un imperialismo o con procesos colonizadores o neocolonizadores. Y luego hay otros dos principios fundamentales que responden a la visión de ese vivir bien, que es la propugnación o la búsqueda de energías limpias y amigables con la

naturaleza y el respeto a la naturaleza. Lo que se tradujo en un gran concepto que ingreso en el en el léxico de Naciones Unidas inclusive, el “Respeto a la Madre Tierra. Estos han sido los principios muy acentuados en la ejecución de la política exterior durante ese largo periodo. Todo esto bajo el paraguas, obviamente bajo el paraguas del socialismo del siglo XX. Muy principistas, muy abocados a la defensa de los pueblos. desde punto de vista del socialismo comunitario en la defensa de los derechos humanos de los pueblos más empobrecidos, etcétera. Y todo esto debía ser parte sustancial tanto de la formulación de la política exterior como de su ejecución. Eso es en cuanto a los principios y en cuanto podríamos referirnos al primero, es decir, a lo que definiríamos a los principios y las directrices. Ahora en términos de balances, mucho más se puede decir, ha sido una política exterior claramente alineada con este socialismo del siglo XX. Muy, muy próxima a Venezuela, muy próxima a Cuba, muy próxima a los países que han estado siempre en afrenta a los Estados Unidos. ¿Qué ha ganado y que de innovadora ha tenido la política exterior boliviana desde el punto de vista del balance y bajo estos principios? En mi opinión pues, ha sido si, un cambio ideológico, pero en términos de un punto de vista de la política exterior y desde un enfoque del realismo de la política exterior, yo pienso que los intereses de Bolivia no han sido adecuadamente promovidos, es decir, han estado subsumidos al parecer y la coincidencia ideológica más que al interés nacional propiamente dicho, porque Bolivia en su conjunto no es sólo la concepción indígena campesina cómo se ha planteado político ideológicamente. Bolivia en su conjunto, no todos están adscritos a un pensamiento socialista. Bolivia es mucho más que eso y los intereses de Bolivia, más allá de la intereses de corte ideológico son intereses concretos, por ejemplo, inserción económica internacional, apertura de mercados, desarrollo económico, Industrial, transferencia de tecnología, mejora sustantiva en el tema de la generación de empleos y mayor interconectividad, tantos temas que escapan a una visión esencialmente ideologizada Por lo tanto, en términos del balance acerca de las políticas exterior boliviana y qué es lo que esto habría significado, creo que durante los 14 años ha sido mucho más discurso mucho más ideología que la concreción de los intereses nacionales propiamente dichos. Se ha creado, se ha construido una arquitectura de organismos de integración subregional y regional que no se han traducido en un beneficio económico y en una mejora estructural de la economía ni de la situación económica y social de bolivianos como tal. Entonces creo que toda esa pretensión o ese esfuerzo por promover principios, visiones ideológicas, tan distintas a las que se propugnaba desde el punto de vista liberal-capitalista, han quedado muy cortos. Ese es un primer balance que yo podría hacer de la

política exterior y te digo concretamente por ejemplo en temas muy puntuales. También se ideologizado mucho con uno de los temas centrales de la política exterior que es el tema de la reivindicación marítima. Se ha judicializado un tema, por ejemplo, y ahí hay opiniones, algunos dicen que iniciar un juicio a Chile por la demanda marítima sido una cuestión de uso de política interna para, bueno, garantizar la permanencia en el poder, si es que se ganaba ese juicio y demás... Se ha judicializado un tema que en realidad su naturaleza es político diplomático y el resultado fue claro hace pocos años atrás, con el fallo de la corte. Entonces si hablamos propiamente de qué ha logrado la política exterior boliviana en términos de mejorar o alcanzar el interés nacional de Bolivia como tal y en particular, por ejemplo, el tema marítimo u otros temas con los países vecinos no se ha logrado por decirlo así casi nada. Y quedo muy corta, muy grande y elocuente pero muy muy poco de cuestiones concretas, estructurales y sostenibles en el tiempo que beneficien al interés nacional. Eso en líneas generales respecto de la primera.

S- Desde su punto de vista, ¿cuáles podrían ser considerados los principios y las líneas fundamentales de la política exterior boliviana el período anterior a la gestión del MAS en el poder? ¿Se puede afirmar que hubo grandes cambios respecto de las líneas seguidas por la gestión de Evo Morales? y de ser así, ¿podría mencionar los que a su entender fueron los principales cambios?

ENTREVISTADO 1 - Lo decía en principio al comentarte sobre los objetivos la política exterior y las directrices con las que el gobierno del MAS, Evo Morales inicia en el 2006. Es una ruptura, claramente ha habido una ruptura. La política exterior antes al periodo del MAS era obviamente de corte liberal, era en términos de la integración, por ejemplo, se hablaba del regionalismo abierto, de la integración, de los acuerdos comerciales de Libre Mercado, los acuerdos de complementación económica, etcétera, Obviamente era un período de corte liberal, de corte capitalista y liberal. No tan liberal en algunos casos, pero en fin de cuentas de espíritu capitalista. Y lo que cambia, es obviamente, esa visión. Se cambia a una visión socialista, a una visión también antropológica muy fuerte con la reivindicación de los pueblos indígenas originarios y campesinos. Y eso es lo que distingue un periodo de otro. Los principales cambios han sido tanto conceptuales como prácticos, aunque en el periodo del ex presidente Morales como lo decía en la anterior pregunta, desde mi punto de vista no concretaron muchas cosas que pudieron haberse logrado respecto de los intereses nacionales. Fueron 14 años que para mí pudieron haberse logrado muchas cosas y una de ellas por ejemplo, si es que no se hubiese llegado al extremo de politizar el tema de

la demanda marítima boliviana pienso que hubiésemos alcanzado algunas soluciones mucho más satisfactorias para el interés nacional boliviano, pero la política pudo más y desvió ese objetivo nacional y lo llevó a una judicialización que en líneas generales nos ha puesto en un retroceso, por no decir, en un punto cero para recomenzar de hoy en adelante en un proceso de diálogo político diplomático, donde realmente corresponde trabajar ese tema, que es un tema fundamental para todos los bolivianos, la reivindicación marítima cómo tal. Esos fueron los cambios radicales que se dieron desde un período anterior a la gestión del MAS y el período durante la gestión del ex presidente Evo Morales. Un cambio ideológico de principios también y de pragmatismo en ciertas cuestiones. Alineamiento con países que han sido, casi históricamente, contrarios a la visión de los Estados Unidos y de los países aliados a los Estados Unidos. Para un epistemólogo dirían que eso ha sido una ruptura epistemológica. Pero si hubo un gran cambio de visión de política exterior. Sobre los resultados mucho que discutir, mucho que evaluar, mucho que decir, si se logró o no se logró una u otra cosa

S- ¿Cómo considera usted qué Bolivia gestionó las relaciones bilaterales con los países de América del Sur? ¿Hubo acercamientos, distanciamientos o se mantuvo la misma línea en relación a periodos anteriores?

ENTREVISTADO 1 - Claramente hubo un cambio de líneas generales de política exterior en lineamientos estratégicos, respecto de anteriores periodos. Pero, ¿cómo se gestionó la relación bilateral con países, por ejemplo, de América del Sur? Bajo el espíritu, la consigna y la orientación ideológica. La coincidencia ideológica fue la brújula en la conducción de la política bilateral, en la política exterior bilateral y los acercamientos estuvieron en el marco de esa concepción. Con aquellos países que se atribuían dentro del corte de socialismo en el siglo XX eran relaciones más fluidas, eran relaciones bilaterales que en general producían más acuerdos que disensos, mientras que aquellos países que no formaban parte de esta alianza del socialismo del Siglo XXI pues trajeron disensos muchos problemas y muchos impases diplomáticos. Un claro ejemplo para responder esto de las relaciones entre Bolivia y Chile, ha sido lo más ejemplificador de como la relación bilateral con Chile ha sido tan disímil, tan distinta a las relaciones entre Bolivia y Argentina o Bolivia y el Brasil durante el gobierno de Lula, ni qué decir en los gobiernos de Hugo Chávez ni las relaciones con Cuba, Nicaragua, etcétera. Entonces las relaciones bilaterales también con los países de América del Sur estuvieron bajo el espíritu, la conducción, la orientación ideológica más

que, diríamos así, de un juego estratégico y diplomático en sí y esto refuerza un poco lo que comentaba anteriormente en términos de qué, a nombre de ideología y de coincidencias político partidistas, Bolivia ha perdido tiempo y oportunidades para promover sus verdaderos intereses nacionales. Este balance sobre relaciones bilaterales deja mucho que analizar sobre sus resultados, o lo benéfico que pudo haber resultado digamos, la relación, el acercamiento ideológico versus el relacionamiento antagónico cómo ha sido el caso entre Bolivia y Chile.

S- Mirando hacia los organismos regionales de América del Sur, ¿Cuál juzga que fue el papel jugado por Bolivia en instituciones como ALADI, CAN, MERCOSUR, UNASUR e incluso la propia CELAC? ¿Fue el gobierno de Morales capaz de consolidar la participación del país en estos organismos o se ejerció un papel más de acompañamiento según las circunstancias?

ENTREVISTADO 1 - Aquí un matiz, en algunos casos Bolivia cómo fue por ejemplo ALBA-TCP, UNASUR, CELAC estuvo en primera línea. Estuvo en el proceso fundacional, estuvo en el momento de entierro de la misma concepción, de su surgimiento y de su desarrollo. Pero en otros esquemas pues estuvo siguiendo mucho y eso no es algo que responda sólo a una interpretación político-ideológica. Bolivia estuvo siguiendo el lineamiento que Venezuela le daba particularmente a cada uno de estos espacios de integración. Entonces Bolivia tuvo un papel de seguimiento, de acompañamiento de ser en ciertos momentos, como se dice, de “cajita de resonancia” respecto de lo que Venezuela y el régimen venezolano entendía de cada uno de estos organismos como ALBA-TCP, UNASUR O CELAC y seguía la línea que se dictaba desde Venezuela. Protagonismo como tal, a nivel del discurso. A nivel del protagonismo mediático que fue muy característico del gobierno del expresidente Morales. Pero si uno hace una evaluación respecto de los beneficios por ejemplo del ALBA-TCP de manera concreta, o de UNASUR yo creo que hay muy poco que realmente pueda rescatarse como producto de la participación de primer orden de Bolivia como tal. Para mí en general estos espacios han sido foros políticos, espacios de antinomia a esquemas de integración que venían ya durante el esquema capitalista y liberal que pretendían simple y llanamente ponerse al frente de esos procesos bajo una visión política, ideológica y económica distinta. Pero cómo productos concretos para el beneficio de los intereses nacionales de Bolivia creo que muy poco. No puedo decir en general que Bolivia jugo un papel de acompañamiento porque sería exagerar. Si tuvo protagonismo en unos momentos más que en otros, pero esa participación no trajo consigo beneficios muy concretos, muy reales para el interés de



Bolivia. Entonces aquí hay que ser muy objetivo en términos de cuál fue la real participación y el real beneficio de Bolivia respecto de los procesos de integración como ALADI, ALBA-TCP, MERCOSUR, UNASUR, y la propia CELAC. Ese es mi parecer de manera general.

S- ¿Cree que la postura del ex presidente Evo Morales en la Cumbre de jefes de Estado y en las reuniones de organismos internacionales, se dio conforme a los principios que guiaban el servicio exterior boliviano?

ENTREVISTADO 1 - Aquí hay que distinguir dos cosas: primero siendo capitán general de las fuerzas armadas es también el jefe de la diplomacia cuando el presidente Morales ejercía el gobierno. Es decir, Evo Morales de no necesariamente cumplía con algunos de los principios o los objetivos que se formularon institucionalmente en la cancillería. Evo Morales llevaba su mensaje, su tónica, su estilo a las reuniones en organismos internacionales. No siempre estuvieron a tono, ni siempre estuvieron conforme los principios o los objetivos estratégicos institucionales que se habían definido internamente en la Cancillería. Para contrastar esto es necesario que se cuente con la información institución oficial para darse cuenta de que de lo que estoy diciendo. Es decir que Evo Morales no se regía, muy pocas veces se regía sobre alguno de los objetivos, que no son del servicio exterior propiamente, sino del Ministerio de Relaciones Exteriores como tal, es decir como objetivos institucionales. y en otros casos o viéndolo desde otro punto de vista los objetivos y los principios que guiaban la política exterior y el servicio exterior boliviano, es decir si hablamos de nuestras embajadas, de nuestras representaciones diplomáticas éstas se constituyen en un segundo nivel, en un segundo papel, un segundo rol respecto de la actuación de Evo Morales en las cumbres de Jefes de Estado. Si tú comparas, por ejemplo, los mensajes, el comportamiento, el discurso de Evo Morales en las reuniones de organismos internacionales versus la participación de Jefes de Misión, ya sea el embajador ante Naciones Unidas o el embajador ante los Estados Americanos o ante otros foros, han sido representaciones de muy segundo plano. Es más, estas representaciones llevaban el mensaje y la línea que Evo Morales daba en estas reuniones o en los foros internacionales. En algún momento el propio canciller nada más era una reiteración de lo que Evo Morales decía en algún discurso o en alguna cumbre de jefes de estado. El canciller en pocas ocasiones podía dar alguna línea, algún mensaje propio respecto de lo que el presidente ex presidente Morales decía o propugnaba en el ámbito desde organismos internacionales. El protagonista de esa actuación en las cumbres de Jefes de Estado, de reuniones de organismos

indudablemente fue Evo Morales más allá de los principios que se podían haber estructurado en el servicio exterior o en la propia cancillería como tal.

S- ¿Consideraría que ocurrieron cambios sustantivos dentro del ministerio relaciones exteriores sobre todo en lo que respecta a la incorporación, retiro y nominaciones de funcionarios? O bien como a cambios institucionales y de estructura interna si así lo considera: ¿podría mencionar las principales?

ENTREVISTADO 1 - Hasta llegado el gobierno de Evo Morales y con el Canciller David Choquehuanca, el Ministerio de Relaciones Exteriores estaba regido bajo la ley del servicio de Relaciones Exteriores 1444. Esta ley estableció un Escalafón Diplomático y la Carrera Diplomática como tal. Por lo tanto, los funcionarios del Ministerio de Relaciones Exteriores se constituyeron en personal estable, en personal calificado de la carrera diplomática. En un principio hasta el 2010 el Ministerio de Relaciones Exteriores hizo leves cambios y hubo una reestructuración orgánica del Ministerio, pero en alguna manera o en gran manera se respetó al personal diplomático de carrera. Se incorporaron funcionarios, personas que no eran de carrera, pero eran de confianza política del Canciller o afines al gobierno. Se mantuvo en gran número a funcionarios diplomáticos de carrera. Este proceso de cambio también mereció que la ley 1444 sea modificada. Y es en el 2010 si no me equivocó que emerge una nueva Ley del Servicio de Relaciones Exteriores qué es la 465, actualmente vigente. Con esta nueva Ley del Servicio de Relaciones Exteriores se refuerza y refrenda la Carrera Diplomática y el escalafón diplomático como tal, pero a pesar de ello se cometen ceses injustificados de personal de carrera o no se reincorporan al personal que había cumplido misión en el exterior, que correspondía su incorporación al servicio central. Hubo ciertos casos que vulneraron el cumplimiento de la nueva ley del Servicio de Relaciones Exteriores 465, como lo que ha ocurrido últimamente cuando se cesa en noviembre pasado del 2020, se cesa a casi todos o absolutamente todos los funcionarios diplomáticos de carrera en una clara vulneración a la ley 465 y al escalafón diplomático establecidos ya en el año 2004-2005 refrendados posteriormente el 2019-2020. Lamentablemente en esto lo que hay que decir es que la Cancillería o el Ministerio de Relaciones Exteriores no logró su institucionalización plena a pesar de haber tenido dos leyes, de haber tenido procesos de calificación, de evaluación del personal diplomático de carrera, no se ha garantizado la institucionalidad, la permanencia y el desarrollo del personal diplomático de carrera. Esto es claramente una vulneración a las leyes y a la misma Constitución. Cómo línea

general o conclusión de esta consulta es que a pesar de haber pasado 14 años bajo un mismo régimen, el Ministerio de Relaciones Exteriores no ha sido institucionalizado. En el Ministerio de Relaciones Exteriores se invita a trabajar a personal no calificado, sin experiencia, sin conocimiento lo cual va en total detrimento, no de un gremio como tal como es la carrera diplomática, es peor que esto, es decir va en detrimento de la política exterior y de la promoción de los intereses del Estado y peor aún en detrimento de la imagen internacional de Bolivia. Hay que tomar en cuenta que muchos de los países, para no ir muy lejos, por ejemplo, Chile, Argentina, Brasil, Perú entre otros, tienen Cancillerías Institucionalizadas. Y cuando estos países y estos diplomáticos de carrera institucionalizados, observan a Bolivia pues lo único que queda en esto es una lectura que dice simple y llanamente que Bolivia no tiene Carrera Diplomática, no tiene institucionalidad. Por lo tanto, no es un interlocutor válido para la conversación, el diálogo, el acuerdo, o la negociación diplomática como tal. Eso es lo que las autoridades no toman muy en cuenta. Y lo lamentable de no tener un ministerio institucionalizado es que Bolivia siempre va a estar rezagada en términos de su imagen de su profesionalismo de su institucionalidad diplomática. Ahora mismo creo que la cancillería está haciendo algunos ajustes, reajustes y ahora está con básicamente cero personales diplomáticos. Seguro que otras cancillerías nos están viendo como algo realmente lamentable. Lo peor que ha podido ocurrir durante estos últimos 14 años es en conclusión es que el Ministerio de Relaciones Exteriores y su carrera diplomática como tal no haya sido respetada y no haya sido institucionalizada cómo tal. Hasta ahí mis comentarios sobre estas seis consultas.

**APÊNDICE E – Entrevista com José Luis Exeni Rodriguez (Coordinador de Projectos da Fundação Friedrich Ebert Stiftung na Bolívia)**

EXENI - Mi nombre es José Luis Exeni Rodríguez, actualmente Coordinador de Proyectos de la Fundación Friedrich Ebert Stiftung, FES en Bolivia. Tengo formación en Comunicación y en Ciencia Política, con una maestría y doctorado en la FLACSO y un posdoctorado en la Universidad de Coímbra sobre temas de constitucionalismo y democracia. Coordino proyectos de investigación, tengo algunas publicaciones y mis temas de trabajo son temas de democracia intercultural de autonomías indígenas y de constitucionalismo. Pero también he estado en el Órgano Electoral.

S- Siendo la primera pregunta: ¿Usted cómo entiende o de dónde viene la idea de refundar el Estado? ¿Cómo se concibe o de dónde sale esa idea de salir de la República a una entidad plurinacional? Añadiéndole dos preguntas más: ¿Usted considera que esa idea de Estado Plurinacional se mantiene tal como fue plasmada en la Constitución a lo largo de todo el periodo de 2009 a 2019? ¿Cree que lo que se plasmó en la Asamblea Constituyente fue recogido integralmente en el texto constitucional o sufrió cambios que acabaron alterando el sentido?

EXENI - Yo, respecto al carácter refundacional del Estado, seguiría como tres momentos:

Primero hay unas tensiones irresueltas de la historia larga, que se remontan hasta el colonialismo y al proceso de construcción de la República. Que básicamente es una tensión étnico-cultural la primera que no resuelve el tema de la inclusión ni el reconocimiento y menos la inclusión del sujeto indígena en Bolivia que es mayoritario, además. Y la otra tensión irresuelta es la tensión territorial autónoma que tiene que ver más con la interpelación a un Estado Centralista.

Esta primera tensión irresuelta interpela a un Estado que solo piensa en relación a un modelo de nación y no reconoce la diversidad de naciones en el país. Entonces es parte de estas tensiones irresueltas que se mantienen en el presente. Es una primera temporalidad larga.

La segunda el rigor creo que la propuesta de pensar, no en esos términos, pero de pensar en nuevo horizonte para Bolivia en el marco de un proceso Constituyente surge en 1990 con la marcha por la dignidad y el territorio de los pueblos indígenas de tierras bajas, creo que ese es un Hito porque ahí se plantea una interpelación de fondo al Estado Republicano en términos de reconocimiento del sujeto indígena de inclusión y reconocimiento de derechos y se plantea por

primera vez la bandera, la exigencia de una Asamblea Constituyente que en ese momento por supuesto se la descarga se la ve muy lejana. Pero que después se va reconstruyendo y se va construyendo diferentes momentos hasta lograr llegar al proceso Constituyente.

Y el tercer momento es el Proceso Constituyente mismo, todo lo que implica lograr que se incluya primero la figura de la Asamblea Constituyente, la reforma constituyente. La convocatoria a una asamblea Constituyente, la elección de asambleístas constituyentes que configuraron Asamblea Constituyente y la elaboración misma de un nuevo texto constitucional que tuvo muchas dificultades, un proceso muy complejo, con muchas trabas. Una minoría empeñada en hacer abortar el proceso donde ya en rigor en la comisión de visión de país y de estado ya se plantea el carácter reformacional del estado y ésta idea de un modelo de Estado que es relacional, es comunitario, intercultural, es autonómico.

De manera muy general mantendría esos como los orígenes, desde la aprobación de la Constitución que fue el año 2009, y por supuesto que la nueva constitución marca realmente un hito y se abre el escenario del proceso post Constituyente. Ha habido diferentes momentos y ha habido como dos lógicas no es una sola lógica. Una la que debemos por supuesto celebrar y saludar es que ha habido procesos de implementación de la Constitución a través de desarrollo legislativo y de algunas acciones en términos de reconocimiento y de aplicación de la Constitución. Por ejemplo, yo mencionó que si en la Constitución se reconocen tres formas de democracia: la representativa, la participativa y la comunitaria, la legislación, en la ley del régimen electoral del 2010 ya se habla de democracia intercultural por ejemplo el ejercicio complementario de sus Tres formas de democracia, esto es un avance del proceso Constituyente. La otra lógica, que nosotros denominamos es una lógica de desconstitucionalización, es decir acciones que van en contra de la constitución en algunos casos y en otros casos dejan en suspenso aspectos de la Constitución. y los ejemplos que ponemos son muy claros. Ya tenemos 12 años, hace poco se acaba de cumplir, de vigencia la Constitución y no tenemos una Ley de la Consulta Previa y todos los proyectos y los intentos que se han dado por aprobarla quedaron engabetados en la asamblea porque no hubo la voluntad política ni la motivación en este caso del gobierno de Evo Morales para aprobar esa ley que viabilice procesos de consulta previa con los requisitos que implica la consulta de Fe, formada de buena fe, participativa. Se aprobó una Ley de Deslinde Jurisdiccional el año 2010 y procesos respecto al pluralismo jurídico reconocido en la constitución. Eso digo sólo para mencionar que hay esas dos lógicas. En algunos casos se retrocede y no hay una respuesta única respecto a si se

mantuvo el proceso refundacional o de carácter refundacional del Estado Plurinacional durante el gobierno de Evo Morales.

Respecto a las deliberaciones en la asamblea Constituyente si se reconoce, aunque había muchas discusiones como núcleo de la nueva constitución el carácter plurinacional. Qué básicamente significa un salto cualitativo muy importante y es asumir posibilidad de que en un Estado convivan varias naciones, segundo que se reconoce la nación cívica boliviana no se la desconoce. Se reconoce, pero asumiendo que puede haber muchas naciones culturales y que pueden convivir dentro de un mismo territorio dentro de un mismo estado, Y además asumiendo la centralidad del sujeto indígena originario campesino que la fórmula que se ha encontrado para asociar estas tres miradas de lo indígena en tierras bajas, el sujeto campesino de los valles sobre todo y lo originario de tierras altas como una sola fórmula.

Para sintetizar creo que el proceso Constituyente es como punto de llegada de un proceso muy largo que viene de antes y de tensiones irresueltas, que se da, un avance cualitativo magnífico en términos de reconocimiento de derechos. El proceso Constituyente es siempre más complejo más lento hay muchas contradicciones hay avances y retrocesos. Esa es la valuación que tenemos que hacer a 12 años de vigencia de la constitución.

S- Cómo segunda pregunta: ¿Cuáles podrían ser considerados algunos de los principales cambios constitucionales que el aparato Estatal boliviano atravesó, a partir de la promulgación de la constitución? ¿Usted considera que la burocracia boliviana fue transformada de forma sustantiva o fue al fin y al cabo el Estado Plurinacional o esa concepción de Estado Plurinacional la que acabó siendo absorbida por la burocracia estatal?

EXENI - En términos de implementación o de cambios yo creo que el principal cambio, el más visible es un cambio en términos de inclusión. Hay algunos estudios que muestran como resultado del proceso constituyente, la nueva constitución, del proceso de transformación que se impulsó en los últimos años, el Estado asume la inclusión de Sujetos Indígena Originario Campesinos, de mujeres, y jóvenes básicamente, es decir en términos de lo plurinacional se ve más en el estado, bastaba ir a oficinas para ver qué había presencia de otros sujetos indígenas que antes no eran parte del Estado. Eso es importante. En términos de cambios institucionales se incorporan los que ya estaban previstos en la propia Constitución que básicamente son reconstruir algunas

instituciones más allá de su denominación. El ejemplo más claro: deja de haber una corte nacional electoral que organiza elecciones y pasa a haber un Órgano Electoral Plurinacional. Eso implica dos cosas, primero el cambio de nombre del componente simbólico que siempre es importante y segundo implica un cambio a la propia composición del órgano electoral porque por ley, al menos dos de los siete magistrados del tribunal deben ser de origen indígena. Hay una inclusión directa de autoridades indígenas. Y tres ya no es sólo un organismo que hace elecciones sino un Organismo que impulsa la democracia intercultural y representativa pero también la participativa, la comunitaria en procesos de consulta previa, deliberación de autogobierno indígena. Ahí se ve el cambio Institucional. Ahora, no sé cuánto se ha avanzado en eso, es un tema que habrá que evaluar y discutirlo. La base yo creo que siempre es insuficiente pero no deja de ser importante. Si la burocracia fue transformada por el nuevo modelo de estado o el nuevo modelo de estado fue subsumido por la burocracia realmente existente; en algunos casos se ha avanzado de manera importante en adecuar el comportamiento o la estructura del estado y su funcionamiento al nuevo mandato y el nuevo ordenamiento constitucional al nuevo modelo de estado. Y en otros casos se ha visto que no sólo términos de burocracia activa el estado no se ha movido, es decir seguimos en un estado nación, sin haber pasado a un estado plurinacional. Eso lo hemos visto de manera muy nítida por ejemplo cuando veíamos los procesos de autonomía indígena, que son muy avanzados en temas de autogobierno indígena, pero la normativa que sigue vigente en Bolivia es la ley Safco que viene de los años 90 que está pensada para un estado nación. Está pensada para municipios no para autonomías indígenas y permanece la normativa, la burocracia que no se ha movido pese a que estamos en un Estado Plurinacional. Es un proceso con avances, retrocesos, con murallas, muy contradictoria, muy complejo. Y por supuesto que desmontar un Estado Republicano de 184 años no va a tomar poco tiempo. Es un ciclo largo y difícil que puede tener retrocesos, pero lo importante es asumir que están planteada las bases en la Constitución y el gran reto es implementar esa Constitución profundizarla y ampliar sobre todo su reconocimiento de derechos.

S- Aprovechando que menciona ese proceso largo y moroso que sería desmontar el Estado Republicano de 184 años: podríamos afirmar en algún grado que el gobierno del MAS, personificado para la figura del ex presidente Evo Morales, ¿tomó decisiones en alguna medida contrarias o qué interrumpieron el alcanzar ese Estado Plurinacional en su totalidad tal como pedía el texto constitucional?

EXENI - Antes una reflexión que no la hice para tu trabajo es que: No hay una oposición o es falsa la oposición entre Estado Plurinacional y República. No se puede decir que el Estado Plurinacional desplazo a la República de esta vereda o la otra decir bueno tenemos que volver a la República y decirle adiós al Estado Plurinacional. Las dos cosas son complementarias tienen que ver con la forma de Constitución del Estado, con equilibrio de poderes, con reconocimiento de balances y contrapesos, eso se mantiene. Lo contrario a la República no es el Estado Plurinacional, no es la monarquía o un estado autoritario. Y lo contrario al Estado Plurinacional no es la República sino es el Estado Nación o la idea del Estado Nación. Entonces no estamos hablando de desplazar a la República sino dentro de la República construir un Estado Plurinacional. Esa es la primera precisión que puede ser importante para salir de esa discusión que es una falacia.

Segundo, efectivamente el gobierno de Evo Morales inicia el proceso de una Constituyente reconocer al gobierno de Evo que de entrada cuando lo eligieron, lo primero que hizo fue garantizar la nacionalización de los hidrocarburos e impulsar el proceso Constituyente. Yo creo que de entrada al en el mismo proceso constituyente empezó a poner límites a través de algunos sus operadores en temas como por ejemplo el Servicio Militar y algunos temas como reconocimiento del derecho a la vida. Ya hubo límites y posteriormente igual se dan las dos lógicas, en algunos casos se dan avances muy importantes sobre todo en términos simbólicos, términos de la presencia de Plurinacional en el estado como poner la Tricolor al lado de la whipala como símbolos oficiales del estado a los pueblos indígenas, ahí hay avances. Pero al mismo tiempo ha habido trabas que se han expresado en leyes por ejemplo la más clara la de la Ley Marco de Autonomías y Descentralización pone varias trabas y requisitos administrativos que frenan el avance del autogobierno indígena, que es el núcleo de lo plurinacionalidad, hay esas contradicciones. Creo que ha habido esa tensión durante el gobierno de Evo de gente que al final ya se replegó y quería impulsar en serio el Estado Plurinacional y gente que lo asumía como un mandato marco constitucional pero que en los hechos no hacía lo necesario para que suceda simplemente. Yo creo que al final del camino se ha impuesto una lógica más desarrollista, una lógica más institucionalista que ha impedido avances sustantivos en el modelo de Estado Plurinacional a la reserva que decíamos que es un proceso largo y complejo.

S- Gracias por la aclaración inicial y por la respuesta. Otra pregunta que le hago es si: ¿se puede afirmar o podemos considerar que la filosofía del vivir bien y otros saberes ancestrales de vida fueron incorporados en las decisiones institucionales?



EXENI - Yo creo que primero el Vivir Bien o el “Sumaq Qamaña” es un componente sustantivo del nuevo modelo de Estado, es transversal y está presente en varias partes de la Constitución. Esto es importante porque el vivir bien o la filosofía del vivir bien implica un cambio drástico, implica salir de la lógica de un modelo de desarrollo y plantear más bien no un desarrollo alternativo sino alternativa al desarrollo. Algo que va más allá del desarrollismo y nos plantea un modelo económico no sólo asentado en el reconocimiento de diferentes estructuras de económicas sino sobre todo de una vida en armonía con la naturaleza. La Constitución no lo reconoce de manera explícita pero la legislación posterior si reconoce los derechos de la naturaleza, la idea de la madre tierra, la pachamama es sujeto de derechos, como también lo hace la Constitución de Ecuador. Eso me parece un aspecto fundamental y estructural del nuevo modelo de Estado.

Entre el principio o la Constitución y su implementación porque efectivamente habido un período de tensión se lo se lo sintetizada en esta disputa entre desarrollistas y pachamamistas dentro del propio gobierno del MAS y creo que al final del camino se ha impuesto la lógica desarrollista o neodesarrollista con un componente fuerte extractivista y se ha relegado, se ha minimizado en algunos casos se ha subordinado el componente del vivir bien. Se lo ha manejado mucho discursivamente y creo que ha sido un aspecto esencial en la política exterior o en los discursos hacia fuera de Evo Morales, del canciller Choquehuanca. Mucho hablan vivir bien, de los derechos de la naturaleza de los derechos de los pueblos indígenas o sea fue un componente importante de la política exterior en esos años o la Diplomacia de los Pueblos. Pero en los hechos no se ha expresado en políticas públicas, en un modelo alternativo al desarrollo. No se ha expresado en política económica. Es algo que ha quedado ahí subordinado y yo creo que el gran reto en términos de transformación civilizacional tiene que ver con retomar esas banderas del vivir bien y transformarlas en política pública Y si no se lo ha hecho a nivel de políticas públicas tampoco a nivel de los funcionarios y de las autoridades. No habido un proceso en el que los funcionarios del estado plurinacional asuman a plenitud lo que es un Estado que asume el vivir bien. Eso creo que no ha habido. Si ha habido una la lógica más discursiva sin que eso implique desmerecer el modelo finalmente aceptado que lo pones en la pregunta: nacional popular Donde hay una tradición larga también en Bolivia que se asienta lo nacional popular en la nacionalización de los hidrocarburos, en este nuevo sujeto que es muy fuerte en Bolivia que va más allá del sujeto indígena pero sí creo que se ha limitado y se ha subordinado en la filosofía el vivir bien o de los buenos vivires, porque no sólo hay con la concepción aymara sino también hay el “sumaq kawsay” quechua. Hay el “yayku

Epa bete guaraní, es decir hay diferentes buenos vivires así Creo que se mantiene en el sujeto indígena, pero se ha relegado del estado.

S- Siguiendo con la entrevista, una pregunta concreta sobre el Estado Plurinacional: desde que fue promulgado en 2009 hasta los días de hoy, ¿cuáles podríamos considerar que son los principales desafíos que se enfrentó y que hasta hoy en día enfrenta el Estado Plurinacional? ¿Con la crisis política de 2019, ¿hubo en cierta medida un esfuerzo para desarticular estado plurinacional? ¿El proyecto del Estado Plurinacional fue colocado en pausa? ¿O se intentó seguir la Constitución al pie de la letra y se mantuvo las acciones que ya estaban siendo llevadas a cabo?

EXENI - Sobre los desafíos del Estado Plurinacional creo que son muchos con diferentes componentes. Claramente el desafío más directo tiene que ver con lograr que la plurinacionalidad donde hay un Estado y varias naciones con protagonismo del sujeto indígena originario campesino este presente no solo en la estructura del Estado sino en su composición, en las políticas...y en la Administración del estado. Creo que ese es un desafío que se enfrentó y se enfrenta ya que no ha sido resuelto. Otro desafío que tiene que ver con este proceso es el desafío de la democracia intercultural, mencionaba que ha habido un gran salto en términos de reconocimiento de diferentes formas de democracia, cuyo horizonte es la democracia intercultural. Hay algunos avances interesantes porque por ejemplo se viabiliza algunos procesos de autonomía indígena, se viabiliza algunos procesos de consulta previa, de justicia comunitaria, pero ese es un gran desafío porque no tiene que ser la excepción lo que se logra si no tiene que ser la norma. Hay un gran desafío de términos de en serio de asumir primero y de implementar la democracia intercultural como ejercicio de las tres formas de democracia. Otro desafío es su momento sería El vivir bien como una alternativa al desarrollo. Explicaría cosas tan esenciales como superar progresivamente un modelo extractivista postextractivista que sigue siendo central en nuestros países y por supuesto en Bolivia.

El cuarto desafíos tiene que ver el sustantivo con el pluralismo jurídico, la Constitución reconoce igual jerarquía entre la jurisdicción ordinaria y la justicia indígena, pero en los hechos eso no funciona. La justicia indígena sigue siendo subordinada o menor de edad o de segunda respecto a la justicia ordinaria. Entonces hay que seguir trabajando en el desafío del realismo jurídico. Hay desafíos de gestión territorial comunitaria qué tiene que ver con redistribución de tierra y el tema del territorio. Menciono eso como algunos desafíos complejos de largo plazo en el cual se está avanzado y en otros casos muy poco pero que se mantienen como desafíos.

En general todo el proceso de refundación del estado incluso todo el proceso post constituyente ha entrado en suspenso con la crisis político institucional del año 2019, derrocamiento del presidente Morales y el gobierno transitorio. No creo que se ha llegado a desarticular el Estado Plurinacional, Pero si se ha abierto un paréntesis respecto a todos esos aspectos del Estado Plurinacional donde si hubo un contradiscurso es decir cuando la presidenta transitoria Añez habla de la república Y nos dejan hablar del Estado Plurinacional. O desde su origen cuando empiezan quemando la whipala, un símbolo fundamental de reconocimiento de los pueblos indígenas. O por ejemplo llamar al sujeto indígena no como centro del Estado Plurinacional si no como horda salvaje y descalificarlo. Todo eso iba en contra de esta noción de Estado Plurinacional. No creo que se haya desarticulado sino a lo que ya venía muy débil lo han puesto en suspenso y creo que no ha tenido el físico ni el tiempo para lo que plantearon que era volver a la República en esta falacia de dejar el Estado Plurinacional y volver a la República. En todo si ha habido procesos que han congelado las autonomías indígenas durante todo este tiempo. Hubo como una estigmatización que fue lo más fuerte de este Gobierno Transitorio. Una estigmatización de todo lo que significaba el proceso postconstituyente, la construcción del Estado Plurinacional o la refundación del Estado asociándolo al gobierno y no como proceso fundacional.

S- A modo de conclusión quisiera que me brindara una mirada particular o una evaluación suya sobre la inclusión de esas 36 nacionalidades y pueblos indígenas en la gestión del estado, en la toma de decisiones, y en la participación política. ¿Hasta qué punto se pudo hacer esa inclusión? ¿Fue efectiva? ¿Todavía hay un largo trabajo a hacerse el futuro? ¿Qué opina usted sobre eso?

EXENI - Primero quizás una precisión importante: la Constitución no reconoce 36 nacionalidades sino 36 lenguas. En términos de nacionalidades hay muchas más, incluso están surgiendo otras que no están expresamente reconocidas en la constitución. Esto es importante porque se hablan de otras naciones como la nación khara Cara, la nación Yura y otras naciones que se van reivindicando que no están incluidas dentro de la constitución. Ha sido un proceso de reconocimiento a retazos la inclusión de lo plurinacional en la Constitución. No ha sido regalo, no ha sido una concesión de Estado ni del MAS ni del gobierno de Evo. Si no ha sido resultado de una larga lucha de muy largo aliento y una larga marcha como yo la llamo. Y continúa la larga lucha no sólo de reconocimiento e inclusión sino de empoderamiento de los de sujeto indígena originario

campesino. Y yo creo que general el dato cierto es que si se ha producido esta inclusión en el estado, en la burocracia estatal, con el aparato Estatal y como te decía es lo que puedes ver cuándo vas a una oficina pública. puedes ver la presencia de lo indígena en los funcionarios públicos y también por supuesto en la cámara legislativa, con un parlamento que tiene muchos diputados y senadores indígenas. Entre los magistrados del Tribunal constitucional, el órgano electoral eso lo puedes ver. Creo que está bien en términos de gobernadores, alcaldes, ministros. Entonces se ve eso en términos de reconocimiento y de inclusión. Creo que el proceso de autogobierno indígena que es muy importante ha tenido muchos límites y muchos tropiezos y se le han puesto demasiados requisitos para su implementación. Se avanzó ahí con algunos procesos muy emblemáticos como por ejemplo la autonomía de “Charagua y Embape guaraní o la autonomía de “Racaypampa” quechua o la Autonomía “Urichipaya” Ha habido procesos muy problemáticos en los cuales avanzado difícilmente pese a las trabas que ponía el Ministerio de autonomías, el tribunal electoral, el tribunal constitucional. Y que finalmente se logró esas autonomías y hoy en Bolivia hay autoridades que se eligen según Normas y Procedimientos propios. No se van a elegir el 7 de marzo en las elecciones nacionales. Si no se eligen con otra temporalidad y con otra democracia qué es la democracia comunitaria. Creo que hay una asignatura pendiente en términos de una nueva gestión del tema de distribución de tierra y de territorio hay una tensión en términos de cómo avanzar en ese punto tema de gestión territorial y eso es importante para la inclusión indígena. Creo que habido avances simbólicos lo que te decía términos de reconocimiento de la de la whipala en términos de denominar al tribunal Constitucional, denominar al órgano electoral como plurinacional. Hay un fuerte componente simbólico que se lo ha usado mucho dentro del país, pero sobre todo creo que se lo usado fuera del país. La imagen que ha utilizado o a exportado el gobierno de Evo. Desde la cancillería Choquehuanca tiene que ver con eso, con la letra de la Constitución y no con su implementación. Pero afuera es muy importante porque hay mucha expectativa, hay mucho interés en el proceso de refundación de Bolivia por todos estos componentes y límites en su implementación. Los propios sujetos indígenas creo que no terminan de verse en este proceso porque ha habido muchos límites al avance de su inclusión, pero creo que asume que su proceso es parte de las demandas que han ido planteando y qué es un avance en el que hay que seguir profundizando, que va a requerir todavía muchas luchas para que en rigor lo haremos posible en un Estado Plurinacional. Pues otra vez yo creo que no hay una respuesta única si no hay grises no es blanco o negro sino hay grises que nos muestran básicamente qué es un proceso complejo, que

es un proceso de largo plazo, es un proceso que va tener avances, pero también va a tener y a tenido retrocesos. Es un proceso está muy condicionado por los procesos político electorales. Es un proceso que está condicionado por un modelo de desarrollo que sigue siendo capitalista, desarrollista, extractivista y es un proceso también condicionado por un contexto internacional pero que dicho esto, tiene una gran potencialidad es un reconocimiento de todas estas cosas que son avances democracia intercultural, en lo jurídico, en el vivir bien, el modelo del estado plurinacional, en el autogobierno indígena, la libre determinación todo eso qué es reconocimiento sustantivo constitucional, es en sí mismo un avance y será dar marcha atrás desmontarlo. Lo difíciles es implementarlo. Entonces yo terminaría con una frase de Octavio Paz aplicándola: Le decimos Adiós al Estado-nación, pero todavía no somos Estados Plurinacionales. Estamos en un espacio intermedio donde todavía tenemos varios componentes del Estado nación mono cultural, mono institucional, homogéneo y difícilmente estamos avanzando hacia un modelo de Estado Plurinacional, intercultural, como una institucionalidad. Es todavía un terreno en disputa. No es un proceso lineal sino un terreno en disputa. Creo que es importante ver eso, es importante asumir el factor simbólico como elemento relevante, pero al mismo tiempo asumir que suele haber una brecha entre el principio y el discurso. Y eso hicieron en las políticas públicas y en el día a día de la construcción de este Estado.